# ATLAS SÓCIO-DEMOGRÁFICO DE MOÇAMBIQUE (1997 – 2007) – UMA ABORDAGEM SIG

por

Armando Fernando Tsandzana

Trabalho de Projecto apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estatística e Gestão de Informação pelo

Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

da

Universidade Nova de Lisboa

# ATLAS SÓCIO-DEMOGRÁFICO DE MOÇAMBIQUE (1997 – 2007) – UMA ABORDAGEM SIG

Trabalho de projecto orientado por Professor Doutor Marco Octávio Trindade Painho

Co-orientado por Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Junho de 2010

#### **AGRADECIMENTOS**

Na realização deste trabalho obtive apoio e incentivo de várias pessoas as quais quero aqui agradecer:

Agradeço ao Professor Doutor Marco Octávio Trindade Painho, orientador que me acompanhou desde o início do curso. Na unidade curricular que tive o previlégio de ser seu aluno, mostrou sempre uma dedicação e empenho cativante na orientação dos trabalhos. Deve-se a ele grande parte deste trabalho, pela disponibilidade demonstrada desde o início no acompanhamento do trabalho, pela sua experiência como profissional e académico, pela sua simplicidade e facilidade no relacionamente é, portanto, um marco que fica para a vida, tendo marcado muito positivamente a minha carreira académica.

Agradeço à Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues co-orientadora que me acompanhou desde a unidade curricular até a elaboração do trabalho. Devo-lhe muito daquilo que hoje sei na cadeira de Análise Prospectiva que deixou algo muito positivo. No seu pouco tempo, sempre se mostrou disponível para colaborar neste trabalho, com a sua simplicidade na transmissão do conhecimento por ela sinto me bastante agradecido.

À minha família, de um modo geral, e particularmente à minha esposa e meus filhos, com os quais me sentirei sempre em dívida por todos os momentos, alguns difíceis, em que não estive presente.

A todos os docentes do ISEGI, particularmente os Professores Doutores Pedro Cabral, Mário Caetano, Miguel Neto e Ana Maria Ramalho Correia.

Ao pessoal do ISEGI, sobretudo dos serviços académicos, secretariado e da biblioteca.

Ao INE de Moçambique instituição que me fez crescer profissionalmente, ao MPD, em particular ao Engº Fausto Mafambissa e Doutor Souza Cruz.

Aos meus amigos e colegas José Mutisse, António Adriano, Marta Chaquisse, Filipe Laranjeira, Alice Chiponde, Júlio Fagema, Cosme Jesus, Domingos Macucule, João Silvestre, José Carlos, etc.

A todos o meu muito obrigado

#### **RESUMO**

Os Institutos Nacionais de Estatísticas, enquanto órgãos centrais dos Sistemas Estatísticos são responsáveis pela coordenação das actividades relacionadas com a prestação do serviço público de produção e difusão de informação estatística oficial nacional.

Dentro daquilo que são as suas atribuições, os Institutos Nacionais de Estatísticas tem desenvolvido actividades na área de recolha, processamento, análise e difusão de informação estatística a nível nacional de que tem se destacado as estatísticas censitárias realizadas, normalmente com uma periodicidade decenal, inquéritos ocasionais e correntes.

Por seu turno, os Sistemas de Informação Geográfica tem, nos dias de hoje, ganhado uma popularidade de aplicação em múltiplas áreas. Com eles pode-se fazer uma representação espacial da informação estatística atravez de mapas e gráficos de forma a facilitar a interpretação dos fenómenos descritos ou quantificados em base de dados.

No presente projecto, será explorado o suporte fornecido pelos Sistemas de Informação Geográfica ás operações censitárias, essencialmente aplicados para a caracterização da evolução temporal dos fenómenos sócio-demográficos da população Moçambicana nos anos 1997 e 2007.

Até ao momento ainda não se tem conhecimento, em Moçambique, de um estudo exaustivo (cobertura nacional ao nível do distrito) e em forma de Atlas com recurso ao Sistema de Informação Geográfica, da comparação evolutiva temporal dos fenómenos sócio-demográficos. De referir que o presente trabalho reveste de grande importância na medida que servirá para elucidar as ocorrências observadas, ao longo dos 10 anos, no tecido socio-demográfico deste país de forma a orientar os decisores na tomada de decisões certas no local certo. Por outro lado, para além de servir como trabalho académico com o propósito da obtenção do grau de Mestre, será mais um dos produtos do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique que servirá para o consumo da sociedade em geral e, particularmente, para o mundo académico no desenvolvimento de actividades científicas em diferentes áreas de conhecimento.

Os resultados da análise são apresentados em forma de atlas com a designação de "Atlas Sócio-Demográfica de Moçambique no período de 1997 – 2007".

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de Informação Geográfica, Ciéncia demográfica e Recenseamento

## **ACRÓNIMOS**

A.F. Agregado Familiar

DINAGECA Direcção Nacional de Geografia e Cadastro

INE-M Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

INE-P Instituto Nacional de Estatística de Portugal

ISEGI Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

ONU Organização das Nações Unidas

SIG Sistema de Informação Geográfica

SGBD Sistema Gestor de Base de Dados

RGPH Recenseamento Geral da População e Habitação

MPD Ministério de Planificação e Desenvolvimento

TBN Taxa Bruta de Natalidade

TBM Taxa Bruta de Mortalidade

TMI Taxa de Mortalidade Infantil

TGF Taxa Geral de Fecundidade

TCAM Taxa de Crescimento Anual Médio

ISF Indice Sintético de Fecundidade

UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

# ÍNDICE GERAL

	AGRADECIMENTOS	ii
	RESUMO	iii
	PALAVRAS-CHAVE	iii
	ACRÓNIMOS	iv
	Índice de quadros	vii
	Índice de gráficos	vii
	Índice de figuras	ix
	Índice do Atlas	Х
1.	INTRODUÇÃO	1
	1.1. Enquadramento	1
	1.2. Objectivos	7
	1.3. Metodologia geral	8
	1.4. Organização do trabalho	11
2.	DEMOGRAFIA EM MOÇAMBIQUE	12
	2.1.Os volumes e os rítmos de crescimento da população	12
	2.2. Distribuição espacial da população	14
	2.3. A estrutura da população	17
	2.4. Relação de masculinidade	21
	2.5. Natalidade e Fecundidade	23

	2.6. Mortalidade	28
3.	ATLAS SÓCIO-DEMOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE	33
	3.1. Material e métodos	33
	3.2. Organização do Atlas	33
	3.3. Guia de leitura dos mapas	35
4.	CONCLUSÕES	146
	4.1. Resumo	146
	4.2. Discussão dos objectivos	148
	4.3. Limitações	149
	4.4. Trabalhos futuros	150
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
	ANEXOS	154

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1: Variáveis seleciondas	9
Quadro 2: Evolução da população total por sexo, variação e taxa de crescimento anual médio, 1997 – 2007	13
Quadro 2: índices-resumo, 1997 e 2007	18

# ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de crescimento anual médio da população por província nos períodos (1980 – 1997) e (1997 – 2007)	14
Gráfico 2: Distribuição percentual da população e taxa de variação por província, (1997-2007)	15
Gráfico 3: Densidade populacional por província, 1997 e 2007	16
Gráfico 4: Grupos Funcionais do País, 1997 e 2007	19
Gráfico 5: Pirâmide de idade, 2007	20
Gráfico 6. Grupos Funcionais por províncias, 2007	21
Gráfico 7. Relação de Masculinidade por grupos quinquenais, 1997 e 2007	22
Gráfico 8. Relação de Masculinidade por província, 1997 e 2007	23
Gráfico 9. Taxa Bruta de Natalidade por província, 1997 e 2007	25
Gráfico 10. Taxa de variação da taxa bruta de natalidade por províncias (1997-2007)	26
Gráfico 11. Índice Sintético de Fecundidade por província, 1997 e 2007	27
Gráfico 12. Variação do Índice Sintético de Fecundidade por província, (1997-2007)	28
Gráfico 13. Taxa Bruta de Mortalidade por província, 1997 e 2007	30
Gráfico 14. Taxa de Mortalidade Infantil por província, 1997 e 2007	31

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Componentes de um Sistema de Informação Geográfica

5

# ÍNDICE DO ATLAS

I – MOÇAMBIQUE NO MUNDO	37
II.EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO	38
II.1 Divisão administrativa e tamanho da população (1980 – 2007) – Província	38
II.1 Divisão administrativa e tamanho da população (1997 – 2007) – Distrito	39
II.2.Taxa de crescimento natural (1980 – 2007) – Província	40
II.2.Taxa de crescimento natural (1997 – 2007) – Distrito	41
III.CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO	
III.1. Densidade da população (1997 – 2007) – Província (com Cidade de Maputo)	42
III.1. Densidade da população (1997 – 2007) – Distrito(com Cidade de Maputo)	43
III.1. Densidade da população (1997 – 2007) - Província(com Cidade de Maputo)	44
III.1. Densidade da população (1997 – 2007) - Distrito(com Cidade de Maputo)	45
III.2.Índice de Masculinidade (1997 – 2007) – Província	46
III.2.Índice de Masculinidade (1997 – 2007) – Distrito	47
IV.DINÂMICA DA POPULAÇÃO	
IV.1.Taxa bruta de natalidade (1997 – 2007) – Província	48
IV.1.Taxa bruta de natalidade (1997 – 2007) – Distrito	49
IV.2.Taxa bruta de mortalidade (1997 – 2007) – Província	50
IV.2.Taxa bruta de mortalidade (1997 – 2007) – Distrito	51
IV.3.Taxa de mortalidade infantil (1997 – 2007) – Província	52
IV.3.Taxa de mortalidade infantil (1997 – 2007) – Distrito	53

IV.4.Taxa de fecundidade geral (1997 – 2007) – Província	54
IV.4.Taxa de fecundidade geral (1997 – 2007) – Distrito	55
V.CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS	
V.1.Percentagem de jovens (1997 – 2007) – Província	56
V.1.Percentagem de jovens (1997 – 2007) – Distrito	57
V.2.Percentagem de «Potencialmente Activos», (1997 – 2007) – Província	58
V.2.Percentagem de «Potencialmente Activos», (1997 – 2007) – Distrito	59
V.3.Percentagem de idosos, (1997 – 2007) – Província	60
V.3.Percentagem de idosos, (1997 – 2007) – Distrito	61
V.4.Índice de Juventude, (1997 – 2007- Província)	62
V.4.Índice de Juventude, (1997 – 2007) – Distrito	63
V.5.Índice de Envelhecimento, (1997 – 2007) – Província	64
V.5.Índice de Envelhecimento, (1997 – 2007) – Distrito	65
V.6.Índice de Longevidade, (1997 – 2007) – Província	66
V.6.Índice de Longevidade, (1997 – 2007) – Distrito	67
V.7.Índice de Dependência de Jovens, (1997 – 2007) – Província	68
V.7.Índice de Dependência de Jovens, (1997 – 2007) – Distrito	69
V.8.Índice de Dependência de Idosos, (1997 – 2007) – Província	70
V.8.Índice de Dependência de Idosos, (1997 – 2007) – Distrito	71
V.9.Índice de Dependência Total, (1997 – 2007) – Província	72
V.9.Índice de Dependência Total, (1997 – 2007) – Distrito	73
V.10.Índice de Juventude da População Activa, (1997 – 2007) – Província	74

V.10.Índice de Juventude da População Activa, (1997 – 2007) – Distrito	75
V.11.Índice de Renovação da População Activa, (1997 – 2007) – Província	76
V.11.Índice de Renovação da População Activa, (1997 – 2007) – Distrito	77
V.12.Índice de Maternidade, (1997 – 2007) – Província	78
V.12.Índice de Maternidade, (1997 – 2007) – Distrito	79
V.13.Índice de Tendência, (1997 – 2007) – Província	80
V.13.Índice de Tendência, (1997 – 2007) – Distrito	81
V.14.Agregados familiares, (1997 – 2007)	
V.14.1.Tamanho de Agregados Familiares, (1997 – 2007) – Província	82
V.14.1.Tamanho de Agregados Familiares, (1997 – 2007) – Distrito	83
V.14.2.Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos (1997 – 2007) – Província	84
V.14.2.Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos (1997 – 2007) – Distrito	85
V.14.3.Percentagem de chefes de agregados casados em regime marital (1997 – 2007) – Província	86
V.14.3.Percentagem de chefes de agregados casados em regime marital (1997 – 2007) – Distrito	87
V.14.4.Percentagem de agregados familiares nucleares com filhos (1997 – 2007) – Província	88
V.14.4.Percentagem de agregados familiares nucleares com filhos (1997 – 2007) – Distrito	89
V.14.5. percentagem de agregados familiares alargados (1997 – 2007) – Província	90
V.14.5. percentagem de agregados familiares alargados (1997 – 2007) – Distrito	91
V.15.Estado civil	
V.15.1.Percentagem de casados em união marital (1997 – 2007) – Província	92
V.15.1.Percentagem de casados em união marital (1997 – 2007) – Distrito	93
V.15.2.Percentagem de solteiros (1997 – 2007) – Província	94

V.15.2.Percentagem de solteiros (1997 – 2007) – Distrito	95
V.15.3.Percentagem de casados (1997 – 2007) – Província	96
V.15.3.Percentagem de casados (1997 – 2007) – Distrito	97
V.15.4.Percentagem de divorciados ou separados (1997 – 2007) – Província	98
V.15.4.Percentagem de divorciados ou separados (1997 – 2007) – Distrito	99
V.15.5.Percentagem de viúvos (1997 – 2007) – Província	100
V.15.5.Percentagem de viúvos (1997 – 2007) – Distrito	101
V.16.Educação	
V.16.1.Taxa de analfabetismo, (1997 – 2007) – Província	102
V.16.1.Taxa de analfabetismo, (1997 – 2007) – Distrito	103
V.16.2.Percentagem da população que frequenta nível primário, (1997 – 2007) – Província	104
V.16.2.Percentagem da população que frequenta nível primário, (1997 – 2007) – Distrito	105
V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível básico geral, (1997 – 2007) – Província	106
V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível básico geral, (1997 – 2007) – Distrito	107
V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível médio geral, (1997 – 2007) – Província	108
V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível médio geral, (1997 – 2007) – Distrito	109
V.16.4.Percentagem da população que frequenta nível técnico profissional, (1997 – 2007) – Província	110
V.16.4.Percentagem da população que frequenta nível técnico profissional, (1997 – 2007) – Distrito	111
V.16.5.Percentagem da população que frequenta nível superior, (1997 – 2007) – Província	112
V.16.5.Percentagem da população que frequenta nível superior, (1997 – 2007) – Distrito	113
V.17.Língua	
V.17.1.Percentagem da população que fala língua portuguesa, (1997 – 2007) – Província	114

V.17.1.Percentagem da população que fala lingua portuguesa, (1997 – 2007) – Distrito	115
V.18.Religião	
V.18.1.Percentagem da população que confessa religião católica (1997 – 2007) – Província	116
V.18.1.Percentagem da população que confessa religião católica (1997 – 2007) – Distrito	117
V.18.2.Percentagem da população que confessa religião islâmica, (1997 – 2007) – Província	118
V.18.2.Percentagem da população que confessa religião islâmica, (1997 – 2007) – Distrito	119
V.18.3.Percentagem da população que confessa religião zione/sião, (1997 – 2007) – Província	120
V.18.3.Percentagem da população que confessa religião zione/sião, (1997 – 2007) – Distrito	121
V.19.Taxa de deficiência, (1997 – 2007) – Província	122
V.19.Taxa de deficiência, (1997 – 2007) – Distrito	123
V.20.Percentagem da população de nacionalidade estrangeira, (1997 – 2007) – Província	124
V.20.Percentagem da população de nacionalidade estrangeira, (1997 – 2007) – Distrito	125
V.21.Taxa de orfandade materna, (1997 – 2007) – Província	126
V.21.Taxa de orfandade materna, (1997 – 2007) – Distrito	127
V.22.Tipo somático/origem	
V.22.1.Percentagem da população de raça negra (1997 – 2007) – Província	128
V.22.1.Percentagem da população de raça negra (1997 – 2007) – Distrito	129
V.22.2.Percentagem da população de raça mista (1997 – 2007) – Província	130
V.22.2.Percentagem da população de raça mista (1997 – 2007) – Distrito	131
V.22.3.Percentagem da população de outras raças (1997 – 2007) – Província	132
V.22.3.Percentagem da população de outras raças (1997 – 2007) – Distrito	133
V.23.Força de trabalho	

V.23.1.Taxa de actividade, (1997 – 2007) – Província	134
V.23.1.Taxa de actividade, (1997 – 2007) – Distrito	135
V.23.2.Taxa de desemprego, (1997 – 2007) – Província	136
V.23.2.Taxa de desemprego, (1997 – 2007) – Distrito	137
V.23.3.Taxa de emprego da população em idade activa, (1997 – 2007) – Província	138
V.23.3.Taxa de emprego da população em idade activa, (1997 – 2007) – Distrito	139
V.23.4.Percentagem da população do sector primário (1997 – 2007) – Província	140
V.23.4.Percentagem da população do sector primário (1997 – 2007) – Distrito	141
V.23.5.Percentagem da população do sector secundário (1997 – 2007) – Província	142
V.23.5.Percentagem da população do sector secundário (1997 – 2007) – Distrito	143
V.23,6.Percentagem da população do sector terciário, (1997 – 2007) – Província	144
V.23,6.Percentagem da população do sector terciário, (1997 – 2007) – Distrito	145

#### CAPÍTULO 1

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1. Enquadramento

Os Censos consistem tradicionalmente na contagem da população de um país a que, em época mais recente, se acrescentou uma mais profunda caracterização e um levantamento do parque habitacional.

Alea (2001) define recenseamento como sendo um estudo científico de um universo de pessoas, instituições ou objectos físicos com o propósito de adquirir conhecimentos, observando todos os seus elementos, e fazer juízos quantitativos acerca de características importantes desse universo.

Por sua vez, Nazareth (2004) define recenseamento, de acordo com o Departamento de Demografia das Nações Unidas, como o conjunto das operações que consiste em recolher, agrupar e publicar os dados respeitantes ao estado da população. Ainda de acordo com o mesmo autor, é um sistema de informação que tem uma lógica transversal, ou seja, uma espécie de fotografia do estado da população num determinado momento do tempo. Sendo assim, um recenseamento possue duas características fundamentais a) simultaniedade da recolha significando haver necessidade de realização de recenseamento num determinado ano e de preferência a um determinado dia do mês e b) exaustividade, ou seja, é sempre o total da população que se procura conhecer e caracterizar. Os dois recenseamentos em questão neste trabalho (1997 e 2007) realizados em Moçambique respeitaram estes princípios. Todos foram realizados no período de 1 a 15 de Agosto e abrangeram toda a população Moçambicana e estrangeira residente, no período do Censo, no território nacional.

Moçambique foi a colónia Portuguesa em África que contou com uma série mais longa e exaustiva de censos ou arrolamentos demográficos no século XX, prática que remonta a 1928, com «aceitável grau de fiabilidade», e operando com uma panóplia de classificações que não encontramos noutras colónias (Thomaz, 2008). De facto, o primeiro recenseamento realizado em Moçambique no tempo colonial foi em 1928, tendo sido denominado "Recenseamento da população não indígena da colónia de Moçambique". De referir que nesse ano houve dois recenseamentos, sendo um dos territórios sob a administração do Estado que compreendiam: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique realizado em 3 de Maio de 1928 e outro dos

territórios sob a administração de companhias privilegiadas: Manica e Sofala, Cabo Delgado e Niassa, realizado em 31 de Dezembro de 1928 (INE M, 1999).

Dois anos depois, em 1930, foi realizado o primeiro recenseamento da população indígena da colónia de Moçambique, tendo sido recolhidos, basicamente, dados sobre o número da população indígena por sexo e distritos em território de Manica e Sofala. Em 1935 realizou-se uma nova contagem censitária da população não indígena.

Em 1940, segundo o INE\_M (1999), decorreu o recenseamento da população indígena e não indígena, sendo considerado o primeiro recenseamento em que se desintegraram da população indígena os Africanos definidos como civilizados. Neste recenseamento houve um agrupamento da população segundo as características dos diversos elementos que a compõem, tendo sido estabelecidos seguintes grupos: Europeus (abrange os indivíduos da raça branca independentemente do continente e do país de origem); Amarelos (abrange apenas os chineses, visto não existirem na colónia outros indivíduos que sob esta designação pudessem ser agrupados); Indo-Portugueses (compreende os indivíduos nascidos na Índia Portuguesa de pais não Europeus); Indo-Britânicos (compreendem os indivíduos nascidos na Índia Inglesa de pais não Europeus e seus descendentes); Mistos (engloba os indivíduos filhos de pais de raça diferente ou pais de raça mista) e Africanos (abrange todos os indivíduos de raça negra).

Seguiram-se, no período colonial, os recenseamentos da população nos anos 1945, 1950, 1955, 1960 e 1970.

Após a independência nacional, Moçambique realizou o seu primeiro Recenseamento Geral da População que incluiu o parque habitacional em 1980, seguido do segundo RGPH em 1997 e o terceiro que teve lugar em 2007.

Os Recenseamentos Gerais da População e Habitação são um instrumento importante como fonte de informação sobre as características da população, assim como do parque habitacional de um país em geral. Estes dados revestem-se de uma importância para a análise da estrutura social, económica e demográfica de um país, da sua evolução e tendência futura permitindo desta forma, simultaneamente, a comparação com outros países.

Ao responderem a perguntas como "quantos e como somos?" e "onde e como vivemos?", os recenseamentos permitem resolver uma série de questões imprescindíveis ao desenvolvimento e vida em sociedade.

Nos dias de hoje, o homem ao aproveitar-se das diversas ferramentas de análise de dados ao seu dispor e com recurso às potencialidades das tecnologias de informação geográficas de que se pode destacar os Sistemas de Informação Geográfica, tem

a possibilidade de explorar, analisar e divulgar de forma agradável e de fácil interpretação grandes quantidades de dados contribuindo para uma sociedade desenvolvida, tornando eficaz a tomada de decisão pela sociedade em geral e, particularmente, pelos governantes.

A recolha de informações sobre a distribuição espacial de propriedades significativas da superfície da terra constitui, desde há muito, uma parte importante das actividades das sociedades organizadas (Abrantes, 1998).

Ainda segundo (Abrantes, 1998), recorrendo apenas a processos manuais, foi possível representar em folhas de papel o resultado das observações efectuadas sobre algumas características da superfície da terra. Estas eram representadas por meio de pontos, linhas e áreas aos quais eram associados símbolos, cores e padrões, cujo significado era explicado numa legenda ou texto.

Segundo Abrantes (1998), a utilidade dos mapas desenhados manualmente é limitada pelo pouco detalhe, a elaboração em escala pequena devido ao seu custo e consequentemente, a informação apresentava um nível elevado de generalização.

O recurso a meios computacionais para suporte de informação espacial iniciou-se no princípio da década 60, com a codificação digital da informação que, tradicionalmente, apenas era representada sob a forma de mapas (Abrantes, 1998).

Nos anos 80, o SIG adquiriu um novo conceito centrado na análise espacial, e com as crescentes exigências dos utilizadores, evoluiu num robusto conjunto de funções de dados espaciais incluindo dados de recolha, geocodificação e mapas. As diferenças entre os vários tipos de sistemas à nossa disposição residem nas capacidades, funcionalidades e no conhecimento do software e bases de dados dos vários fornecedores. De qualquer forma, uma questão mantém-se: "poderá o SIG actualmente conhecer os requisitos das actividades de recolha de dados dos Censos e a representação dos resultados de forma a permitir uma fácil interpretação?" (Abrantes, 1998). A resposta a esta questão depende de um número de factores que são específicos a cada país, bem como saber se irão os SIG's conhecer as especificidades dos Censos

A definição de SIG não é unânime, e surgem frequentemente distintas abordagens acerca do conceito. Painho e Curvelo (2009) defendem que definir o que é um Sistema de Informação Geográfica, não é uma tarefa fácil pois, é difícil encontrar duas descrições iguais na literatura da especialidade. Esta situação resulta da variedade de experiências individuais e das diferentes áreas disciplinares que estão na origem das definições.

Burroigh (1986), define SIG como "um conjunto de ferramentas para recolher, organizar, transformar e visualizar dados de natureza espacial do mundo real, para um conjunto particular de objectivos".

Um SIG pode ser considerado não só como pelo conjunto de ferramentas de software, mas incluindo também outros elementos sem os quais não seria possível atingir os objectivos preconizados. Um conceito de SIG pode ser assim alargado de forma a constituir "um

sistema de hardware, software e procedimentos, desenhado para realizar a captura, armazenamento, manipulação, análise, modelação e apresentação de dados referenciados espacialmente para resolução de problemas complexos de planificação e gestão" (Goodchild, 1992).

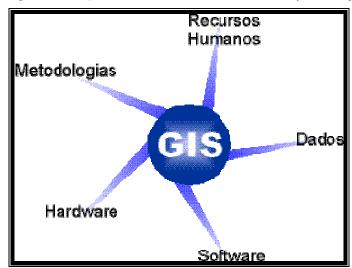
A definição dada por Aronoff (1989) coloca em destaque a característica de um SIG, que o pode distinguir de outros sistemas de análise, no facto de ser especialmente vocacionado para lidar com "objectos e fenómenos em relação aos quais a localização geográfica é uma característica importante ou crítica para o problema em análise".

Nestes casos podem distinguir-se, fundamentalmente, três tipos diferentes de perspectivas nomeadamente, a visão baseada em mapas, em bases de dados e na análise espacial (Maguire, 1991). Segundo este autor, a primeira perspectiva encara os SIG como sistemas para processamento e visualização de mapas. A segunda enfatiza a importância dos SIG terem subjacente uma base de dados bem desenhada e possuírem um SGBD potente e, a terceira, distingue a capacidade dos SIG para efectuarem análise espacial, defendendo a existência de uma ciência da informação espacial em alternativa à perspectiva tecnológica com que geralmente os SIG são abordados.

Estas três perspectivas, mais do que traduzirem conceitos distintos, reflectem essencialmente diferentes aplicações dos SIG e interesses diversos dos seus muitos utilizadores. Desta forma, Cowen (1988) define SIG como "um sistema de apoio à decisão que envolve a integração de dados georreferenciados num ambiente orientado para a resolução de problemas".

Não obstante a divergência em torno da definição dos SIG´s, Wolski (2000) afirma que uma definição abrangente de SIG deverá assentar na identificação dos seus componentes fundamentais, sendo a tecnologia (hardware e software), os dados, as metodologias e os recursos humanos como componentes de qualquer Sistema de Informação Geográfica.

Figura 1- Componentes de um Sistema de Informação Geográfica



Fonte: Adaptado de Wolski (2000)

Neste sentido, pode-se definir o SIG como sendo um sistema que permite a integração, manipulação, análise e visualização de informação geográfica ou não (dados) com uso de determinados métodos de análise e sempre no âmbito de uma determinada organização (recursos humanos). A integração, manipulação, análise e visualização da informação é feita sob uma componente tecnológica (hardware e software).

A representação espacial da informação alfanumérica ou estatística através de mapas temáticos facilita a interpretação dos fenómenos normalmente descritos ou quantificados em bases de dados. Por exemplo, se quisermos saber quantos distritos em Moçambique apresentam uma população superior a 90.000 pessoas, iremos questionar uma base de dados nacional onde o SIG seria instruído a desenhar um mapa cujos distritos corresponderiam a este critério.

A utilização dos Sistemas de Informação Geográfica, que possibilita o tratamento e análise espacial da informação, apresenta enormes potencialidades informativas, e a sua cada vez maior divulgação permite alargar o âmbito do sistema de informação tradicional de forma a ser utilizada pelo grande público (Dias, n.d.)

Muitos utilizadores técnicos com interesse nos Censos têm utilizado o SIG desde que a tecnologia surgiu, com o intuito de facilitar o entendimento do grande volume de informação fornecido por estas operações. Este tornou-se mais poderoso e fácil de utilizar e a ligação entre este tipo de software e os dados dos Censos está agora num caminho único (Oliveira, 2008). Este autor, também

afirma que desde os Censos de 1991, o SIG tem sido uma ferramenta fundamental para qualquer análise censitária, pois os dados podem agora ser incorporados nessa tecnologia com um pré-processamento mínimo.

Não obstante o facto de dados censitários poderem ser interpretados por utilizadores sem conhecimentos de informática e SIG, os computadores vieram permitir um acesso muito mais facilitado e rápido aos dados. Por isso, milhares de dados podem ser descarregados de uma só vez num dos vários formatos de ficheiros que tornam os dados relativamente fáceis de utilizar.

A manipulação e análise de grandes volumes de base de dados resultantes de operações censitárias com recurso as formas tradicionais torna-se muito moroso podendo levar muitos meses. O recurso ao SIG na aquisição e análise de dados torna-se muito mais rápido, intuitivo e eficaz, uma vez que os Censos são organizados e publicados em torno de unidades espaciais definidas que incluem, no caso de Moçambique, Províncias, Distritos, Localidades, Postos Administrativos, Bairros e quarteirões. Em última instância os Sistemas de Informação Geográfica significam análises mais avançadas dos dados censitários.

### 1. Objectivos

Com o presente trabalho pretendemos, de um modo geral, aplicar o Sistema de Informação Geográfica (SIG) na análise da evolução temporal dos fenómenos sócio-demográficos em Moçambique no período entre 1997 e 2007. Entretanto, constitui ainda objectivos deste trabalho, em termos mais específicos, a) analisar a distribuição dos fenómenos sócio-demográficos até ao nível do distrito (terceira categoria na divisão administrativa do país) nos mesmos anos; b) comparação no tempo dos fenómenos sócio-demográficos no período entre 1997 e 2007 de forma a compreendermos a sua dinâmica; c) identificar os potenciais indicadores dos fenómenos sócio-demográficos a estudar, constitui outro objectivo deste trabalho.

O objectivo final consiste na, d) produção dum instrumento de estudo e de orientação de política sócio-demográfica cujo nome é "Atlas Sócio-Demográfica de Moçambique no Período, 1997 - 2007".

#### 1.3 Metodologia geral

A metodologia é um conjunto de procedimentos e técnicas de que se lança mão para atingir determinados fins quando se executa quaisquer trabalhos, particularmente, os de natureza científica. Trata-se, pois de um instrumento bastante importante no campo da investigação, uma vez que dela depende, indubitavelmente, o sucesso ou insucesso de uma investigação. Não se pode, de maneira nenhuma, levar avante nenhum projecto sem, de antemão, definir a metodologia a seguir, ou seja, é preciso saber qual o caminho por onde ir. É com uma metodologia bem definida que a investigação terá sucesso desejado por parte do investigar.

A base teórica subjacente à elaboração deste trabalho provém, em larga medida, da demografia e sistema de informação geográfica, por constituírem palavras-chave do trabalho. Neste sentido, para o presente trabalho privilegiamos a pesquisa bibliográfica e análise dos dados dos censos de 1997 e 2007. Todavia, num trabalho desta natureza, não se pode "amarrar-se" apenas a estes, pelo que recorremos a outras fontes, como é o caso de publicações dos resultados dos censos dos INE de Portugal e de Moçambique. Neste sentido, as publicações referidas, foram consultadas para obter, principalmente, conhecimentos dos indicadores mais divulgados, cenceitos, bem como as fórmulas de cálculo dos mesmos. São apresentadas no Quadro 1 as variáveis selecionadas para o presente estudo segundo a fonte de sua obtenção.

Para a efectivação do trabalho, foram usados dois softwares: o EXCEL e o ARCGIS 9.3. A partir dos dados recolhidos do INE de Moçambique relativos aos censos de 1997 e 2007 foram calculados os principais indicadores com recurso ao EXCEL.

A elaboração dos mapas foi possível graça às potencialidades do ArcMap. A partir deste software, os dados foram importados do Excel e posteriormente produzidos os mapas com os indicadores selecionados.

## Quadro1. Variáveis selecionadas

	Fonte	
Lista nominal de variáveis selecionadas	Conceito	Fórmula de cálculo
Tamanho da população	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	
Taxa de crescimento	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Densidade da população	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	Nazareth (2004)
Índice de masculinidade	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	Nazareth (2004)
Taxa bruta de natalidade	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Taxa bruta de mortalidade	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Taxa de mortalidade infantil	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Indice Sintético de Fecundidade	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Percentagem de jovens	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Percentagem de potencialmente activos	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Percentagem de idosos	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de juventude	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de envelhecimento	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Indice de longevidade	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de dependência de jovens	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de dependência de idosos	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de dependência total	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de juventude da população activa	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de renovação da população activa	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de tendência	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de maternidade	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
índice de potencialidade	Indicadores demográficos, 2006 INE-P	mesmo
Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M
Percentagem de chefes de agregados familiares casados em regime união marital	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M

	Fonte		
Lista nominal de variáveis selecionadas	Conceito	Fórmula de cálculo	
Percentagem de agregados familiares nucleares com filhos	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Percentagem de agregados familiares alargados	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Percentagem da população solteira	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Percentagem da população casada	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Percentagem da população casada em regime união marital	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Percentagem da população divorciada ou separada	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Percentagem da população viúva	Censo 1997, Resultados definitivos–INE-M	INE-M	
Taxa de analfabetísmo	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Percentagem da população que frequenta nível primário	Censo 2007,Boletim do A.F- INE - M	INE-M	
Percentagem da população que frequenta nível báscio geral	Censo 2007, Boletim do A.F- INE - M	INE-M	
Percentagem da população que frequenta nível médio geral	Censo 2007,Boletim do A.F- INE - M	INE-M	
Percentagem da população que frequenta nível técnico profissional	Censo 2007,Boletim do A.F- INE - M	INE-M	
Percentagem da população que frequenta nível superior	Censo 2007,Boletim do A.F- INE - M	mesma	
Percentagem da população que confessa a religião católica	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	INE-M	
Percentagem da população que confessa a religião islâmica	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	INE-M	
Percentagem da população que confessa a religião zione/sião	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	INE-M	
Taxa de deficiência	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Proporção da população de nacionalidade estrangeira	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Taxa de orfandade materna	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Percentagem da população de raça negra	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	INE-M	
Percentagem da população de raça mista	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	INE-M	
Percentagem da população de outras raças	Atlas Sócio-Demográfico, 2000 - INE-M	INE-M	
Taxa de actividade	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Taxa de desemprego	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Taxa de emprego da população activa	Censos 2001, Resultados definitivos - INE-P	mesma	
Percentagem da população do sector primário	Resultados definitivos do censo 2007 INE-M	mesma	
Percentagem da população do sector secundário	Resultados definitivos do censo 2007 INE-M	mesma	
Percentagem da população do sector terciário	Resultados definitivos do censo 2007 INE-M	mesma	

#### 1.3 Organização do trabalho

A dissertação está organizada em quatro capítulos e um conjunto de anexos.

No primeiro CAPÍTULO, introduz-se o tema com um enquadramento teórico. Tratando-se dum trabalho de aplicação do Sistema de Informação Geográfica na análise dos resultados dos recenseamentos gerais da população e habitação, procura-se evidenciar alguns conhecimentos relativos a essas áreas, no que diz respeito aos conceitos bem como a sua evolução. É também aparesentada a história dos recenseamentos em Moçambique.

São apresentados no ponto seguinte os objectivos que norteiam o estudo, seguindo-se à metodologia geral e a organização da dissertação.

No CAPÍTULO 2, faz-se a apresentação dos principais aspectos demográficos de Moçambique, nomeadamente, os volumes e os ritmos de crescimento, a distribuição espacial da população, os grupos funcionais, os índices de masculinidade e as variáveis micro-demográficas (natalidade/fecundidade e mortalidade).

O CAPÍTULO 3 é referente ao atlas sócio-demográfico e nele são apresentados os mapas dos principais indicadores sócio-demográficos, seus conceitos, fórmulas de cálculo e uma breve interpretação dos mesmos.

No CAPÍTULO 4 referente à CONCLUSÃO, apresenta-se o resumo do que se tratou ao longo do texto. Faz-se uma discussão dos objectivos preconizados, seguida duma resenha das limitações presentes no estudo. Em último, são apresentadas as recomendações para pesquisa futura que derivam directamente do estudo.

Para finalizar são apresentadas as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS usadas para a elaboração do trabalho.

#### **CAPÍTULO 2**

#### 2. DEMOGRAFIA EM MOÇAMBIQUE

Segundo Nazareth (2004), a ciéncia demográfica tem por objecto o estudo científico da população, medindo e descrevendo a sua dimensão, estrutura e distribuição espacial. Ocupa-se em saber das mudanças que ocorrem nos elementos que caracterizam o estado da população bem como a intensidade e direcção dessas mudanças. Ainda de acordo com o mesmo autor, a demografia preocupa-se em analisar os factores, ou variáveis demográficas responsáveis pelas variações ocorridas no estado da população, tais como: natalidade, mortalidade e migração.

No presente capítulo, faz-se uma abordagem em relação à dinâmica da população em Moçambique. Não sendo objectivo deste trabalho fazer uma análise demográfica aprofundada do país, são apresentados alguns elementos que caracterizam o estado da população Moçambicana nos últimos 10 anos.

#### 2.1. Os volumes e os ritmos de crescimento da população

A dinâmica do crescimento demográfico é um fenómeno mutável, tanto no tempo como no espaço. Ela é consequência directa das variáveis micro-demográficas: natalidade/fecundidade, mortalidade e migrações.

Dispondo, ao longo do tempo, de diversas informações acerca do volume de uma população, a primeira análise que normalmente é feita consiste no cálculo do ritmo de crescimento que proporciona um resultado médio anual comparável em períodos de diferente amplitude (Nazareth, 2004). São apresentados no quadro e no gráfico abaixo, o volume da população por sexo, variação e os ritmos de crescimento da população moçambicana no período 1970 - 2007.

De acordo com o Quadro 1, podemos concluir o acelerado crescimento da população Moçambicana. Na década de 1970-80, a TCAM era de 2,5%. Este crescimento pode ser explicado pelos elevados níveis de natalidade e pela redução da taxa de mortalidade. No período 1980-97, o ritmo de crescimento sofreu um abrandamento para cerca de metade (1,3%). Pelo menos duas razões poderão estar na origem deste fenómeno: a elevada taxa de mortalidade causada pela guerra civil que teve o seu fim em 1992 e um importante fluxo migratório para o exterior, em busca de melhores condições de segurança. Com o fim da guerra, a população refugiada no exterior, sobretudo, nos países vizinhos (Malawi, Zimbabwe, África do Sul, Suazilândia) regressa

ao país contribuindo para um aceleramento do crescimento da população estimado em 2,8%. Outros factores que estão na origem deste crescimento relacionam-se com o crescimento da taxa de natalidade e a redução da taxa de mortalidade.

Quadro 2. Evolução da população total por sexo, variação e taxa de crescimento, 1970 - 2007

Ano	Total	Homens	Mulheres	Variaçãoo	Taxa de cres.
1970	9.407,7	4.572,2	4.835,5		
1980	12.130,0	5.908,5	6.221,5	28,9	2.5
1997	15.278,3	7.320,9	7.957,4	26,0	1.3
2007	20.226,9	9.735,0	10.491,9	32,4	2.8

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do censo 1997 e 2007 (INE\_M)

Olhando para o crescimento da população a nível de províncias, o gráfico 1 mostra uma uniformidade da TCAM em todas as províncias do país no período 1980-97 com valores significativamente baixos quando comparados com os registados em 1997-07. Neste último período regista-se uma grande irregularidade do crescimento da população pelas províncias observando-se maiores TCAM nas províncias de Niassa, Tete e Maputo província. Esta situação justifica-se pelo facto de estas províncias serem as que fazem fronteira com os países vizinhos sendo as mais afectadas pelo fluxo migratório para o exterior.

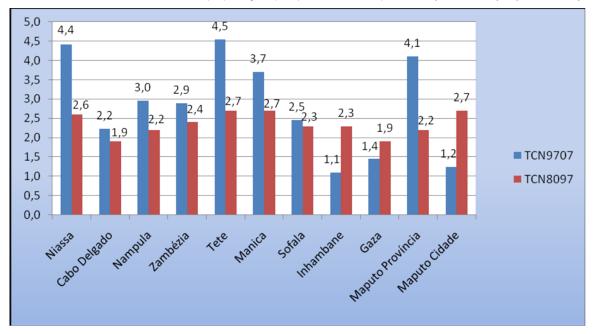


Gráfico 1. Taxa de crescimento da população por províncias nos períodos (1980 -1997) e (1997-2007)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do censo 1997 e 2007 (INE\_M)

## 2.2. Distribuição espacial da população

A distribuição da população, ocupação do espaço ou simplesmente densidade populacional é entendida como sendo o número de habitantes por quilómetros quadrados (hab. /km²) ou a forma como a população se encontra distribuída no espaço.

O crescimento da população mundial assim como a sua distribuição foram e continuam sendo desiguais nos diversos continentes e/ou regiões e em diferentes épocas.

O gráfico 2 mostra que a população Moçambicana está distribuída de forma relativamente uniforme entre a maioria das províncias, exceptuando Zambézia e Nampula que são as mais populosas com 38,4% e 38,7% em 1997 e 2007, respectivamente. A Cidade de Maputo, capital do país, concentra actualmente 5,4%.

A distribuição da população a nível de províncias variou de forma desigual ao longo dos 10 anos (1997 e 2007). Não obstante o registo de crescimento da população em todas as províncias, destacam-se as províncias de Niassa, Tete e Maputo com crescimentos assinaláveis superiores a 50%.

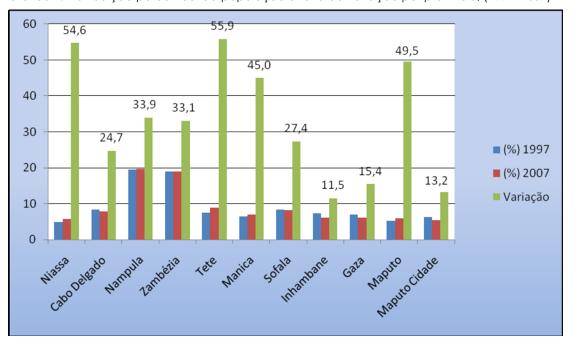


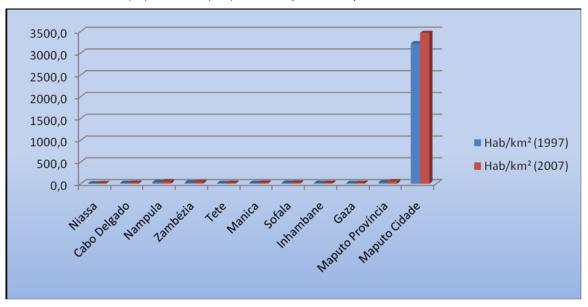
Gráfico 2. Distribuição percentual da população e taxa de variação por província, (1997-2007)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do censo 1997 e 2007 (INE\_M)

A ocupação do espaço é diferente de região para região em função da superfície de cada uma e de diferentes factores nomeadamente: clima, relevo, vegetação, vias de comunicação, indústrias, prestação de serviços, bem como factores de ordem cultural, política, religiosa, histórica, etc.

De um modo geral a densidade populacional trata-se de um indicador de medida globalizante, simples e bastante grosseira e que não tem em conta as considerações físicas do espaço onde se encontra inserida a população em estudo (Nazareth, 2000). O continente Africano tinha em 2009, uma densidade populacional de 33 hab./Km², considerada muito fraca quando comparada com a sua população absoluta de mais de 1.000 milhões de habitantes (UNFPA, 2009). Entretanto, há regiões fortemente povoadas e outras desertas verdadeiramente anecúmenas, como são exemplos, os desertos de Saara e de Calaári e densa floresta equatorial. Igualmente, Moçambique apresenta uma densidade muito baixa (25 hab. /km²) quando comparada com a sua população absoluta de mais de 22 milhões de habitantes.

Embora em termos de distribuição da população por província, a Cidade de Maputo apresente número reduzido, no que diz respeito a forma como a população encontra-se distribuída no espaço o número é bastante elevado (3.462,9 hab./km²). Esta situação pode-se explicar pelo facto de ser uma província 100% urbana cujo nível de desenvolvimento socioeconómico é bastante elevado quando comparado com as restantes províncias.



**Gráfico 3.** Densidade populacional por província, (1997-2007)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2007 (INE\_M)

#### 2.3. A estrutura da população

Em análise demográfica, quando se quer ter uma visão rápida da evolução ou diversidade das estruturas populacionais, optase por compactar a informação segundo determinados critérios. O critério mais importante é o da idade, ou seja, concentra-se num reduzido número de grupos a totalidade da informação, de modo a tornar mais funcional a análise, daí o nome de grupos funcionais (Nazareth, 2004). Assim, a população total, em vez de aparecer dividida em grupos de idades anuais ou quinquenais, passa a estar dividida em três grandes grupos: 0 -14 anos, 15 - 64 anos e 65 e + anos ou 0 -19 anos, 20 - 59 anos e 60 e + anos.

Após a opção, em grupos funcionais, em função da análise que se quer fazer podemos proceder a outras divisões, tais como por sexo, activos mais jovens ou menos jovens, em idade escolar e pré-escolar, em idade do serviço militar, entre outras e, de acordo com o que se quer, podemos manipular essas informações, transformando-as em indicadores ou índices-resumo.

Observando os Gráficos 4 e 5 conclui-se que a população do País é predominantemente jovem, tendo 44,8% e 46,9% (1997 e 2007) idades inferiores a 15 anos. Por sua vez, no mesmo período, a proporção de idosos com idades superiores a 65 anos foi de apenas de 2,9% e 3,1%.

São apresentados no Quadro 2 os índices resumo referentes aos anos 1997 e 2007.

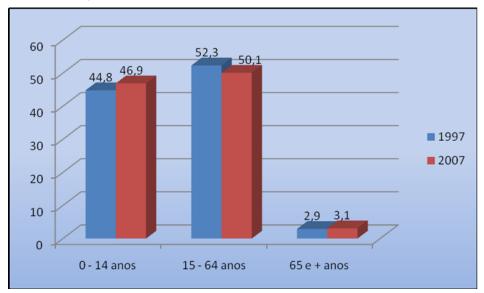
Como se pode observar, o índice de dependência total, indicando a relação entre a população potencialmente dependente (0 a 14 anos e 65 e mais) e a população em idade activa (15 a 64 anos), nos dois anos revela maior dependência da população potencialmente inactiva em relação a potencialmente activa, 90,4% e 99,8% para 1997 e 2007 respectivamente. Contudo, importa referir que estes valores podem não reflectir a realidade pois, o fenómeno "trabalho infantil" é observável no país. Muitos jovens (abaixo de 14 anos) encontram-se a trabalhar ora em ajuda a familiares (geralmente nos trabalhos agrícolas no campo) ou em comércio informal (em vendas ambulatórias nos centros urbanos). Todos os índices observaram aumento durante o período em análise com excepção do índice de envelhecimento, percentagem de potencilamente activos e o índice de tendência que registaram uma redução.

Quadro 3. Indices Resumo, 1997 e 2007

Índices Resumo	1997	2007	var.(07/97)
Percentagem de Jovens		46,9	5,4
Percentagem de Potencialmente Activos		50,1	-4,7
Percentagem de Idosos	3,0	3,1	2,3
Índice Juventude		1523,8	3,0
Índice de Envelhecimento	6,8	6,6	-3,0
Índice de Longevidade	33,0	36,6	10,8
Índice de Dependência dos Jovens		93,6	10,6
Índice de Dependência dos Idosos		6,1	7,4
Índice de Dependência Total		99,8	10,4
Índice de Juventude da População Activa		286,6	0,2
Índice de Renovação da População Activa		471,1	3,2
Índice de Maternidade		43,5	12,1
Índice de Tendência		121,2	-1,6
Índice de Potencialidade	183,6	186,7	1,7

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2997

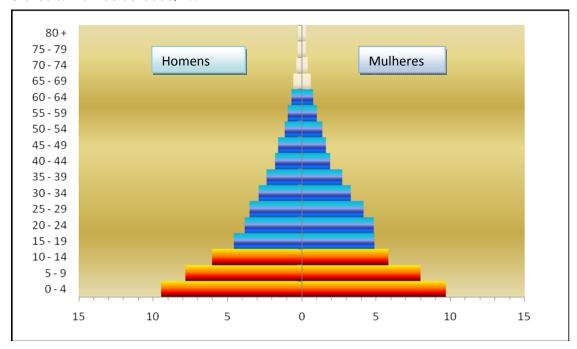
Gráfico 4. Grupos Funcionais do País, 1997 e 2007



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2007 (INE\_M)

A construção da pirâmide de idade constitui a melhor forma de sintetizar a informação por idade e sexo. O Gráfico 5 representa a estrutura da população Moçambicana por idade e sexo do ano 2007. Como se pode observar pelo tipo do gráfico (Acento Circunflexo), Moçambique apresenta uma configuração típica dos países em desenvolvimento, o que pressupõe a existência de muitos jovens e poucos idosos, significando alta taxa de natalidade e reduzida esperança média de vida.

**Gráfico 5.** Pirâmide de idade, 2007



**Fonte:** Elaborado pelo autor, a partir dos dados do censo 2007 (INE\_M)

Em termos provinciais o comportamento dos três grupos funcionais é uniforme. As províncias de Niassa, Zambézia e Tete, são as mais jovens pois, a percentagem de jovem é superior a dos potencialmente activos e idosos. Contrariamente, as restantes províncias nomeadamente, Cabo Delgado, Nampula, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo observam maior percentagem de população potencialmente activa. De referir que a Cidade de Maputo foi a que observou maior percentagem justificando-se por ser a capital nacional que, normalmente, atrai mais imigrantes, quer internos como externos, na sua maioria jovens mais adultos.

70,0
60,0
50,0
40,0
30,0
20,0
10,0
10,0
0,0
115 - 64 anos
65 e + anos
65 e + anos

Gráfico 6. Grupos Funcionais por províncias, 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do censo 2007 (INE\_M)

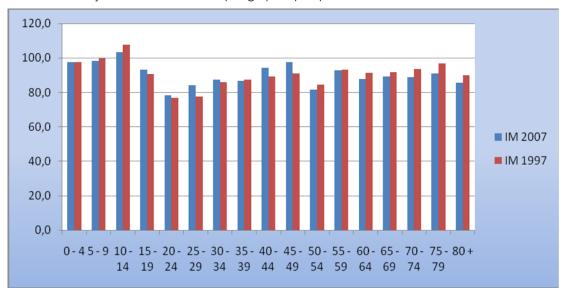
## 2.4. Relação de masculinidade

A relação de masculinidade obtém-se dividindo os efectivos do sexo masculino pelos do sexo feminino. Trata-se de um instrumento de análise que permite verificar o modo como os efectivos existentes num determinado grupo de idades são partilhados entre os dois sexos (Rodrigues, 2007). Segundo Nazareth (2004), este indicador tem sido utilizado para apreciar a qualidade do registo dos nascimentos por sexo, permintindo observar se as declarações de nascimentos acusam algum desequilíbrio no que respeita ao sexo. Em regra, nascem mais rapazes do que as raparigas, numa razão de 105 para 100, pelo que as pirâmides de idades nunca são simétricas (Nazareth, 2004). Em geral as bases de quaisquer pirâmides de idades são maiores do lado esquerdo do que do lado direito (gráfico 5).

O equilíbrio só virá a acontecer mais tarde devido à sobremortalidade masculina pelo que à medida que a idade avança os efectivos masculinos começam a inferiorizar-se, face aos femininos, até que nos últimos grupos etários se constata uma nítida superioridade feminina.

Observando o Gráfico 7 conclui-se que em Moçambique, em 1997 e 2007, as mulheres estiveram em número superior ao dos homens em quase todos os grupos etários, com excepção do grupo etário dos 10 a 14 anos que observaram mais homens em relação às mulheres (108 e 103 homens em cada 100 mulheres em 1997 e 2007, respectivamente). Esta situação pode-se explicar pela maior mortalidade feminina, visto ser prática comum a casamento precoce (sobretudo nas áreas rurais) e por conseguinte procriação precoce.

Nos últimos grupos etários (a partir de 65 anos) constata-se uma superioridade feminina derivada da sobremortalidade masculina.



**Gráfico 7.** Relação de Masculinidade por grupos quinquenais, 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2007 (INE\_M)

Analisando o Índice de Masculinidade por província, o Gráfico 8 revela uma superioridade do sexo feminino em relação ao masculino em todas as províncias e nos dois anos em análise. Contudo, em 2007 comparado com 1997, o indice de Masculinidade registou crescimento nas províncias de Niassa, Tete, Inhambane, Gaza e Maputo contrariamente às províncias de Nampula, Zambézia, Manica, Sofala e Cidade de Maputo que observaram redução.

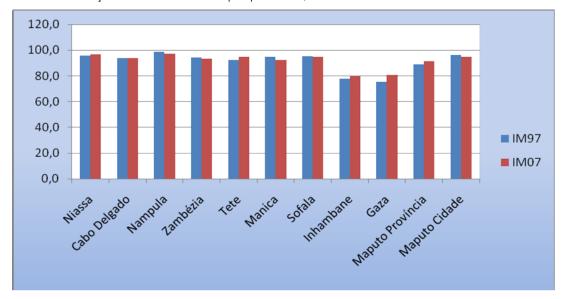


Gráfico 8. Relação de Masculinidade por província, 1997 e 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos 1997 e 2007 (INE\_M)

### 2.5. Natalidade e fecundidade

A Fecundidade está associada ao modelo de procriação humana, em termos do número efectivo de filhos em relação às mulheres em idade reprodutiva. Do ponto de vista demográfico, a análise da fecundidade tenta medir em que grau e como se distribuem os nascimentos ao longo das gerações femininas em idade fértil. A sua importância está no facto de que estes vão determinando, conjuntamente com a mortalidade e as migrações, o crescimento e a estrutura da população.

Importa esclarecer os conceitos de natalidade e fecundidade pois, embora muitas vezes sejam utilizados como sinónimos, na realidade reflectem aspectos de realidade demográfica diferentes, ainda que em ambos os casos se reporta aos nascimentos.

Enquanto a natalidade mede a frequência dos nascimentos ocorridos no seio de uma população no seu todo, a fecundidade identifica a frequência de nascimentos que ocorrem dentro de um grupo específico da população – a população feminina em idade de procriar (15 – 49 anos). Por isso, quando se fala de natalidade e fecundidade estamos perante duas realidades diferentes.

A análise da fecundidade tem sido feita recorrendo a dois indicadores genéricos nomeadamente, a Taxa Bruta de Natalidade e a Taxa Global de Fecundidade, neste caso, a análise feita será sobre eles que assenta.

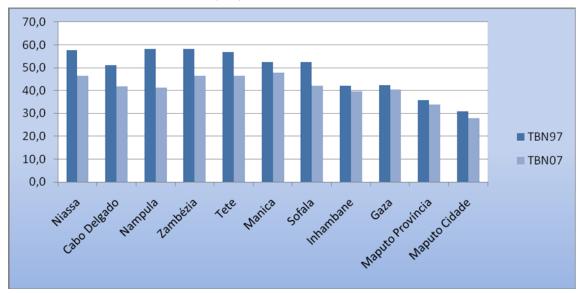
A Taxa Bruta de Natalidade indica o número de nascimentos por cada mil habitantes.

Fórmula de cálculo: TBN= 
$$\left(\frac{\text{Total de nascimentos}}{\text{Total da pop.}}\right) * 1000$$

No país, no ano 2006-07 nasceram 42,2 crianças em cada 1000 habitantes contra 44,4 registada no ano 1996-97, significando uma redução em 5%.

Analisando o comportamento deste indicador a nível das 11 províncias do país, o gráfico 10, mostra haver uma redução do número de nascimentos em todas as províncias. É de salientar que as reduções não foram significativas. Contudo, as maiores observaram-se nas províncias do Centro e Norte do país (acima de 10%) em relação às províncias de Sul com excepção de Inhambane.

**Gráfico 9.** Taxa Bruta de Natalidade por província, 1997 e 2007



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2007 (INE\_M)

-5,0 Thesa Degrado narrollo 12 trobe to -5,0 The transfer of t

Gráfico 10. Variação da taxa bruta de natalidade por províncias, 1997 e 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2007 (INE\_M)

Neste estudo vamos analisar a fecundidade em termos de Índice Sintético de Fecundidade (ISF) que, segundo Vinuesa at al (1997), resulta da multiplicação por 35 (número do período fértil das mulheres: 15 – 49 anos) a TGF devidido por 1000. O ISF corresponde ao número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade) admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. O valor resultante da soma das taxas por idades, ano a ano ou grupos quinquenais entre os 15 aos 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil) (INE – P, 2006).

Fórmula de cálculo: ISF= 
$$\frac{TFG*35}{1000}$$

Segundo a UNFPA (2009), o ISF para Moçambique foi de 4,9 filhos por mulher em 2009 contra 5,8 registado em 2007 (INE-M, 2007) significando que, em dois anos, houve uma redução em 16%. Entretanto, nos dez anos anteriores, o país registou uma redução do número de filhos por mulher em 2%, pois em 1997 o número de filhos por mulher era de 5,9 (INE-M, 1997). Não obstante verificar-se uma tendência de redução do número médio de filhos por mulher, o ISF continua alta quando comparada com a do continente Africano (4,5 filhos por mulher) e a do mundo (2,5 filhos por mulher). Analisando este indicador a nível das províncias

do país, (Gráfico 11) todas as províncias observaram uma fecundidade alta nos dois anos (1997 e 2007) com excepção da Cidade de Maputo, que em 2007 foi de 2,9 filhos por mulher. A fecundidade baixa registada na província da Cidade de Maputo, deve-se pelo facto de ser uma província 100% urbana. Como sabemos, as cidades apresentam um elevado nível de desenvolvimento socioeconómico, o que se traduz num elevado nível de educação da população. De facto existe uma correlação linear entre aumento dos níveis de educação feminina e a diminuição da fecundidade.

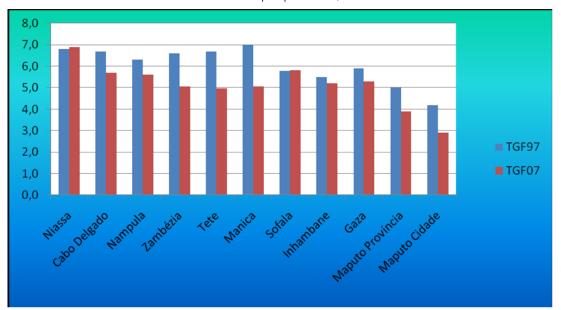


Gráfico 11. Índice Sintético de Fecundidade por província, 1997 e 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos 1997 e 2007 (INE\_M)

Observando o Gráfico da variação do Índice Sintético de Fecundidade nos dois anos (1997 e 2007), conclui-se que em todas as províncias, este indicador registou uma redução com excepção das províncias de Niassa e Sofala que cresceu em 1,5% e 0,1% respectivamente. Esta situação pode ser o reflexo da mudança que vem ocorrendo no país, em especial no aumento dos níveis de educação, contribuindo com a redução significativa dos níveis de fecundidade.

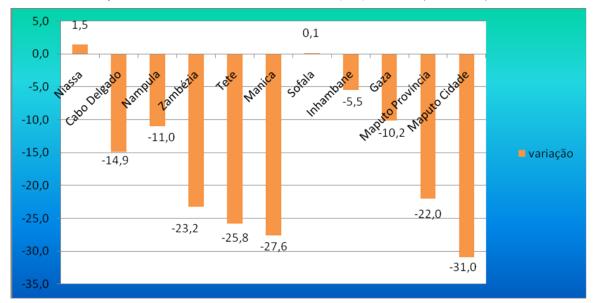


Gráfico 12. Variação do Índice Sintético de Fecundidade por província, (1997-2007)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos, 1997 e 2007 (INE\_M)

### 2.6. Mortalidade

A Mortalidade é um fenómeno demográfico que se caracteriza por ser, inevitável, não renovável e irreversível (Vinuesa et al, 1994). É inevitável uma vez que todos os indivíduos pertencentes a uma geração acabam morrendo; é não renovável porque cada indivíduo só experimenta o acontecimento uma única vez; e, é irreversível visto que quem morre nunca mais volta a viver. Estas são as características que distinguem a mortalidade de quaisquer outros fenómenos demográficos.

Vamos analisar a mortalidade em Moçambique baseando-se em três indicadores, nomeadamente, Taxa Bruta de Mortalidade, Taxa de Mortalidade Infantil e Esperança Média de Vida.

A Taxa Bruta de Mortalidade, é simplesmente a razão entre o número de óbitos ocorridos num ano e a população estimada para meados desse ano. Este indicador, embora seja de fácil cálculo, tem a desvantagem de ser muito afectado pela estrutura da população.

Fórmula de cálculo: TBM= 
$$\left(\frac{\text{Total \'obitos}}{\text{Total pop.}}\right) * 1000$$

Moçambique observou no ano 2006-07 uma Taxa Bruta de Mortalidade de 16 por mil habitantes contra 21,2 registada no ano 1996-97 significando uma redução em 23,8% durante o período. Não obstante a redução, o país continua apresentar elevadas taxas de mortalidade, típicas dos países em desenvolvimento, enquadrando-se entre as nações mais vítimas de doenças infecciosas e parasitárias, praticamente inexistentes no mundo desenvolvido. A redução observada pode resultar de uma progressiva popularização de medidas de higiene, da ampliação das condições de atendimento médico, da abertura de postos de saúde em áreas mais recônditas, das campanhas de vacinação e do aumento da quantidade e qualidade da assistência médica e do atendimento hospitalar.

No período de 1997 e 2007, a redução da Taxa Bruta de Mortalidade seguiu, a nível de quase todas as províncias o mesmo comportamento que o total nacional com excepção das províncias de Niassa, Cabo Delgado e Cidade de Maputo que apresentaram um aumento (gráfico 13).

30,0
25,0
20,0
15,0
10,0
5,0
0,0
TBM97

Gráfico 13. Taxa Bruta de Mortalidade por província, 1997 e 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos 1997 e 2007 (INE\_M)

A Taxa de Mortalidade Infantil define-se como a probabilidade de morrer antes de completar o primeiro ano de vida. Este é um dos indicadores mais adequado para avaliar o nível de desenvolvimento sócioeconómico e do estado de saúde duma população.

Fórmula de cálculo: 
$$TMI = \left(\frac{\text{Óbitos de menos de 1 ano de idade}}{\text{Total de nascimentos}}\right) * 1000$$

Moçambique é um país cujo nível de desenvolvimento sócioeconómico enquadra no dos países em desenvolvimento. Apresenta a Taxa de Mortalidade Infantil das mais altas do mundo com 86 por mil nascimentos em 2009 contra 46 observada no mundo e 80 do continente Africano (UNFPA, 2009). Contudo, houve uma redução deste indicador em 27,3% comparativamente

ao ano 2007 que registou 118,3 por mil nascimentos (INE\_M, 2007). A melhoria das condições de saúde materno-infantil pode estar relacionada com a redução que também se observou no período 1997 e 2007 em cerca de 19%.

No período de 1997 a 2007, a redução da Taxa de Mortalidade Infantil seguiu, a nível de quase todas as províncias, o mesmo comportamento que o total nacional, com excepção da Cidade de Maputo que registou um aumento (gráfico 14). Este aumento pode estar relacionado com as más condições de saneamento que caracterizam a Cidade de Maputo, sobretudo nos bairros suburbanos. São bairros ocupados de forma desordenada pela população oriunda de zonas afectadas pela guerra civil sendo propensos à várias doenças com destaque para a malária e cólera. Por outro lado, embora a Cidade de Maputo apresente boa qualidade dos serviços das unidades sanitárias em termos de equipamento instalado e qualidade dos recursos humanos em comparação com outras províncias, o número cada vez maior da população a entrar na urbe «sufoca» a proporção número da população por médico.

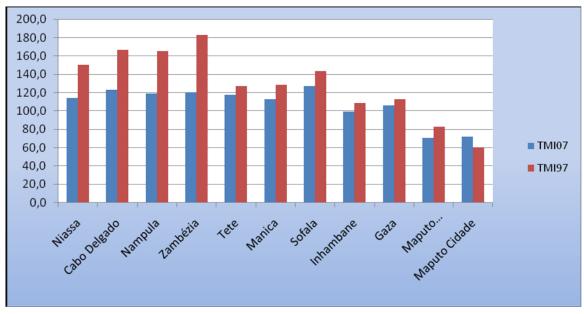


Gráfico 14. Taxa de Mortalidade Infantil por província, 1997 e 2007

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados dos censos 1997 e 2007 (INE\_M)

A Esperança Média de Vida é um indicador mais utilizado para medir a mortalidade. Este indicador mostra o número de anos que se espera que uma pessoa nascida num determinado ano viva, em média, se as condições de mortalidade existentes permanecerem constantes. Quanto menor for a mortalidade, maior será a esperança de vida ao nascer. A nível mundial, a esperança de vida ao nascer é, em média, de 65,8 para homens e 70,2 para mulheres (UNFPA, 2009). Ainda de acordo com este organismo, a Europa apresenta a esperança de vida ao nascer das mais altas em relação a outros continentes (71,5 para homens e 79,4 para mulheres). O continente Africano, região que exibe níveis de mortalidade mais elevados do mundo, a esperança de vida é reduzida (53,5 para homens e 55,8 para mulheres). Em Moçambique, a esperança média de vida ao nascer foi, em 1997, de 42,3 anos sendo 40,6 anos para os homens e 44,0 anos para as mulheres. Comparativamente, no ano 2007 a esperança média de vida ao nascer cresceu 16,8% pois, foi de 49,4 anos sendo 47,1 para homens e 51,8 para mulheres. Em geral, na maioria dos países do mundo a esperança de vida ao nascer é menor para os homens do que para as mulheres. Na literatura respectiva não há unanimidade sobre o peso de factores biológicos ou sociais nesta tendência. De qualquer forma, as esperanças de vida ao nascer observadas em Moçambique indicam um elevado nível de mortalidade na infância.

Após uma breve análise das características demográficas no capítulo 2, apresentamos no capítulo seguinte, o Atlas do perfil sócio-demográfico de Moçambique no período de 1997 a 2007. O presente Atlas, que faz uma representação, através de mapas, de informação sócio-demográfica, oferece um conjunto de informação imprescendível para o estudo e análise da dimensão sócio-demográfica de Moçambique esperando, desta forma, que desperte o interesse do público em geral para a compreensão desta realidade.

## **CAPÍTULO 3**

# 3. ATLAS SÓCIO-DEMOGRÁFICA EM MOÇAMBIQUE

### 3.1. Material e métodos

Para a elaboração do presente Atlas contamos com os dados dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação de 1997 e 2007 disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. Os dados foram recolhidos na forma semi-elaborada, tendo sido trabalhados e posteriormente produzidas as variáveis objectos de análise. O mapa base (shapfile) com divisão até ao nível do distrito na escala 1:250.000, foi nos disponibilizado pela Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA). A partir deste mapa, com uso das ferramentas do ArcMap criamos o mapa das províncias.

Na produção dos mapas usamos como método de classificação o desvio padrão. A razão da escolha deste método prende-se com a necessidade de incorporar mais uma categoria auxiliar na interpretação dos mapas uma vez tendo as percentagens das variáveis e o número das unidades geográficas.

Para análise da evolução temporal das variáveis sócio-demográfica, foi usado o método comparativo através do cálculo da taxa de variação do período em análise (1997 e 2007).

## 3.2. Organização do atlas

O presente atlas constitui o terceiro capítulo do trabalho e está organizado em cinco sub-capítulos

## 3.2.1. Moçambique no mundo

Procuramos, neste sub-capítulo, fazer um enquadramento geográfico de Moçambique no mundo, ou seja, localizamos o País em termos geográfico.

# 3.2.2. Evolução Histórica da População

Neste sub-capítulo apresentamos a divisão administrativa do País e o tamanho da população no período de 1980 a 2007. Analisamos a taxa de crescimento natural da população em dois períodos (1980-1997 e 1997-2007) para Províncias e um período (1997 – 2007) a nível de distritos.

# 3.2.3. Características Gerais da População

No presente sub-capítulo, apresentamos a densidade da população e o índice de masculinidade. De referir que, devido a maior densidade da população observada na Cidade de Maputo (outlier), este indicador é analisado duas vezes, ou seja, com e sem a Cidade de Maputo.

### 3.2.4. Dinâmica da População

São analisadas neste sub-capítulo as taxas das variáveis micro-demográficas, nomeadamente, a Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Mortalidade, Taxa de Mortalidade Infantil e Taxa de Fecundidade Geral.

## 3.2.5. Características Sócio-Demográficas

No presente sub-capítulo, em primeiro lugar, analisamos as características da população em termos de índices-resumo, nomeadamente, percentagem de jovens, percentagem de potencialmente activos, percentagem de idosos, índice de juventude, índice de envelhecimento, índice de longevidade, índice de dependência de jovens, índice de dependência de idosos, índice de dependência total, índice de juventude da população activa, índice de renovação da população activa, índice de tendência, índice de potencialidade e índice de maternidade. Em seguida, faz-se análise da caracterização dos Agregados Familiares no que diz respeito ao tamanho, à percentagem dos chefes de agregados familiares masculinos, percentagem de agregados familiares por estado civil (casados em regime união marital) e percentagem de agregados familiares por tipo (nucleares com filhos e alargados). Ainda neste sub-capítulo, fazemos uma caracterização do estado civil da população Moçambicana, nomeadamento, percentagem da população casada em regime união marital, percentagem da população casada, percentagem da população solteira, percentagem da população divorciada ou separada e percentagem da população viúva.

Nas características do sector da educação procurou-se analisar a taxa de analfabetismo, percentagem da população que frequenta os níveis (primário, básico geral, médio geral, técnico profissional e superior). Analisamos a população em termos de saber ou não saber falar a língua portuguesa.

A religião é uma das caracaterísticas sócio-demográficas presente neste atlas onde são analisadas as religiões católica, islâmica e zione/sião. É feita também uma análise em termos da taxa de deficiência, proporção da população de nacionalidade estrangeira, taxa de orfandade materna e tipo somático/origem.

Por último, faz-se uma caracterização da força de trabalho em termos de taxa de actividade, taxa de desemprego, taxa de

emprego da população activa e percentagem da população por sector (primário, secundário e terciário).

3.3. Guia de leitura dos mapas

A interpretação dos mapas é feita com base em três categorias (desvio padrão, percentagem das variáveis e número de

unidades geográficas). O desvio padrão constitui a categoria base e foi calculada automaticamente em função dos dados das

variáveis em causa. As percentagens das variáveis e o número de unidades geográficas (províncias e distritos) foram introduzidos

manualmente em função dos intervalos de desvio padrão. Existem em Moçambique 11 províncias e 146 distritos.

Cada variável, analisada nas duas unidades geográficas (Província e Distrito) é constituida por um conceito, fórmula de cálculo

da variável e da variação e um breve comentário. De referir que a análise das variáveis por província é feita em termos de

distribuição no ano 2007 e sua variação no período (1997-2007). A nível de distrito analisamos a distribuição nos dois anos (1997 e

2007) e a variação no mesmo período. São apresentadas as percentagens das variáveis nos mapas das províncias.

Todos os mapas apresentam um título, indicação do Norte, escala e legenda.

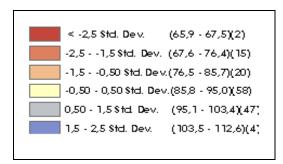
Exemplo da Escala:

150 Km

**Significado:** 1 cm no mapa equivale a 150 km no terreno

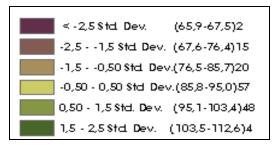
35

# Exemplo da leitura da Legenda: Leitura da distribuição



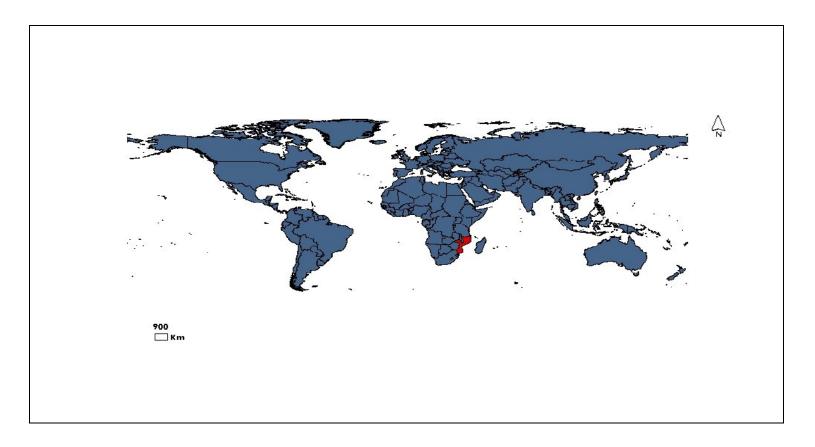
35% (51/146) \*100 correspondentes a (47+4=51) distritos observaram taxas de analfabetismo acima da média do desvio padrão com taxas superiores a 95%. Taxas abaixo da média foram observadas em 25% (37/146) \*100 dos distritos (20+15+2=37).

## Leitura da variação



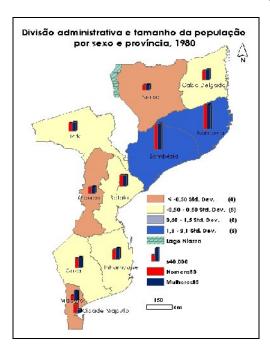
Todos os distritos registaram taxa de variação positiva. 36% (52/146) \*100 correspondentes a (48+4=52) distritos observaram maior crescimento (acima da média do desvio padrão) com destaque para o distrito X que cresceu 112,6%. De referir que todos os mapas da variação são representados pela cor azul carregado que indica maior crescimento e cor castanha indicando menor crescimento.

## I.MOÇAMBIQUE NO MUNDO

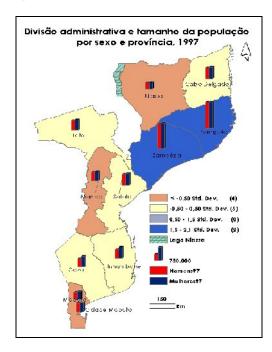


Moçambique é um país Africano, situado na costa Sudoeste numa posição estratégica visto que funciona como porta de entrada para seis países. Possui fronteira a norte com a República da Tanzânia, a oeste com as repúblicas de Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Africa do Sul. A Sul faz fronteira com a República da Africa do Sul e o reino da Suazilêndia e a este é banhado pelo oceano índico. Situa-se entre os paralelos 10°, 27' e 26°, 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30°, 12' e 40°, 51' de longetude Este. Possui uma superfície total de 799.380 km² das quais 786.380 km² correspondem a terra firme e 13.000 km² de águas interiores.

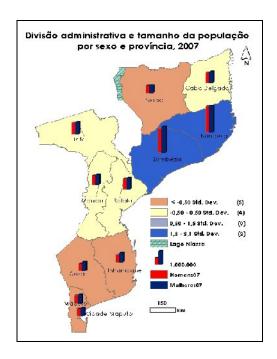
## II.1 Divisão administrativa e tamanho da população (1980 – 2007) - Províncias



Moçambique está dividido em 11 Províncias, nomeadamente, de Norte ao Sul, Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Contudo, é muito frequente referir-se a Moçambique como tendo apenas dez províncias, por não ser feita a separação entre a Cidade e Província de Maputo. As províncias dividem-se em distritos, que por sua vez se dividem em Postos Administrativos e estes em Localidades.

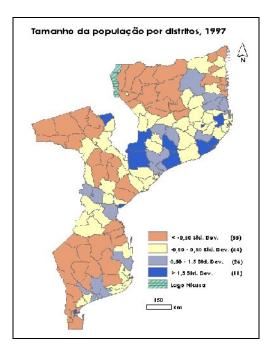


A distribuição da população total por províncias não sofreu alterações nos anos 80 e 90. Em ambas as décadas as províncias de Niassa, Manica, Maputo e Cidade de Maputo foram as de menor número de habitantes e as de Nampula e Zambézia foram as mais populosas. O cenário mantém no ano 2007 no que respeita às províncias mais populosas, que continuam a ser Nampula e Zambézia.

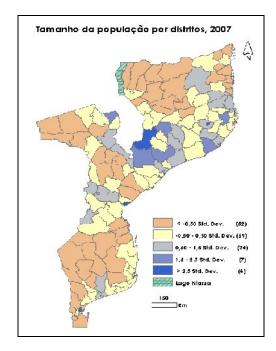


À semelhança dos anos 80 e 90, em 2007 as províncias de Niassa, Maputo e Cidade de Maputo continuaram a ser as menos populosas do país. A estas províncias, juntaram-se as de Gaza e Inhambane, que nas décadas 80 e 90 apresentavam valores médios. Por sua vez, a província de Manica que fazia parte das menos populosas entre 1980 e 1997, passou a apresentar valores médios em 2007.

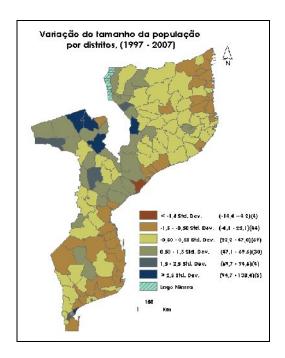
## II.1. Divisão administrativa e tamanho da população (1997 – 2007) - Distritos



O crescimento da população assim como a sua distribuição, foram e continuam a ser desiguais nas diversas regiões e em diferentes anos. A nível de distritos o tamanho da população é bastante variável, havendo alguns populosos e outros com pouca população. Em 1997, os distritos cujo número da população é considerado maior localizam-se nas províncias de Nampula (Cidade de Nampula, Angoche, Moma e Monapo), Zambézia (Milange, Morrumbala, Maganja da Costa e lle), Sofala (Cidade da Beira), Maputo (Cidade da Matola), Cidade de Maputo (Distrito Urbano nº4) e Tete (Angónia).

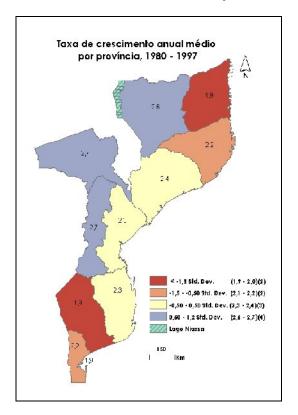


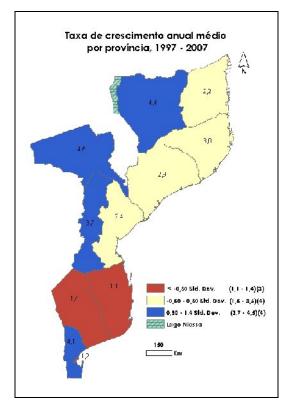
Em 2007, o número de distritos com um volume de residentes superior à média reduziu-se para quatro, respectivamente: Cidade de Nampula na província de Nampula, Milange na província da Zambézia, Cidade da Beira em Sofala e Cidade da Matola na província de Maputo. Os distritos com reduzido tamanho da população localizam-se sobretudo nas províncias de Niassa, Tete, Gaza e Maputo quer em 1997, quer em 2007. Esta desproporção da distribuição da população resulta, em grande medida, das diferenças em termos das condições naturais e socioeconómicas locais. No geral, os distritos



urbanos são os que observam maior número de residentes. O crescimento da população por distrito, entre 1997 e 2007 variou. Alguns distritos registaram um ganho significativo (acima de 95%) como no caso de Chifunde, Macanga e Moatize na província de Tete; Mecanhelas em Niassa e Marracuene na província de Maputo. Outros perderam população, ou seja, registaram uma variação negativa (num total de 6), com destaque para o D.U.nº1 na Cidade de Maputo. Esta situação é consequência directa de alterações nas variáveis micro-demográficas: natalidade/fecundidade, mortalidade e migrações.

## II.2.Taxa de crescimento natural (1980 – 2007) - Províncias





#### Conceito:

#### Taxa de crescimento natural

Corresponde à dinâmica (positiva ou negativa) de crescimento anual médio de uma dada população. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral correspondentes a dois censos demográficos.

#### Comentários:

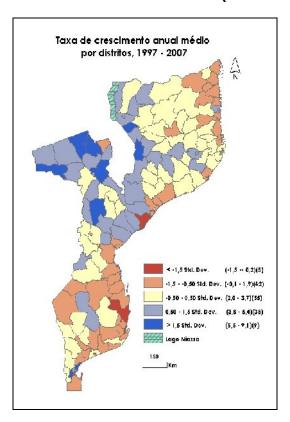
Como era de esperar, o ritmo de crescimento da população a nível de províncias não é uniforme. Em função do comportamento das taxas de natalidade, mortalidade e movimentos migratórios, algumas registaram um ritmo de crescimento superior a outras e variável nos períodos de 1980-97 e 1997-07. No primeiro (1980-97), 4 províncias observaram um ritmo de crescimento acima de 2,5% e 2 abaixo de 2,0%. O mesmo cenário se repetiu no período de 1997-2007, mas com uma taxa de crescimento relativamente maior (acima de 3,7%).

#### Fórmula de cálculo:

Taxa de crescimento natural (geométrica)

$$r = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{Pt}{Po}} \right) - 1 \right] * 100$$

### II.2. Taxa de crescimento natural (1997 – 2007) - Distritos

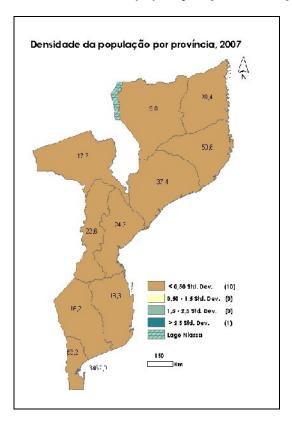


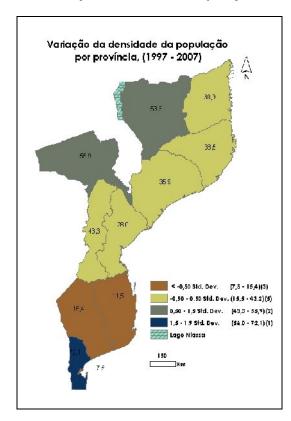
#### Comentário:

Dada a falta de dados até ao nível de distrito (para períodos anteriores a 1997), apresentamos os ritmos de crescimento da população apenas para o período de 1997-2007. O mapa a esquerda mostra as desigualdades dos ritmos de crescimento da população dos 146 distritos do País. Pelo menos 44 distritos apresentaram nesse período um ritmo de crescimento anual bastante elevado (acima de 3,8%) com destaque para os distritos de Macanga (9,1%), Chifunde (7,5%), Moatize (7,0%), Magoe (5,8%) na Província de Tete; Mecanhelas (7,5%) e Ngauma (6,6%) na Província de Niassa; Macossa (6,9%) em Manica e Boane (6,0%) na Província de Maputo. Entretanto, 47 distritos registaram durante o período um ritmo de crescimento inferior à média (2,0%). Destes cumpre destacar as que registaram crescimentos negativos, como nos casos do D.U.nº1 (-1,5%), D.U.nº2 (-0,5%) na Cidade de Maputo; Chinde (-0,7%) na Província da Zambézia; Cidade da Maxixe (-0,4%) e Massinga (-0,1%) na Província de Inhambane.

Os distritos que observaram maiores rítmos de crescimento da população fazem fronteira com os países vizinhos de Malawi, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia. Durante a guerra civil que terminou em 1992, grande parte da população destes distritos refugiou-se nesses países, tendo regressado com o fim da guerra às suas zonas de origem o que pode justificar o elevado rítmo de crescimento. Contudo, outros factores podem ser considerados, como os níveis elevados de natalidade, a redução da taxa de mortalidade e a imigração da população vinda de outros distritos do país. Ao invés, os distritos que apresentaram ritmos de crescimento anual negativo perderam população em consequência da emigração da população para outros distritos mais que pelos níveis de natalidade ou mortalidade.

## III.1. Densidade da população (1997 – 2007) – Províncias (com Cidade de Maputo)





#### Fórmula de cálculo:

Densidade da população

 $\frac{\text{Habitantes}}{\text{Km}^2}$ 

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Densidade 2007}}{\text{Densidade 1997}} - 1\right) * 10$$

#### Conceito

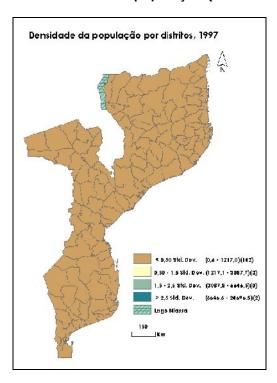
### Densidade da população

Corresponde a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

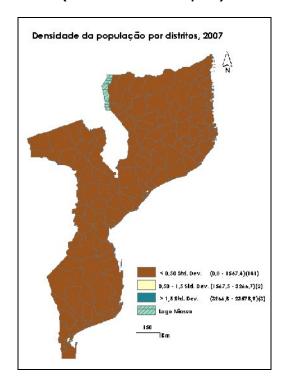
#### Comentários:

O mapa da densidade da população por Província evidencia apenas duas categorias de classificação: a primeira constituída por 10 províncias e a segunda pela Cidade de Maputo. Esta situação pode-se explicar pelo facto de a Cidade de Maputo ser uma província 100% urbana, cujo nível de desenvolvimento socioeconómico é bastante elevado quando comparado com as restantes províncias. Apresenta assim uma densidade populacional de 3.462,9 hab./Km², contra 53,2 hab./km² do seu mais próximo seguidor (Província de Maputo).

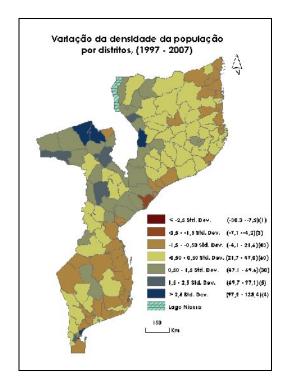
## III.1. Densidade da população (1997 – 2007) – Distritos (com Cidade de Maputo)



O cenário da densidade populacional observado nas províncias aplica-se também a nível distrital. A relação entre o número da população e o espaço que esta ocupa em 1997 é bastante elevada nos D.U.nº 2 e D.U.nº 4, com 24.696,5 hab./km² e 6.646,6 hab./km², respectivamente. Estes distritos são constituídos por bairros suburbanos ocupados de forma desordenada pela população vinda de diferentes áreas do país durante a querra

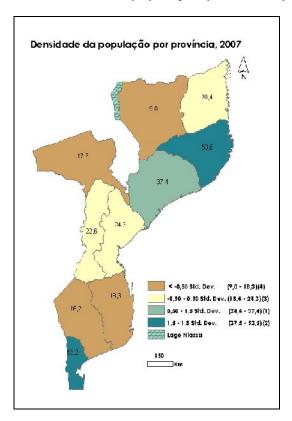


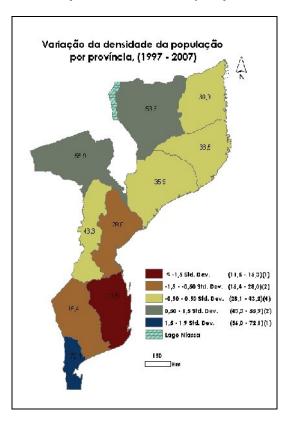
civil que terminou em 1992. A situação repete-se em 2007, pois, mesmo com o fim da guerra, devido a atracção da cidade e outros factores, nem toda a população regressou às suas zonas de origem, razão pela qual continuaram os mesmos distritos a registar as maiores densidades populacionais. O mapa da variação da densidade da população no período 1997 – 2007 sugere uma variação



significativamente positiva (acima de 97,2%) em quarto distritos, nomeadamente, Marracuene (104%) na Província de Maputo; Chifunde (107%) e Macanga (138%) na Província de Tete e Mecanhelas (106%) na Província da Zambézia. O D.U.nº1 perdeu a sua população em 30%. O ganho do distrito de Marracuene relaciona-se com a perda do D.U.nº1. O primeiro distrito constitui zona de expansão urbana e parte da população do último emigrou para lá.

## III.1.Densidade da população (1997 – 2007) - Províncias (sem Cidade de Maputo)



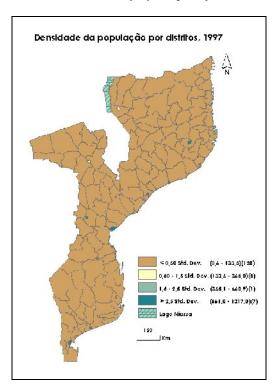


#### Comentários:

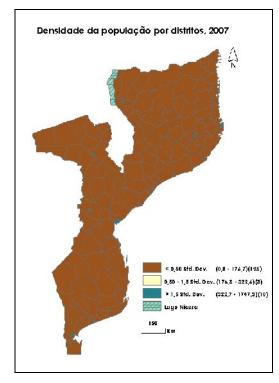
A análise da densidade populacional por província excluindo a Cidade de Maputo, ou seja, considerando apenas as restantes 10 províncias, revela as maiores densidades (acima de 38 hab./km²) nas províncias de Nampula e Maputo com 39 e 53,2 hab. /Km², respectivamente. De referir que as Cidades da Matola e Nampula são as que mais contribuíram para a elevada concentração da população nestas províncias. As densidades mínimas observaram-se nas províncias de Niassa, Tete, Inhambane e Gaza com valores abaixo de 19 hab./km².

Entre 1997 e 2007, todas as províncias registaram uma variação positiva em termos de densidade. As províncias de Inhambane, Gaza e Sofala são as que observaram menor aumento, em oposição às províncias de Maputo, Tete e Niassa que registaram o crescimento mais elevado (acima de 43%).

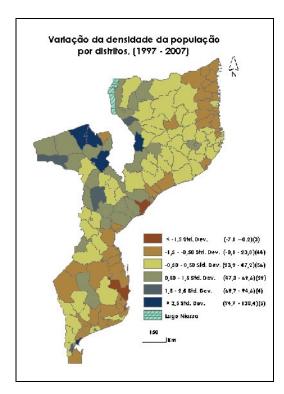
### III.1.Densidade da população (1997 – 2007)- Distritos (sem Cidade de Maputo)



Com a exclusão dos distritos urbanos da Cidade de Maputo, em 1997 as densidades mais elevadas observaram-se nos restantes distritos urbanos das Cidades da Matola, Xai-xai, Beira, Chimoio, Quelimane, Nampula e Pemba com mais de 660 hab./km². O mapa, evidencia claramente o número elevado de distritos (128) com menor concentração da população.

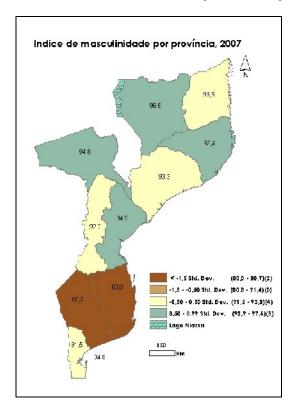


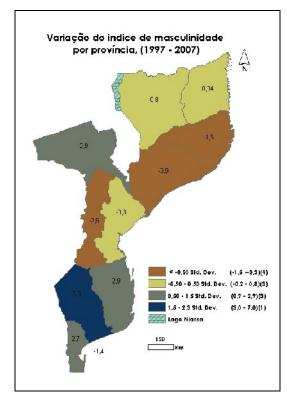
O mesmo cenário se repetiu no ano 2007, com inclusão das cidades de Tete, Lichinga e Nacala – Porto entre as de maior densidade. Igualmente, o número de distritos cuja densidade da população se encontrava abaixo da média em 1997, mantêm-se em 2007 (128). As desigualdades em termos das condições socioeconómicas entre zonas urbanas e rurais explicam esta situação, com maiores concentrações demográficas nas áreas urbanas



cujo desenvolvimento de condições é inquestionável, tal como o é a ausência das mesmas nas áreas rurais. Em termos de variação, embora mais de 90% dos distritos registassem variações positivas no período de 1997 e 2007, poucos são os que registaram um crescimento superior à média do desvio padrão, ou seja, apenas 38 distritos registaram crescimentos acima de -0,50 e 0,50. Três distritos (Chinde, Cidade de Maxixe e Massinga) registaram decréscimo.

# III.2.Índice de Masculinidade (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Índice de Masculinidade

Corresponde ao quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino.

#### Comentários:

Em 2007, a relação entre o número de homens e mulheres foi maior nas províncias de Niassa, Nampula, Tete, Sofala e Cidade de Maputo (por cada 100 mulheres existem nestas províncias mais de 93 homens). Contrariamente, as províncias de Gaza e Inhamabne registaram maior número da população feminina em relação a masculina (com ratios inferiores a 80 homens por cada 100 mulheres). Em termos de variação, entre 1997 e 2007, a província de Gaza registou maior crescimento da relação entre homens e mulheres em oposição às províncias de Sofala, Zambézia e Nampula.

### Fórmula de cálculo:

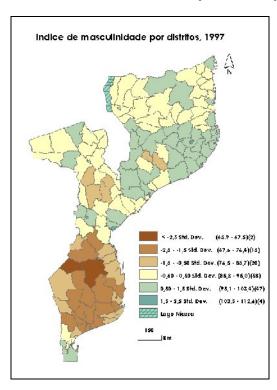
Índice de Masculinidade

$$\left(\frac{N^{o} \text{ homens}}{N^{o} \text{ mulheres}}\right) * 100$$

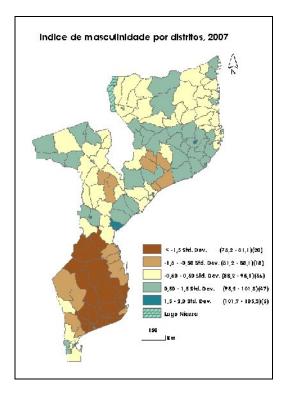
Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Índ.Masc.07}}{\text{Índ.Masc.97}} - 1\right) * 100$$

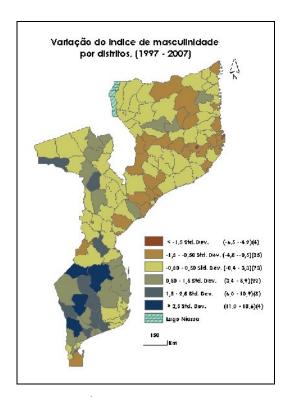
## III.2.Índice de Masculinidade (1997 – 2007) - Distritos



O índice de Masculinidade varia no espaço e no tempo. Em 1997, o número de homens foi superior ao das mulheres nos distritos das cidades de Quelimane, Nampula, Beira, Pemba, Nacala-Porto, Chimoio, Dondo, Palma e D.U.nº1 com Índice de Masculinidade superior a 100 homens em cada 100 mulheres. Esta situação pode-se explicar pela migração diferencial, ou seja, os homens são os que emigram mais em relação as mulheres, sobretudo para as zonas urbanas.

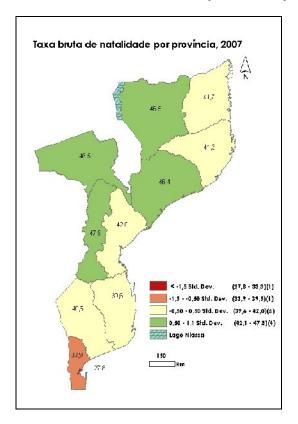


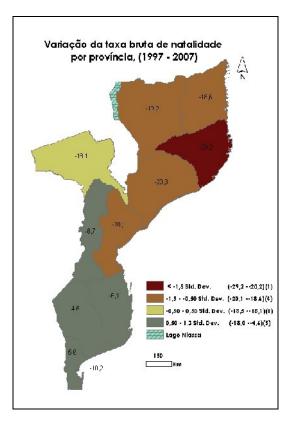
Os distritos da Massinga e Mabote na Província de Inhambane, são os que mais mulheres registaram em relação ao total de homens, apresentando um Índice de Masculinidade inferior a 68 homens por cada 100 mulheres. Isto pode dever-se à elevada mortalidade masculina, mas sobretudo à emigração nacional e internacional. O cenário repetiu-se em 2007, com Índices de Masculinidade elevados nas cidades. Os distritos de Machaze, Mabote, Panda e Massinga, são os que observaram major número de



Mulheres, com Índices de Masculinidade inferiores a 78 homens em cada 100 mulheres. Em termos de variação, no período 1997 e 2007, 23% dos distritos observaram um crescimento do Índice de Masculinidade acima da média do desvio padrão, com taxas de variação superiores a 3%. As variações negativas (situadas abaixo da média do desvio padrão) observaram-se em 27% dos distritos. Os da zona Sul registaram maiores variações em relação aos de centro e Norte do País.

## IV.1.Taxa bruta de natalidade (1997 – 2007) - Províncias





### Fórmula de cálculo:

Taxa bruta de natalidade

$$\left(\frac{\text{Total de nascimentos}}{\text{Populção média}}\right) * 1000$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{TBN } 2007}{\text{TBN } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

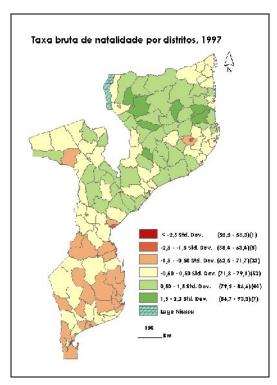
#### Taxa bruta de natalidade

Corresponde ao número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes.

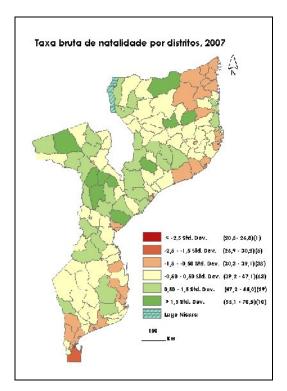
#### Comentários:

O mapa da Taxa Bruta de Natalidade (TBN) em 2007 revela número elevado de nascimentos (acima da média) nas províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica com TBN superior a 42 nascimentos em cada 1000 habitantes. A Cidade de Maputo observou no ano 2006-07 um nível reduzido de nascimentos em relação às restantes províncias (27,8 por mil). A maior instrução da população feminina que habita as zonas explicar parte urbanas pode comportamento. Todas as províncias tiveram variações negativas no período 1997 e 2007. Contudo, os maiores crescimentos registaram-se nas províncias do Sul do País. A província de Nampula foi a que observou maior variação negativa.

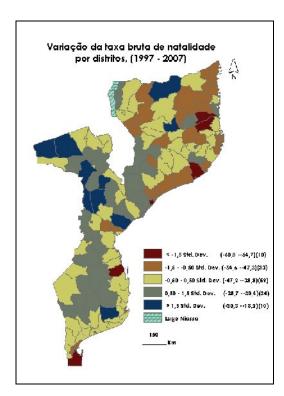
## IV.1.Taxa bruta de natalidade (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, todos os distritos registaram taxas de natalidade superiores a 50 nascimentos em cada mil habitantes. 51 distritos (correspondente a 35% do total) registaram TBN acima de 79 por mil. Os distritos do Sul do País são os que tiveram os níveis mais baixos. Tendo em conta o desvio padrão, o número de distritos que registou níveis de nascimentos acima da média reduziu-se em 2007 para 39 (27%)

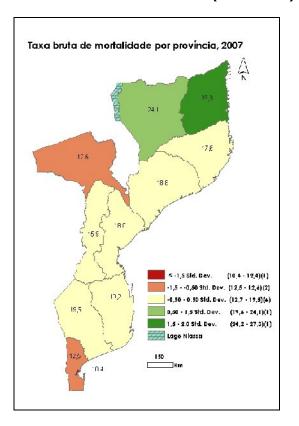


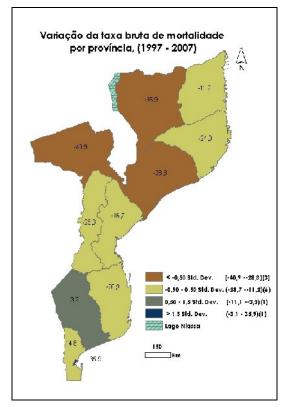
e abrangeu alguns distritos da zona Sul do País. As taxas de natalidade mais baixas continuaram a pertencer aos distritos a Sul. Contudo, importa destacar as reduzidas taxas de natalidade nos distritos da província de Cabo Delgado e nos distritos costeiros das províncias de Nampula e Zambézia.



Tal como se observou a nível de províncias, entre 1997 e 2007 a TBN registou uma variação negativa em todos os distritos. Porém, de acordo com o desvio padrão, alguns distritos (30%) tiveram menores decréscimos, tendo-se o seu crescimento situado acima da média. Igual número de distritos registou maior redução em relação à média do desvio padrão.

## IV.2.Taxa bruta de mortalidade (1997 – 2007) - Províncias





### Conceito

#### Taxa bruta de mortalidade

Corresponde ao número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

#### Comentários:

Em 2007, o maior nível de óbitos em cada 1000 habitantes observou-se nas províncias nortenhas de Cabo Delgado e Niassa, com resultados acima de 19 por mil. Os valores mais baixos registaram-se nas províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Tete cujas taxas se situaram abaixo de 13 óbitos em cada 1000 habitantes. No período entre 1997 e 2007, a TBM registou uma variação negativa em quase todas as províncias, com excepção da Cidade de Maputo que cresceu em 35%. Esta redução é resultado da melhoria das condições de saúde observada durante o período.

### Fórmula de cálculo:

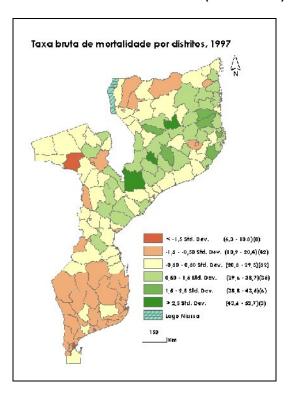
Taxa bruta de mortalidade

$$\left(\frac{\text{Total de óbitos}}{\text{População média}}\right) * 1000$$

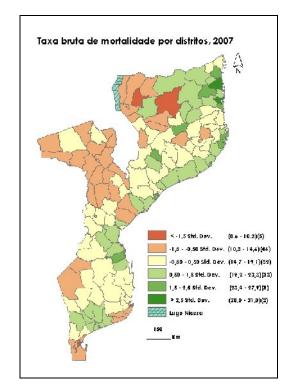
Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{TBM } 2007}{\text{TBM } 1997} - 1\right) * 100$$

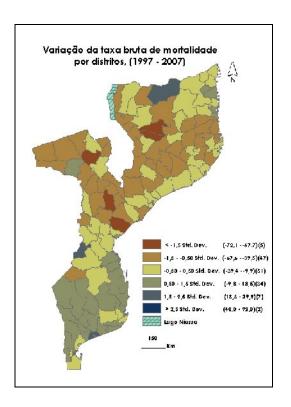
### IV.2.Taxa bruta de mortalidade (1997 - 2007) - Distritos



34% dos distritos registaram em 1997 taxas de mortalidade abaixo da média do desvio padrão tratando-se maioritariamente de distritos do Sul do País. As maiores taxas de mortalidade verificaramse nos distritos de Morrumbala (53,7 por mil), Namarroi (50 por mil) na Zambézia, e Nipepe (48 por mil) em Nampula.

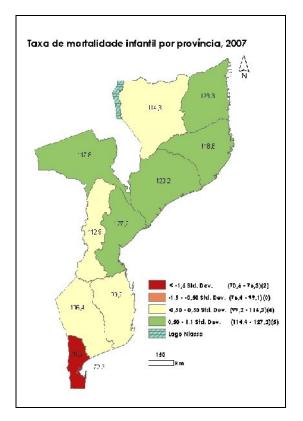


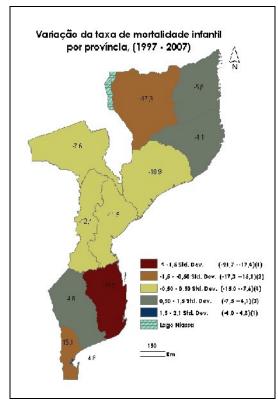
Em 2007, as menores taxas de mortalidade observaram-se, maioritariamente, nos distritos das províncias de Tete e Niassa. À semelhança de 1997, em 2007 também 34% dos distritos registaram taxas de mortalidade abaixo da média do desvio padrão (inferiores a 15 por mil). Acima da média do desvio padrão, 10 distritos observaram taxas de



mortalidade superiores a 22 por mil com destaque para os distritos de Pemba-Metuge (31 por mil) e Macomia (30 por mil). Em termos de variação, 68% dos distritos tiveram uma variação negativa da taxa de mortalidade entre 1997 e 2007, situando-se abaixo da média do desvio padrão.

## IV.3.Taxa de mortalidade infantil (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Taxa de mortalidade infantil

Corresponde ao número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos).

#### Comentários:

O número de óbitos no primeiro ano de vida foi maior nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete e Sofala com taxas de mortalidade infantil (TMI) acima de 114 óbitos de crianças menores de 1 ano por mil nascimentos. As TMII mais baixas observaram-se em 2007, nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo. Em todas as províncias, as taxas de mortalidade infantil registaram um decréscimo entre 1997 e 2007. De destacar que a maior redução da taxa de mortalidade infantil se registou na Cidade de Maputo.

### Fórmula de cálculo:

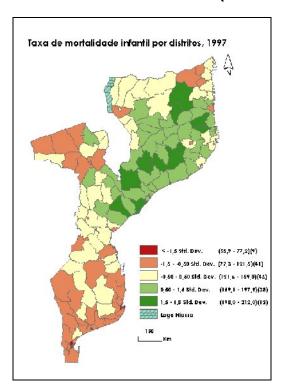
Taxa mortalidade infantil

$$\left(\frac{\text{Total \'obitos menos 1 ano}}{\text{Total nados - vivos}}\right) * 1000$$

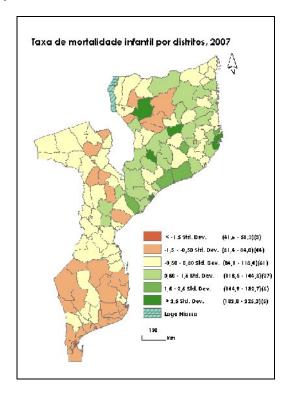
Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{TMI } 2007}{\text{TMI } 1997} - 1\right) * 100$$

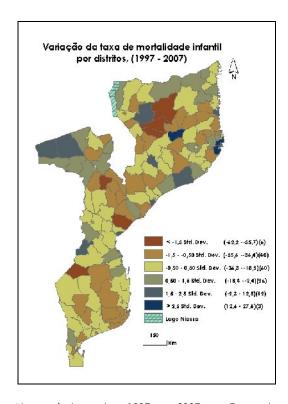
## IV.3.Taxa de mortalidade infantil (1997 – 2007) - Distritos



As maiores taxas de mortalidade infantil observaram-se, em 1997, nos distritos de Centro e Norte do País. Estes distritos, no total de 50, apresentaram número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade acima da média do desvio padrão (superiores a 150 óbitos de menores de 1 ano por mil nascimentos). As TMII mais baixas observaram-se nos distritos do Sul do País.

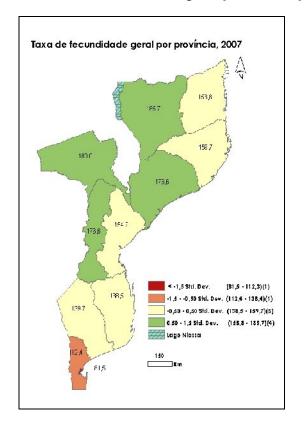


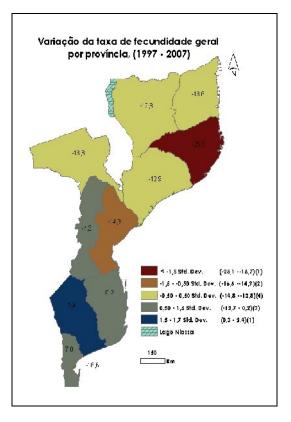
O número de distritos com taxas de mortalidade infantil acima da média do desvio padrão reduziu para 13 no ano 2007. Contudo, os distritos do Norte continuaram nesse ano a apresentar os níveis mais altos de TMI. Igualmente, os distritos de Centro e Sul do País apresentaram níveis mais baixos de mortalidade infantil.



No período entre 1997 a 2007, a Taxa de Mortalidade Infantil observou uma variação negativa na maioria dos distritos do país, com destaque para 33% dos distritos cujo crescimento negativo está abaixo da média do desvio padrão (inferiores a 38%). A razão das reduções observadas enquadra-se no melhoramento das conduções de saúde observadas no período.

## IV.4.Taxa de fecundidade geral (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Taxa de fecundidade geral

Corresponde ao número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).

#### Comentários:

A Taxa de Fecundidade Geral, ao eliminar do denominador a parte da população onde não ocorrem nascimentos (homens, mulheres muito jovens e idosas), permite estimar os níveis de fecundidade, sendo mais rigorosa que a TBN. O número de nascimentos por cada mil mulheres em idade fértil é maior nas províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica, com valores superiores a 150 nascimentos em cada mil mulheres de 15 a 49 anos. No período em análise (1997-2007), a maioria das províncias registou uma variação negativa.

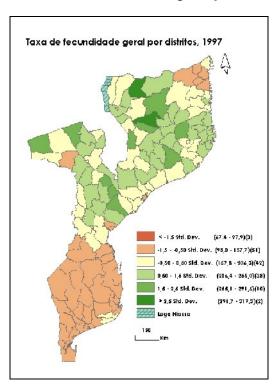
#### Fórmula de cálculo:

Taxa de fecundidade geral

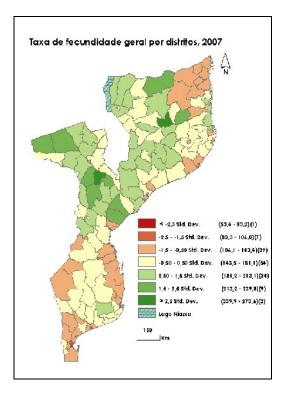
Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{TFG } 2007}{\text{TFG } 1997} - 1\right) * 100$$

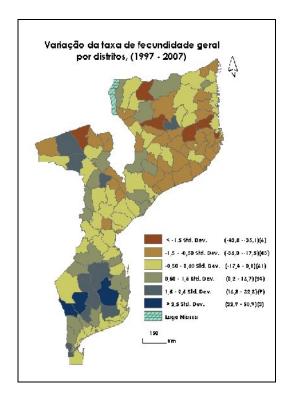
## IV.4.Taxa de fecundidade geral (1997 – 2007) - Distritos



Em termos gerais, em 1997 os menores níveis de fecundidade observaram-se nos distritos do Sul do País com valores abaixo da média do desvio padrão (inferiores a 150 nascimentos por 1000 mulheres dos 15 aos 49 anos). As zonas Centro e Norte apresentavam os resultados mais elevados, com destaque para os distritos de Maua e Mavago na província do Niassa que registaram 317 e 312 nascimentos por 1000 mulheres em idade fértil.



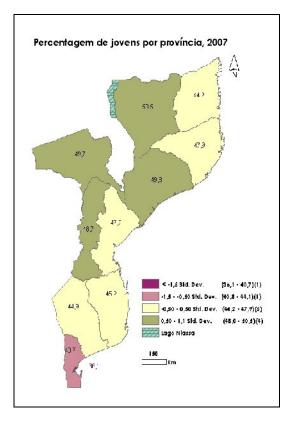
O comportamento da TFG observado em 1997 repetiu-se em 2007, com valores inferiores nos distritos da zona Sul. Contudo, importa destacar que, à semelhança das taxas de natalidade, as reduzidas taxas de fecundidade também se observaram em alguns distritos da província de Cabo Delgado e zonas costeiras das províncias de Nampula e Zambézia. Os distritos de Nipepe e Tambara são os que apresentaram

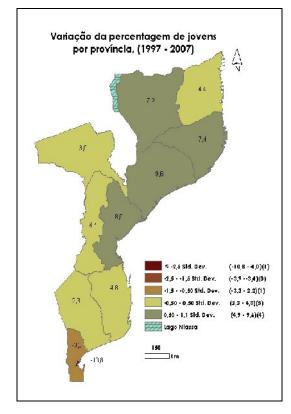


maiores taxas de fecundidade, com 273,6 e 257,3 nascimentos por 1000 mulheres em idade fértil, respectivamente. Os distritos a Sul do País observaram maior crescimento das taxas de fecundidade no período entre 1997 e 2007, com destaque para os distritos de Massingir (36,6%), Mabalane (40,0%) e Funhalouro (50,9%). As menores variações observaram-se na zona Norte tendo mesmo regredido na maioria dos distritos.

# V.CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

## V.1.Percentagem de jovens (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Percentagem de jovens

$$\left(\frac{\text{Pop.0-14 anos}}{\text{Pop.Total}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Per.jovens } 07}{\text{Per.jovens } 97} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

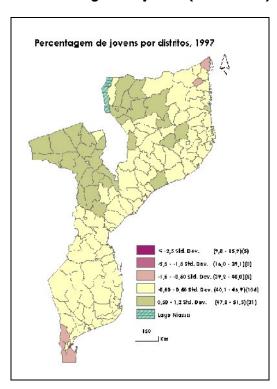
### Percentagem de Jovens

Corresponde a relação entre a população jovem e a população total, definida habitualmente como o quociente entre o número da população com idades compreendida entre os 0 e os 14 anos e o número total de habitantes (expressa habitualmente por 100 habitantes).

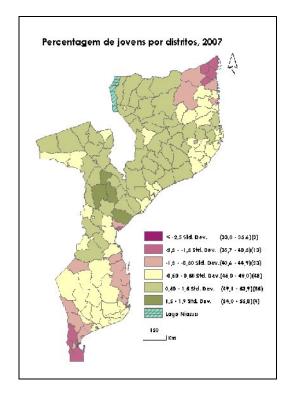
#### Comentários:

A percentagem de jovens é um indicador que mede a importância da juventude numa dada população. Entre 1997 e 2007, a importância relativa dos jovens aumentou nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Sofala. As províncias de Maputo e Cidade de Maputo registaram uma redução. Em 2007, a população Moçambicana era predominantemente jovem, com 46,9% da população a registar idades inferiores a 15 anos. As províncias mais jovens eram as de Niassa, Zambézia, Tete e Manica, com percentagens acima de 48%. Por seu turno, as províncias de Maputo e Cidade de Maputo registaram os resultados mais baixos.

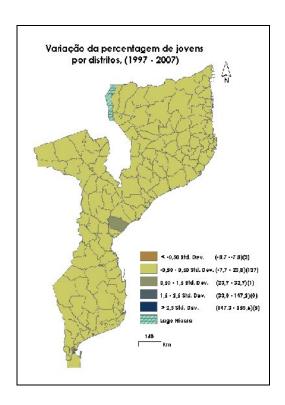
## V.1.Percentagem de jovens (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997 na maioria dos distritos do país (mais de 130) a proporção de jovens (0 – 14 anos) situou-se acima da média do desvio padrão (percentagem de jovens acima de 40%). Os distritos mais jovens eram predominantemente, das províncias de Niassa e Tete e os distritos com menores proporções de jovens, maioritariamente, das províncias de Maputo e Cidade de Maputo.

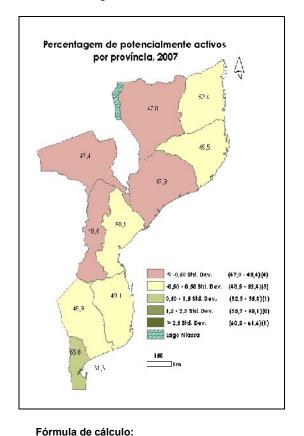


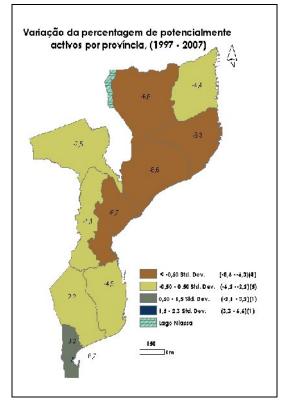
O número de distritos com maior proporção de jovens diminuiu em 2007 (108) quando comparados com 1997, ou seja, apenas 108 distritos apresentaram em 2007 uma proporção de jovens acima da média do desvio padrão. Contudo, o país continuou a ter um maior número de distritos com proporções elevadas de jovens, destacando-se os distritos da zona Centro e Norte do País. Os distritos do Sul do País (Maputo e Cidade de Maputo)



continuaram apresentar menores proporções de jovens. A maioria dos distritos (90%), registou uma variação negativa da importância relativa de jovens entre 1997 e 2007. Contudo, é de destacar o crescimento registado nos distritos urbanos da Cidade de Maputo, com taxas de variação superiores a 147%.

## V.2.Percentagem de «Potencialmente Activos», (1997 – 2007) - Províncias





Percentagem de «potencialmente activos»

$$\left(\frac{\text{Pop.15-64 anos}}{\text{Pop.Total}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Per.Pot.Ac tivos}07}{\text{Per.Pot.Ac tivos}97} - 1\right) * 100$$

### Conceito

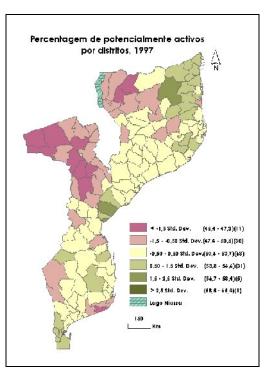
## Percentagem de «Potencialmente Activos»

Corresponde a relação entre a população em idade activa e a população total, definida habitualmente como o quociente entre o número da população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos e o número total de habitantes (expressa habitualmente por 100 habitantes).

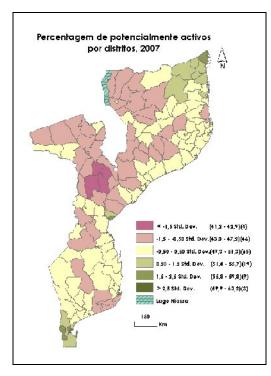
#### Comentários:

Em 2007, a população que se situa entre o fim da escolaridade obrigatória e o início da "velhice" teve maior importância na província da Cidade de Maputo, onde representava mais de 60% do total de residentes. As províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica registaram reduzida importância do potencial demográfico activo. Entre 1997 e 2007, esse potencial activo teve o seu maior crescimento nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo. As restantes províncias observaram um decréscimo, sobretudo as províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Sofala.

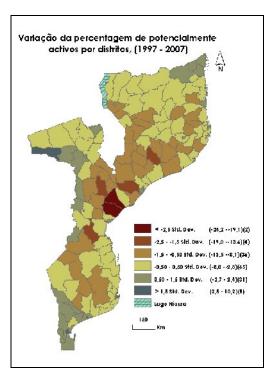
## V.2.Percentagem de «Potencialmente Activos» (1997 – 2007) - Distritos



A nível de distritos, a maior importância relativa do potencial demográfico activo em 2007 registou-se nos distritos das províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Cabo Delgado, contrariamente às reduzidas proporções observadas nos distritos das províncias de Tete e Niassa. Analisando o comportamento dos potencialmente activos tendo em conta o desvio padrão, observaram-se poucos distritos (4%) com proporções acima da média.

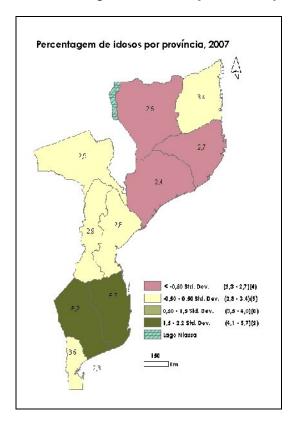


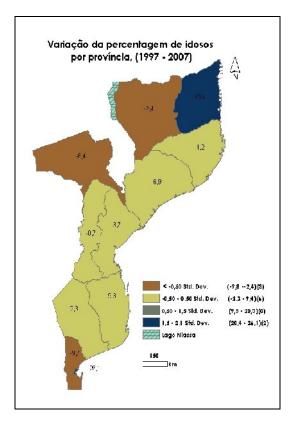
O grosso dos distritos (67%), registou proporções do potencial demográfico activo inferiores à média do desvio padrão. O cenário do comportamento da proporção dos potencialmente activos observado em 1997, repetiu-se em 2007, ou seja, a maior importância do potencial demográfico activo observou-se nos distritos das províncias de Maputo e Cidade de Maputo em oposição as reduzidas proporções registadas nos distritos das



províncias de Niassa, Tete e Manica. Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos (87%) teve uma redução da proporção do potencial demográfico activo. As maiores variações observaram-se nos distritos das províncias de Maputo, Cidade de Maputo e em outros das províncias de Cabo Delgado, Tete e Manica.

## V.3.Percentagem de idosos, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Percentagem de idosos

$$\left(\frac{\text{Pop.65 e} + \text{anos}}{\text{Pop.Total}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Per.idosos } 07}{\text{Per.idosos } 97} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

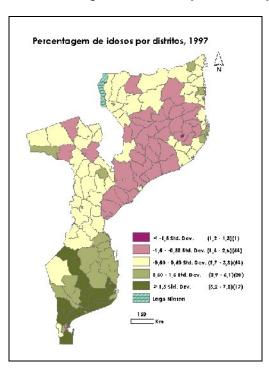
## Percentagem de Idosos

Corresponde a relação entre a população idosa e a população total, definida habitualmente como o quociente entre o número da população com idade igual ou superior a 65 anos e o número total de habitantes (expressa habitualmente por 100 habitantes).

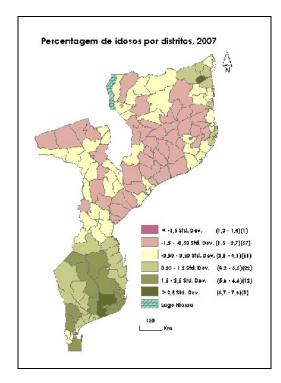
## Comentários:

A percentagem de idosos é um indicador que mede a importância dos idosos na sociedade. Indica, também, o nível de envelhecimento demográfico do topo da pirâmide de idade. Em 2007, as províncias de Gaza e Inhambane registaram as maiores percentagens de idosos, em oposição a fraca proporção observada nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Cidade de Maputo. Entre 1997 e 2007, as províncias de Cabo Delgado e Cidade de Maputo foram as que registaram maior crescimento do envelhecimento da população contrariamente as províncias de Niassa, Tete e Maputo, cuja variação foi negativa.

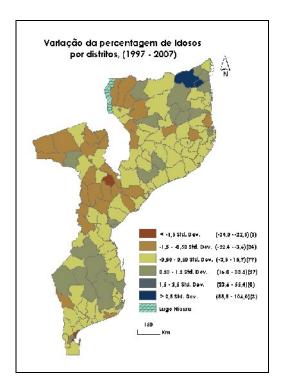
## V.3.Percentagem de idosos, (1997 – 2007) – Distritos



O mapa da percentagem de idosos de 1997 ilustra a sua maior importância na zona Sul do País. De facto, 25% dos distritos registaram proporções de idosos acima da média do desvio padrão (acima de 3% da população idosa). As proporções mínimas observaram-se nas zonas Centro e Norte do País, com destaque para os distritos das províncias de Sofala, Zambézia e Nampula.

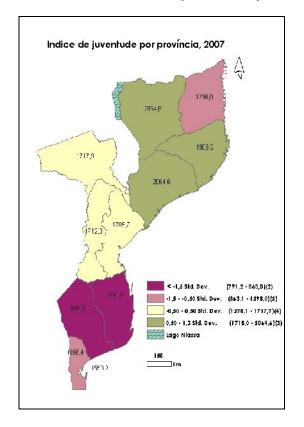


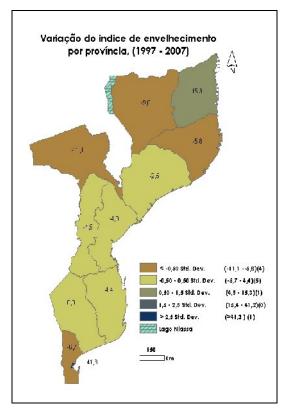
O ano de 2007 observou comportamento similar ao de 1997 quanto à distribuição da proporção de idosos pelos distritos. A zona Sul continuou a ser dominada pela maior proporção de idosos, ao apresentar distritos com percentagem de idosos acima 5%. Os distritos das zonas Centro e Norte foram os que apresentaram menor proporção de idosos, excepto o distrito de Muidumbe, que se apresentou como outlier (7% da população idosa).



No período 1997 e 2007, a proporção de idosos registou pouca variação na maioria dos distritos do País. Mais de 100 apresentaram variações abaixo da média do desvio padrão. Os distritos acima da média e com crescimento consideravelmente positivo foram: D.U.nº1 (106%) na Cidade de Maputo; Muidumbe (88%) e Mueda (55%), na província de Cabo Delgado.

# V.4.Índice de Juventude, (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Índice de Juventude

$$\left(\frac{\text{Pop.0-14 anos}}{\text{Pop.65 e+anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Ind. Juvent.07}}{\text{Ind. Juvent.97}} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

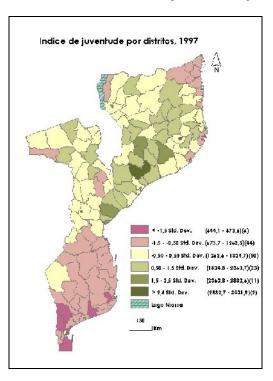
#### Índice de Juventude

Corresponde à relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 e mais anos).

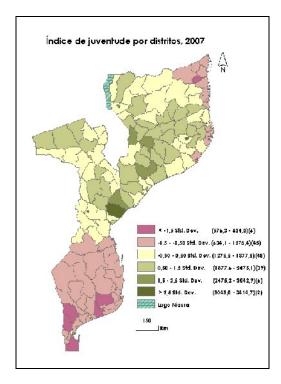
## Comentários:

Moçambique é um país essencialmente jovem sendo indiscutível a superioridade da população deste grupo etário em relação aos idosos. Em 2007, todas as províncias registaram elevado índice de juventude, com valores acima de 800 jovens em cada 100 idosos. As províncias de Niassa, Nampula e Zambézia eram as mais jovens (acima de 1700 jovens em cada 100 idosos). Entre 1997 e 2007, as províncias de Niassa, Nampula, Tete e Maputo ganharam o número de jovens ou perderam os idosos, pelo que o Índice de Juventude aumentou (acima de 6%). A Cidade de Maputo foi a província que observou menor variação.

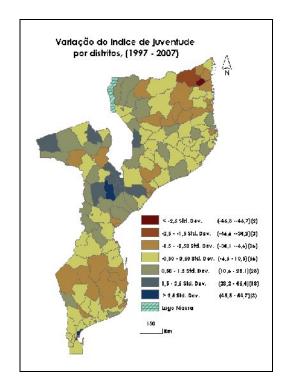
# V.4.Índice de Juventude, (1997 – 2007) - Distritos



Analisando em termos de desvio padrão, em 1997 os distritos que tiveram um líndice de Juventude acima da média eram os da zona Centro e Norte, sobretudo os da Cidade de Nampula e Mocuba, com mais de 2800 jovens em cada 100 idosos. Os distritos do Sul apresentaram um menor ratio entre jovens e idosos. Os distritos a Norte da província de Cabo Delgado também registaram menores índices de juventude.

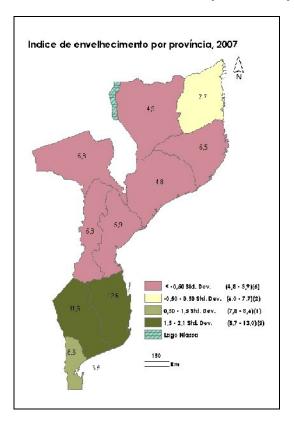


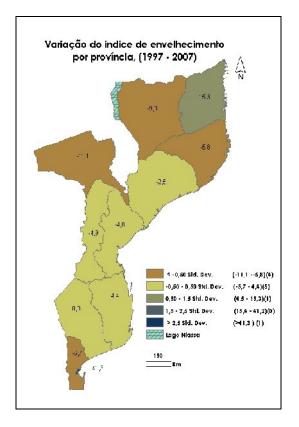
Em 2007, a relação entre jovens e idosos mantevese idêntica à de 1997. As menores vantagens observaram-se nos distritos a Sul do País e os Nortenhos da Província de Cabo Delgado manifestam índice abaixo da média do desvio padrão. Os distritos do Centro e Norte observaram maior índice de juventude, sobretudo os de Muanza, Cidade de Nampula e Cidade de Lichinga, com resultados superiores a 3000 jovens por 100 idosos.



Entre 1997 e 2007, 49 distritos registaram uma variação positiva e acima da média do desvio padrão (superior a 10%). Os distritos de Marracuene e Maringue são os que registaram os crescimentos máximos (acima de 50%). Por oposição, o D.U.nº1 na Cidade de Maputo e o distrito de Muidumbe em Cabo Delgado observaram durante o período um decréscimo de 46% na relação entre jovens e idosos.

# V.5.Índice de Envelhecimento, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Índice de Envelhecimento

$$\left(\frac{\text{Pop.}\,65\,\text{e} + \text{anos}}{\text{Pop.}0\text{-}14\,\text{anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Ind. Envelhec. 0 7}}{\text{Ind. Envelhec. 9 7}} - 1\right) * 100$$

### Conceito

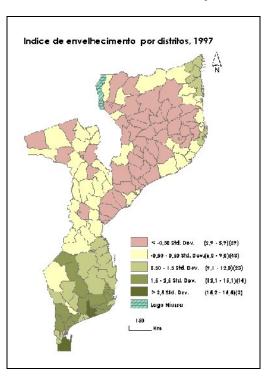
## Índice de Envelhecimento

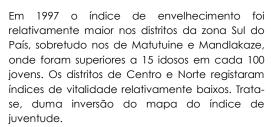
Também designado "Índice de Vitalidade". Corresponde a relação entre a população idosa e a população jovem definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 0-14 anos).

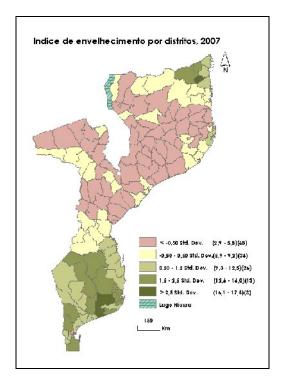
### Comentários:

Sendo Moçambique um país com elevada percentagem de jovens, é natural que o Índice de Vitalidade seja muito baixo, dada a pouca presença de idosos. Apesar de baixos índices de vitalidade em todas as províncias, algumas apresentam valores relativamente superiores a outras. Em 2007, as de Gaza e Inhambane registaram índices de Vitalidade relativamente maiores (acima de 8 idosos em cada 100 jovens) e os índices baixos registaram-se nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala. Entre 1997 e 2007, apenas uma província (Cidade de Maputo) registou crescimento do índice de vitalidade acima da média do desvio padrão.

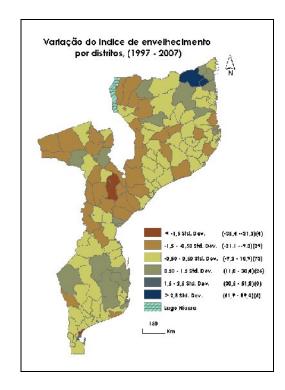
# V.5.Índice de Envelhecimento, (1997 – 2007) - Distritos





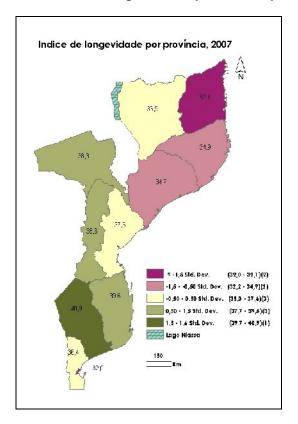


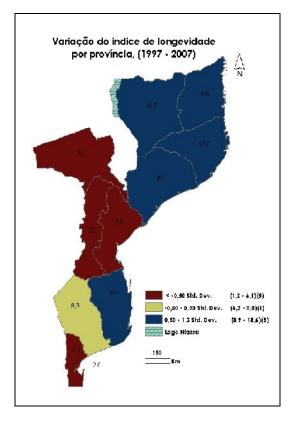
O mapa do índice de vitalidade de 2007 é também uma inversão do mapa do índice de juventude de 2007. Os maiores índices de vitalidade observaram-se na zona Sul do País e, em oposição, os índices reduzidos observaram-se na zona Centro e Norte. Tal significa que a zona Sul é mais envelhecida que a zona Norte. Entre 1997 e 2007, apenas 5 distritos (D.U.nº1, D.U.nº2 e D.U.nº3



na Cidade de Maputo, Mueda e Muidumbe em Cabo Delgado) tiveram um crescimento do índice de vitalidade acima da média do desvio padrão (superior a 50%). Os distritos cujo índice de vitalidade registou decréscimo, no período em análise, foram os de Marracuene em Maputo, Maringue e Chemba em Sofala e Ibo em Cabo Delgado (com crescimento negativo superior a 30%).

# V.6.Índice de Longevidade, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Índice de Longevidade

$$\left(\frac{\text{Pop.75 e} + \text{anos}}{\text{Pop.65 e} + \text{anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Ind. Longv.07}}{\text{Ind. Longv.97}} - 1\right) * 100$$

### Conceito

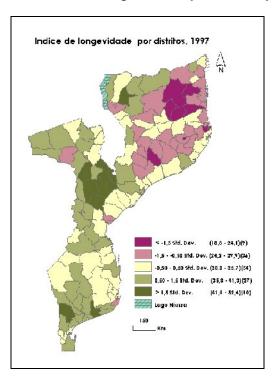
## Índice de Longevidade

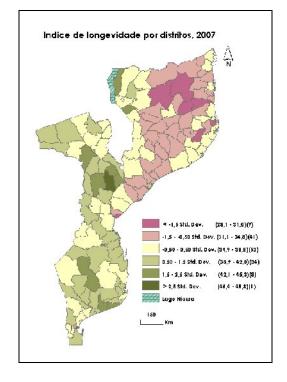
Corresponde à relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

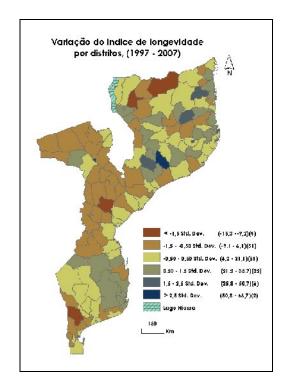
### Comentários:

A comparação do peso dos idosos mais e menos jovens (acima de 75 anos) é um indicador utilizado na medida do envelhecimento demográfico. Em 2007, as províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Tete apresentaram índices de longevidade acima da média do desvio padrão (superiores a 39 por 100 idosos de 65 e mais anos). Em oposição, as províncias de Cidade de Maputo, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia registaram índices abaixo da média (inferiores a 35 por 100 idosos de 65 e mais anos). Entre 1997 e 2007 todas as províncias registaram um crescimento positivo do índice de longevidade. Porém, 5 delas (Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Inhambane) registaram maior índice de longevidade - acima da média do desvio padrão - e outras 5 (Cidade de Maputo, Maputo, Sofala, Manica e Tete) observaram crescimento abaixo da média.

# V.6.Índice de Longevidade, (1997 – 2007) - Distritos





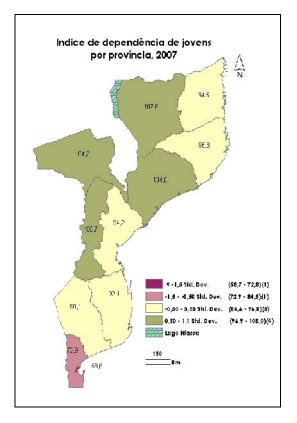


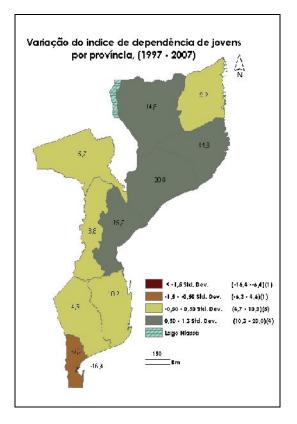
Tendo em conta o desvio padrão, em 1997 a distribuição por distritos da relação entre os idosos mais jovens e os de 75 e mais anos apresentou-se equitativa, ou seja, 47 distritos observaram índices de longevidade acima da média do desvio padrão e igual número de distritos registou índices abaixo da média. Os distritos com maior índice de longevidade concentraram-se na zona Central do País nas províncias de Sofala, Manica e Tete (superiores a 40 por 100 idosos de 65 e mais anos).

Os que registaram menores índices localizam-se na província de Cabo Delgado. Em 2007, a distribuição do índice pelos distritos não sofreu grandes alterações em relação a 1997. 50 distritos possuem índices de longevidade acima da média do desvio padrão e 43 abaixo da média. Os distritos que observaram menores índices concentram-se nos distritos das províncias de Centro e Norte do País (Zambézia, Nampula e Cabo Delgado).

Durante o período em análise (1997-2007), mais de 50% dos distritos tiveram uma variação positiva do Índice de Longevidade. Analisando em termos de desvio padrão, poucos distritos (10) registaram índices acima da média do desvio padrão. Contudo, temos a destacar os distritos de lle na Zambézia e a Cidade de Tete, com um aumento acima de 50%. As variações mais baixas observaram-se nos distritos de Gorongosa, Muembe, Mecula e Magude, com valores negativos abaixo de 9%.

# V.7.Índice de Dependência de Jovens, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Índice de dependência de jovens

$$\left(\frac{\text{Pop.0-14 anos}}{\text{Pop.15-64 anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Índ.Depend.Jovens07}}{\text{Índ.Depend.Jovens97}} - 1\right) * 100$$

### Conceito

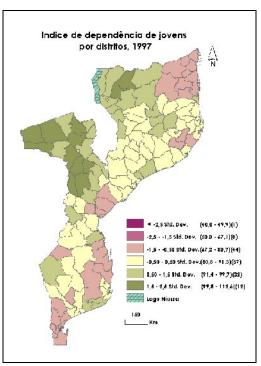
## Índice de Dependência de Jovens

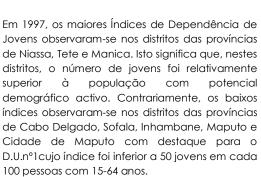
Corresponde a relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

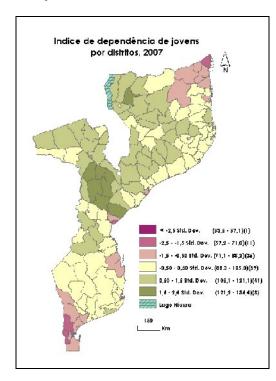
### Comentários:

Embora o potencial demográfico activo tenha maior importância no País (50% em 2007), o mesmo sucede com a proporção de jovens (47% em 2007). Em 2007, a relação entre os jovens e os "potencialmente activos", a nível de província revelou-se maior no Niassa, Zambézia, Tete e Manica. A Cidade de Maputo apresentou o menor Índice de Dependência de Jovens (58,6 jovens em cada 100 pessoas com 15-64 anos). Á excepção das províncias de Maputo e Cidade de Maputo, todas as outras registaram um crescimento positivo do Índice de Dependência de Jovens, com destaque para as províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Sofala que observaram um nível de crescimento acima de 10%.

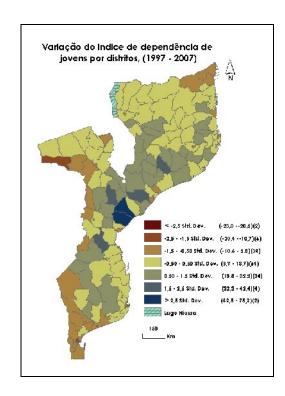
# V.7.Índice de Dependência de Jovens, (1997 – 2007) - Distritos





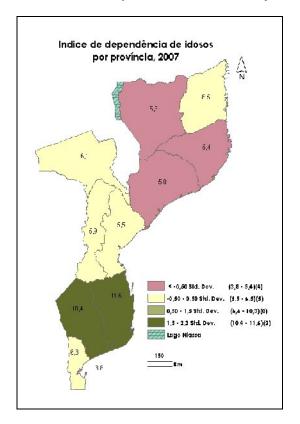


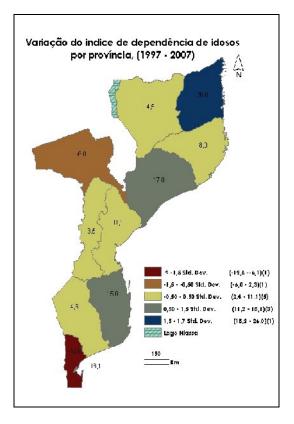
A relação entre os jovens e a população dos 15 a 64 anos manteve em 2007 uma distribuição distrital similar à observada em 1997: o número de jovens relativamente é superior à da população potencialmente activo nos distritos das províncias de Niassa, Tete, Manica e Zambézia; os distritos das províncias de Cabo Delgado, Maputo e Cidade de Maputo continuaram a observar menores Indices de Dependência de Jovens em 2007.



Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos (40) observou maior crescimento do Índice de Dependência de Jovens tendo-se situado acima da média do desvio padrão (superiores a 18%). O destaque da maior variação do Índice de Dependência de Jovens vai para os distritos de Chiringoma e Muanza na província de Sofala (superiores a 42%). Os D.U.nº2 e D.U.nº3 foram os que registaram menor crescimento do índice neste período.

# V.8.Índice de Dependência de Idosos, (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Índice de Dependência de Idosos

$$\left(\frac{\text{Pop.65 e} + \text{anos}}{\text{Pop.14 - 64 anos}}\right) * 100$$

Taxa de Variação (1997 – 2007)

$$\left(\frac{\text{Índ.Depend.Idosos07}}{\text{Índ.Depend.Idosos97}} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

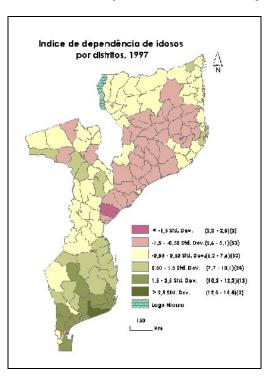
## Índice de Dependência de Idosos

Corresponde à relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número das que possuem idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

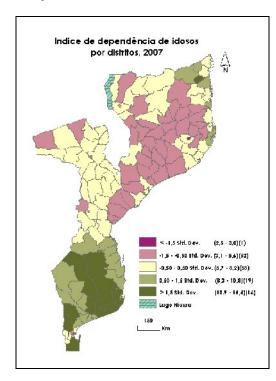
### Comentários:

A população Moçambicana apresenta proporções muito pequenas de idosos (3,1% em 2007), resultado de altas taxas de mortalidade nas idades mais avançadas. Analisando o Índice de Dependência de Idosos por províncias em 2007, constatam-se maiores níveis de dependência de idosos nas províncias de Gaza e Inhambane (mais de 10 idosos por 100 pessoas com 15 -64 anos). Os ratios mínimos observam-se nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Cidade de Maputo, sendo inferiores a 5 idosos por 100 pessoas potencialmente activas. Durante o período de 1997 a 2007 todas a províncias presenciaram um aumento do índice, excepção feita às províncias de Maputo e Tete, que registaram decréscimo em 13% e 6%, respectivamente. O maior crescimento observou-se na Província de Cabo Delaado (26%).

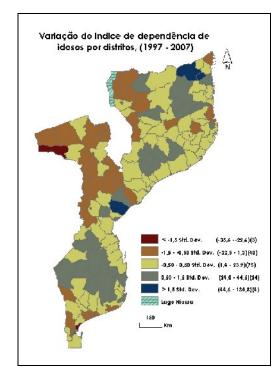
# V.8.Índice de Dependência de Idosos, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997 os menores Índices de Dependência de Idosos observaram-se nos distritos do Centro e Norte, por oposição aos maiores índices observados na zona Sul do País. Um total de 108 distritos registou Índices de Dependência de Idosos abaixo da média do desvio padrão (inferiores a 7 idosos por 100 pessoas com idade entre 15 a 64 anos). Apenas 14 possuiam índices acima da média (superiores a 10 idosos por 100 pessoas potencialmente activas).

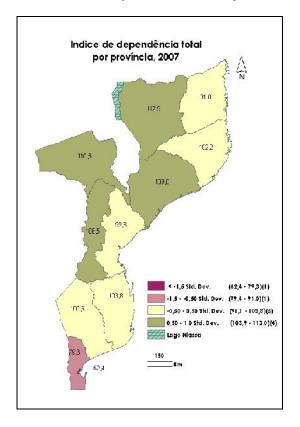


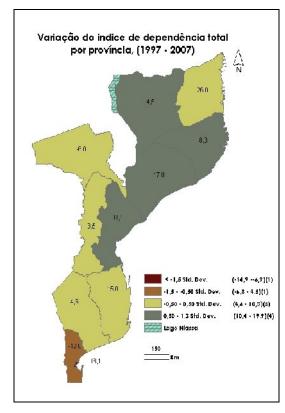
Em termos de distribuição por distritos, o Índice de Dependência de Idosos registou poucas alterações em 2007, quando comparado com 1997. Os maiores índices continuaram a registar-se nos distritos a Sul do País, por oposição aos distritos do Centro e Norte, com valores relativamente elevados. 53 distritos registaram índices inferiores à média do desvio padrão (menos de 5 idosos por 100 pessoas com 15-64 anos). Índices acima da média observaram-se em 35 distritos.



No período entre 1997 e 2007, o Índice de Dependência de Idosos teve um crescimento positivo em 74% (108) dos distritos. Destes, 28 observaram crescimentos acima da média do desvio padrão (superior a 24%). Os distritos que observaram maior crescimento do índice são os de Muidumbe, Mueda, Muanza e D.U.nº1, com variações acima de 44%. O menor crescimento negativo foi registado em 3 distritos (Marracuene, Ibo e Magoe), cujos índices se encontram na última classe abaixo da média do desvio padrão.

# V.9.Índice de Dependência Total, (1997 – 2007) - Províncias





## Conceito

## Índice de Dependência Total

Corresponde à relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

## Comentários:

Em 2007, o peso conjunto dos jovens e dos idosos em relação à população potencialmente activa afigura-se mais elevado (índices superiores a 103) nas províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica, o que pressupõe haver muita dependência da população à partida inactiva face à população potencialmente activa. Entre o período 1997 e 2007, o Índice de Dependência Total cresceu sobretudo nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Sofala (mais de 10%).

## Fórmula de cálculo:

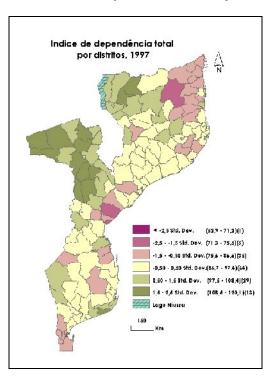
Índice de dependência total

$$\left(\frac{\text{Pop.0-14 e 65 e + anos}}{\text{Pop.15-64 anos}}\right) * 100$$

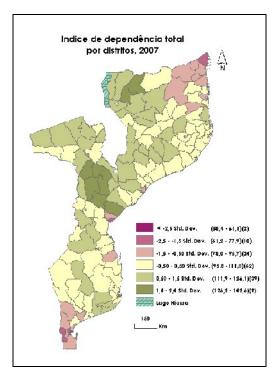
Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Índ.Depend.Total07}}{\text{Índ.Depend.Total97}} - 1\right) * 100$$

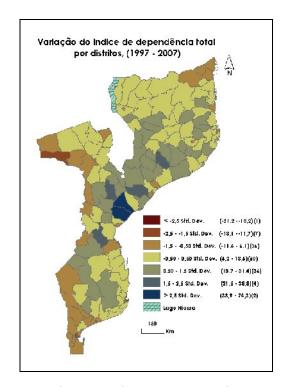
# V.9.Índice de Dependência Total, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, a relação entre o conjunto de jovens e idosos e a população activa foi significativamente maior em 13 distritos. Estes possuíam mais de 108 jovens e idosos por cada 100 potencialmente activos, tendo se situado na última classe acima da média de desvio padrão. O menor peso da relação foi observado no D.U.nº1 na Cidade de Maputo, com 53 jovens e idosos em cada 100 pessoas com idade entre 15 e 64 anos.

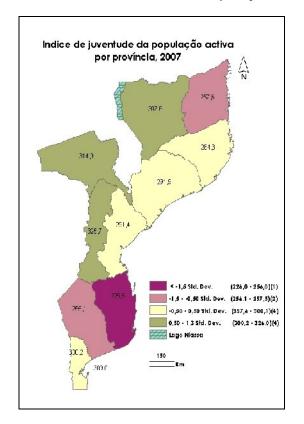


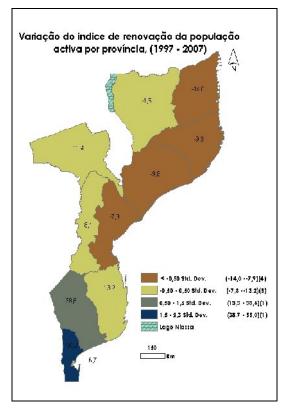
Em 2007, os maiores Índices de Dependência Total (superiores a 100 jovens e idosos em cada 100 pessoas potencialmente activas) foram observados em 48 distritos. Apenas 36 distritos observaram Índices de Dependência Total abaixo da média de desvio padrão (inferiores a 96). Contudo, temos a destacar os 5 distritos da Cidade de Maputo, onde eram menores os valores da relação entre jovens e idosos e a população potencialmente activa, por ser uma zona fortemente atractiva em termos migratórios.



No período em análise (1997-2007), o número de distritos cuja variação do Índice de Dependência Total está acima da média do desvio padrão é igual ao número de distritos com índices abaixo da média. Os distritos de Chiringoma e Muanza na província de Sofala registaram o maior crescimento do índice. Contrariamente, o D.U.nº3 na Cidade de Maputo registou o maior crescimento negativo

# V.10.Índice de Juventude da População Activa, (1997 – 2007) – Províncias





## Fórmula de cálculo:

Índice de Juventude da População Activa

$$\left(\frac{\text{Pop.15-39 anos}}{\text{Pop.40-64 anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Índ.Depend.Pop.Act07}}{\text{Índ.Depend.Pop.Act97}} - 1\right) * 100$$

### Conceito

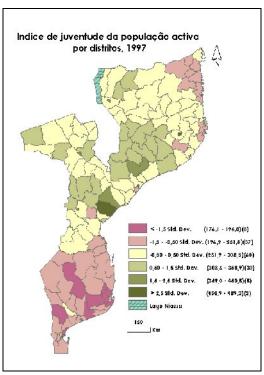
## Índice de Juventude da População Activa

Corresponde a relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa da população em idade activa. Habitualmente definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 40-64 anos).

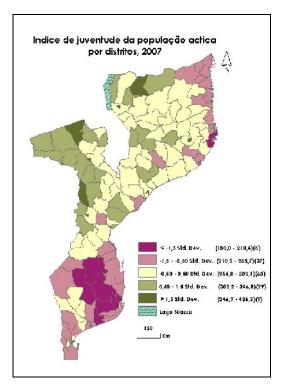
### Comentários:

A província de Inhambane foi em 2007 a que registou o maior envelhecimento da população potencialmente activa, com um Índice de Juventude da População Activa de 226 por pessoas de 40-64 anos. Contrariamente, as províncias de Niassa, Tete, Manica e Cidade de Maputo registaram maiores ratios, o que pressupõe envelhecimento da população potencialmente activa. Entre 1997 e 2007, as províncias de Tete, Inhambane, Gaza e Maputo observaram maiores crescimentos do índice de juventude de população activa (superiores a 5%). A Cidade de Maputo foi a que menor crescimento registou durante o período em análise.

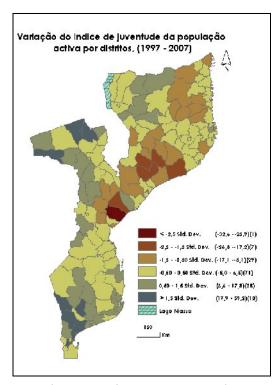
## V.10. Índice de Juventude da População Activa, (1997 - 2007) - Distritos



De acordo com o mapa acima, a população potencialmente activa era mais envelhecida nos distritos da zona Sul do País. Os distritos com maior envelhecimento eram na sua maioria da província de Inhambane. Em 1997 os das províncias de Sofala, Manica e Zambézia tinham maior juventude da população potencialmente activa, com destaque para Muanza, Cidade de Quelimane e Cidade de Nampula cujos índices eram superiores a 400 por 100

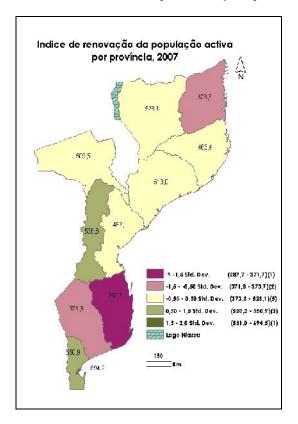


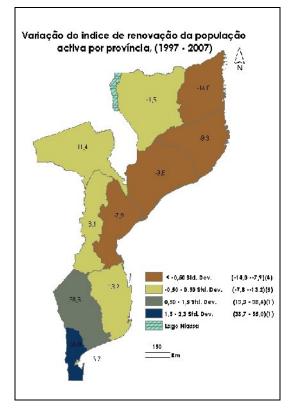
pessoas com idade entre 40 a 64 anos . O ano de 2007 não fugiu ao cenário observado em 1997. A população potencialmente activa era mais envelhecida nos distritos da zona Sul do País, com destaque para os da província de Inhambane. Os distritos das províncias de Manica, Tete e Niassa observaram maior juventude da população potencialmente activa.



No período em análise (1997-2007), o número de distritos cuja variação do Índice de Juventude da População Activa estava acima da média do desvio padrão era igual ao número de distritos com índices abaixo da mesma. A menor variação do índice observou-se em Muanza na província de Sofala, que registou um decréscimo em 40%. Os distritos das províncias de Maputo e Gaza registaram o maior aumento do Índice de Juventude da População Activa.

# V.11.Índice de Renovação da População Activa, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Índice de renovação da população activa

$$\left(\frac{\text{Pop.20 - 29 anos}}{\text{Pop.55 - 64 anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Índ.Renov. Pop.Act07}}{\text{Índ.Renov. Pop.Act97}} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

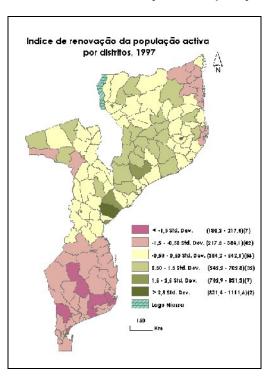
## Índice de Renovação da População Activa

Corresponde a relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

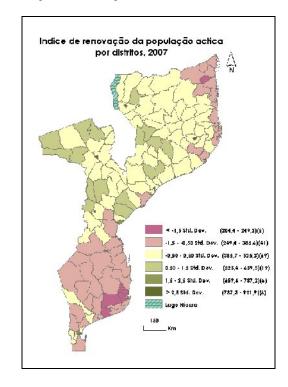
#### Comentários:

Em 2007, o comportamento do Índice de Renovação da População Activa por província revela haver muita gente a entrar para o mercado de trabalho em relação a que está preste a reformar. A maior variação deste índice observouse na província de Maputo, contrariamente aos crescimentos negativos observados nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala. A Cidade de Maputo foi onde se observou o maior índice (694,5 pessoas potencialmente a entrar no mercado de trabalho por 100 pessoas preste a reformar).

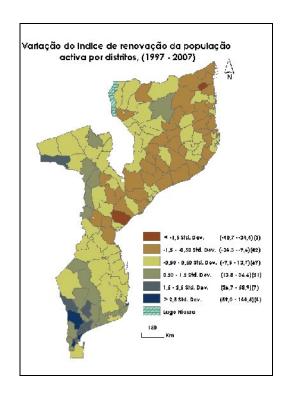
# V.11.Índice de Renovação da População Activa, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, os distritos do Sul do País observaram menor número da população potencialmente a entrar para o mercado de trabalho. Em oposição, os distritos de Centro e Norte registaram maior Índice de Renovação da População Activa. Em termos de desvio padrão, 9 distritos observaram índices acima da média do desvio padrão.

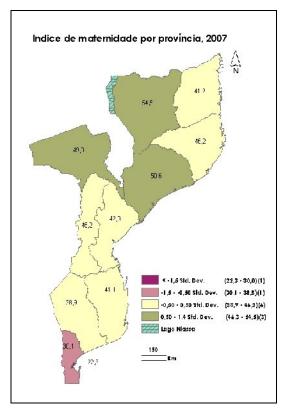


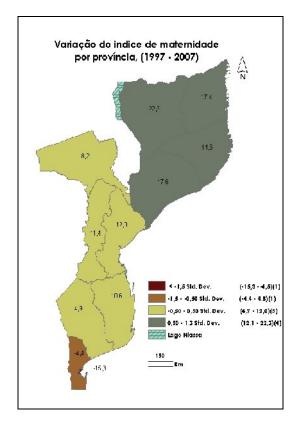
Mas a maioria dos distritos (105) observou índices abaixo da média de desvio padrão. O cenário observado em 1997 repetiu-se em 2007, com os distritos do Sul do País a terem menor número de população potencialmente a entrar para o mercado de trabalho. Em oposição, os distritos de Centro e Norte registaram maior índice de renovação da população activa.



Entre 1997 e 2007, os maiores crescimentos da variação do Índice de Renovação da População Activa observaram-se no Sul de Moçambique, com destaque para os de Boane, Marracuene, Magude e Cidade de Inhambane (crescimento acima de 58%). Contrariamente, as zonas Centro e Norte registaram menor variação, sendo os distritos de Muanza e Muidumbe os que observaram maior decréscimo.

# V.12.Índice de Maternidade, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Índice de Maternidade

$$\left(\frac{\text{Pop.0 - 4 anos}}{\text{Mulheres 15 - 49 anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Ind. Matern.07}}{\text{Ind. Matern.97}} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

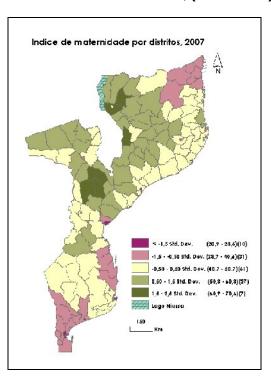
## Índice de Maternidade

Corresponde à relação entre a população que ainda não atingiu os 5 anos de idade e a população feminina em período fértil, definida habitualmente como o quociente entre o número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos e o número de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos (expressa habitualmente por 100 mulheres com 15-49 anos).

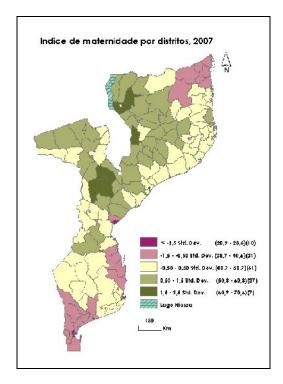
#### Comentários:

Não dispondo de informações sobre os nascimentos, o Índice de Maternidade funciona como indicador da evolução da fecundidade. Em 2007, as províncias de Niassa, Zambézia e Tete registaram números relativamente altos de crianças com menos de 5 anos em relação à população feminina em idade de procriar. A Cidade de Maputo foi a província que registou o resultado mais baixo. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia averbaram maior crescimento do Índice de Maternidade, em oposição a Cidade de Maputo.

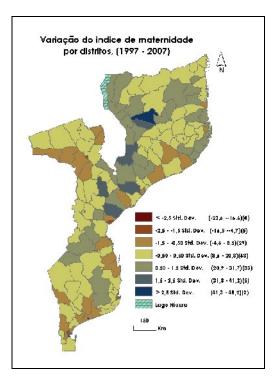
# V.12.Índice de Maternidade, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997 o Índice de Maternidade foi relativamente maior nos distritos das províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica. A Sul do País registaramse índices inferiores, sobretudo em Matutuine, Namaacha, D.U.nº1, D.U.nº2 e D.U.nº5. Um total de 47 distritos apresentaram índices acima da média do desvio padrão e 45 distritos índices abaixo da média.

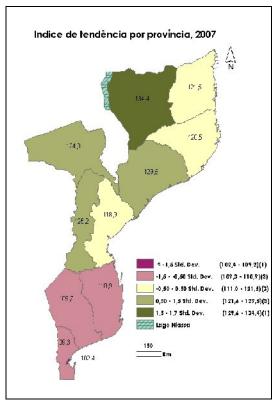


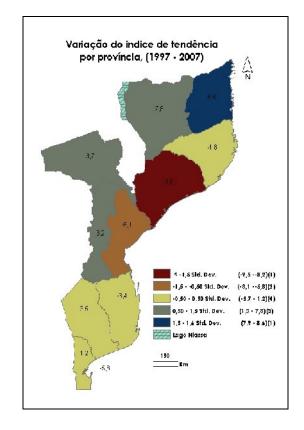
À semelhança de 1997, em 2007 os maiores Índices de Maternidade pertenceram aos distritos do Centro e Norte do país, em oposição a zona Sul que registou níveis baixos. Em relação a média do desvio padrão, o número de distritos com Índice de Maternidade abaixo e acima da média é quase equitativo (41 e 44 distritos, respectivamente).



Entre 1997 e 2007 a maioria dos distritos (134) registaram crescimento positivo do índice de maternidade sendo os distritos de Maua e D.U.nº1 os que tiveram maior crescimento 46,5% e 48,2%, respectivamente. Os D.U.nº3, D.U.nº4, D.U.nº5 e Cidade de Xai-xai registaram reduzido crescimento da relação entre as crianças menores de 5 anos e a população feminina em idade de procriar.

# V.13.Índice de Tendência, (1997 – 2007) - Províncias





# Fórmula de cálculo:

Índice de Tendência

$$\left(\frac{\text{Pop.0-4 anos}}{\text{Pop.5-9 anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Ind. Tend.07}}{\text{Ind. Tend.97}} - 1\right) * 100$$

### Conceito

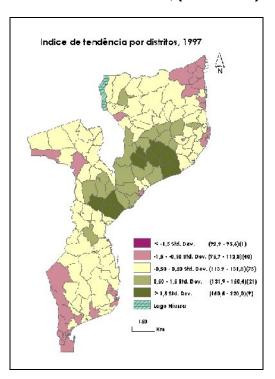
## Índice de Tendência

Corresponde a relação entre os dois primeiros grupos etários, definido habitualmente como o quociente entre o número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos e o número de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos (expressa habitualmente por 100 crianças com 5-9 anos).

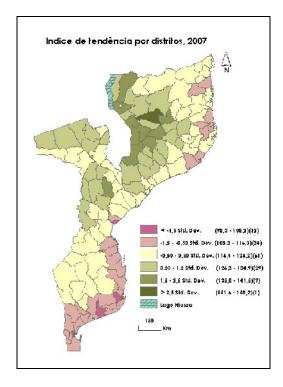
### Comentáros:

O Índice de Tendência é um indicador da dinâmica demográfica. Quando apresenta valores inferiores a 100 significa que está em curso um processo de declínio da fecundidade e de envelhecimento. Em 2007, o Índice de Tendência por província revela estar em curso o processo inverso ao anteriormente descrito, visto em todas as províncias se observarem valores acima de 100. O maior crescimento dos níveis de fecundidade e envelhecimento registou-se na província de Niassa, o menor na Cidade de Maputo. Entre 1997 e 2007, o Índice de Tendência teve a sua maior variação na província de Cabo Delgado.

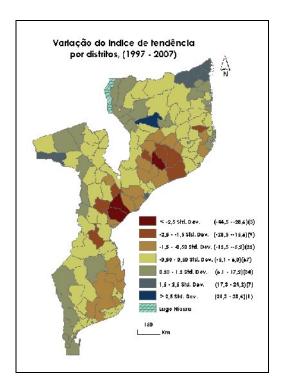
# V.13.Índice de Tendência, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, apenas um distrito (Ibo) apresentou um Índice de Tendência inferior a 100 (92,8), significando estar a experimentar o início de processo de declínio de fecundidade. Os restantes distritos registaram valores superiores a 100, destacando-se os distritos da província da Zambézia e Sofala, com índices superiores a 150.



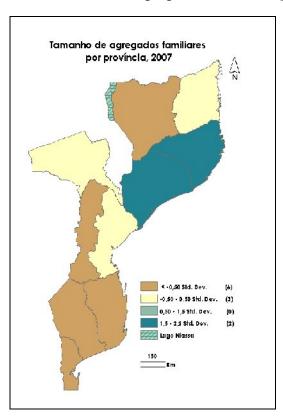
Em 2007, o número de distritos com índices abaixo de 100 subiu para 2 (Cidade de Xai-xai e D.U.n°4). Isto significa que a maioria dos distritos ainda está longe do processo de redução da natalidade. Em termos de desvio padrão, 39 distritos registaram índices acima da média do desvio padrão e 46 distritos valores abaixo da média.

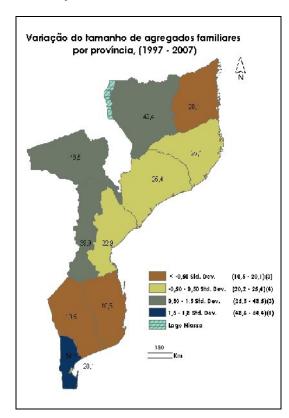


Entre 1997 e 2007, 32 distritos registaram um crescimento do Índice de Tendência superior a 6%. Em oposição, 37 distritos observaram níveis de crescimento negativos e abaixo da média (inferiores a 5%). O maior crescimento do Índice de Tendência verificou-se no distrito de Maua (30,4%) e os maiores crescimentos negativos registaram-se em Muanza, lle e Chiringoma.

## V.14. Agregados familiares

# V.14.1.Tamanho de Agregados Familiares, (1997 – 2007) - Províncias





## Conceito

## Agregados familiares

Para efeito dos censos (1997 e 2007), agregado familiar foi definido como sendo um grupo de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e compartilham as despesas da casa. Nas habitações onde havia dependências ou quartos ocupados por empregados domésticos com suas famílias ou alugados a uma outra família, estes grupos foram considerados como agregados independentes.

## Comentáros:

Em 2007, as províncias de Nampula e Zambézia tinham os maiores volumes de agregados familiares, à a semelhança do tamanho da população. As províncias de Sul (Cidade de Maputo, Maputo, Gaza e Inhambane), Manica e Tete registaram os números mais reduzidos de agregados familiares. Entre 1997 e 2007, a província de Maputo foi a que registou maior crescimento, contrariamente às províncias de Gaza, Inhambane e Cabo Delegado.

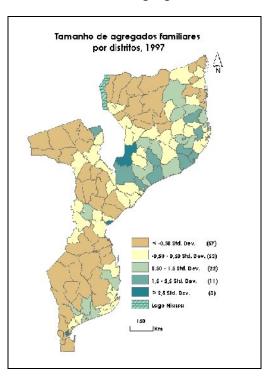
#### Fórmula de cálculo:

Variação do tamanho de agregados familiares

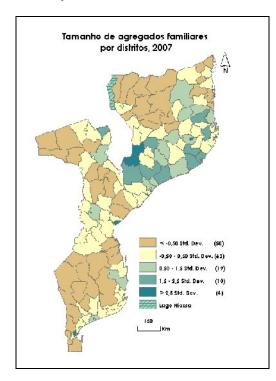
$$\left(\frac{\text{n° agregados familiares 2007}}{\text{n° agregados familiares 1997}} - 1\right) * 100$$

## V.14. Agregados familiares

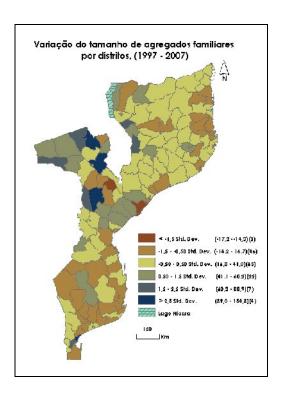
## V.14.1.Tamanho de Agregados Familiares (1997 – 2007) - Distritos



Analisando a distribuição do tamanho dos agregados familiares em termos de desvio padrão a nível de distrito, refira-se que em 1997 a maioria dos distritos (110) observaram quantitativos dos agregados familiares abaixo da média do desvio padrão e apenas 14 possuiam valores acima da média. Os maiores quantitativos de agregados familiares observaram-se em Milange, Cidade da Beira e Cidade da Matola.



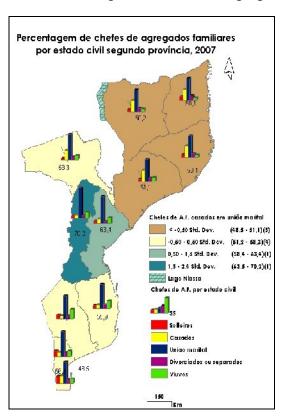
Em 2007, a distribuição dos agregados familiares a nível de distritos não fugiu a regra de 1997. A maioria (113) observaram quantitativos dos agregados familiares abaixo da média e 14 registaram tamanhos acima da média. Os maiores quantitativos de agregados familiares observaram-se nos mesmos distritos de 1997 (Milange, Cidade da Matola, Cidade da Beira) e mais o distrito de Nampula.

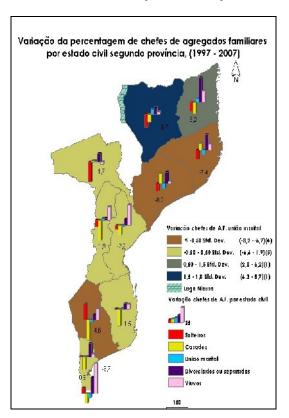


Entre as duas datas, os distritos de Marracuene, Macanga, Moatize e Macossa ganharam mais agregados familiares, ao registarem variações superiores a 89%. Os distritos de Chemba e Chinde foram os que mais perderam em termos do total de agregados familiares durante o período em análise tendo registado reduções acima de 14%.

## V.14. Agregados familiares

## V.14.2.Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos

$$\left(\frac{\text{Chefes de A.F. Masc.}}{\text{Total de chefes de A.F.}}\right) * 100$$

Variação

$$\left(\frac{\% \text{ Chefes A.F. Masc. 2007}}{\% \text{ Chefes A.F. Masc. 1997}} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

# Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos

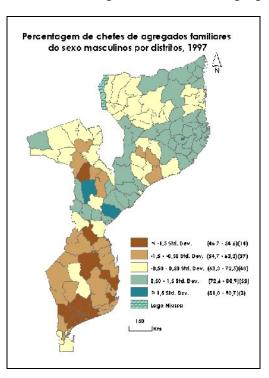
Considerou-se nos dois censos (1997 e 2007) como chefe de agregado familiar a pessoa responsável pelo agregado ou aquela que, para efeitos do recenseamento, foi indicada como tal pelos restantes membros. A percentagem de chefes de agregados familiares masculinos corresponde ao quociente entre os chefes de agregados familiares masculinos e o total dos chefes de agregados familiares, expressa em percentagem.

### Comentáros:

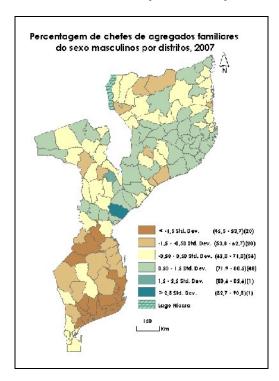
A chefia do homem no agregado familiar é um facto natural inquestionável. Em 2007, a percentagem de chefes de agregados familiares do sexo masculino foi muito superior à dos chefes do sexo feminino em quase todas as províncias, excepto em Gaza, que apresentou um nível relativamente baixo. As províncias de Maputo e Tete registaram entre 1997 e 2007 as maiores variações no que respeita os chefes masculinos. Inhambane foi a província que menos crescimento observou. Todas elas, com excepção de Maputo e Tete, registaram crescimentos positivo de chefes femininos, talvez resultado da maior esperança de vida das mulheres.

## V.14. Agregados familiares

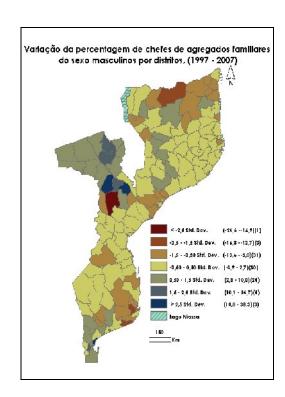
## V.14.2.Percentagem de chefes de agregados familiares masculinos (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, a distribuição dos chefes de agregados familiares do sexo masculino revela maiores percentagens nos distritos do Centro e Norte do País. Os da zona Sul, com destaque para os da província de Gaza, apresentaram menores percentagens. Isto pode ter explicação nas elevadas taxas de mortalidade masculina visto ser a província com maior percentagem de viuvez.



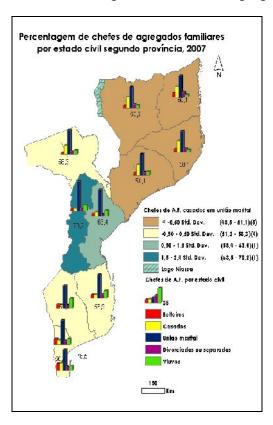
Outra possível explicação relaciona-se com a tradicional emigração dos homens desta província para a vizinha África do Sul. Pela ausência, por mais de 6 meses, não foram contabilizados como chefes durante o período do Censo. O cenário de 1997 repetiu-se em 2007.

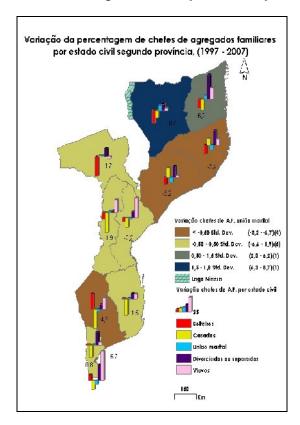


Em relação a media do desvio padrão, 31 distritos observaram, entre 1997 e 2007, um acréscimo na percentagem de chefes de agregados familiares do sexo masculino, contra 35 distritos cuja percentagem se situou abaixo da média. A maior variação observou-se nos distritos de Chemba, Guro e Marracuene. A menor no distrito de Macossa em Manica.

## V.14. Agregados familiares

## V.14.3.Percentagem de chefes de agregados casados em regime marital (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem de chefes de agregados familiares casados em regime de união marital

Corresponde ao quociente entre os chefes de agregados familiares casados em regime união marital e o total dos chefes de agregados familiares por estado civil, expressa em percentagem.

## Comentáros:

Em 2007 a província de Manica foi a que registou maior percentagem de chefes de agregados familiares casados segundo costumes locais. Os chefes de agregados familiares casados neste regime predominam em todas as províncias quando comparados com chefes de outros estados civis. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, a província de Niassa observou o maior crescimento. Analisando a variação dos chefes de agregados familiares por estado civil segundo província podemos constatar que os chefes separados e viúvos apresentaram crescimento positivo em todas as províncias.

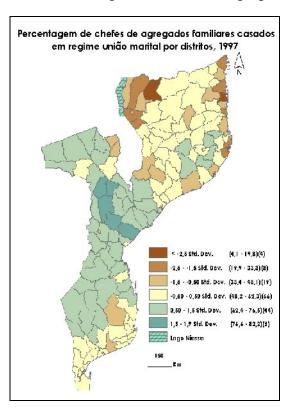
Fórmula de cálculo:

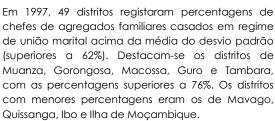
Percentagem de chefes de A. F. casados em união marital

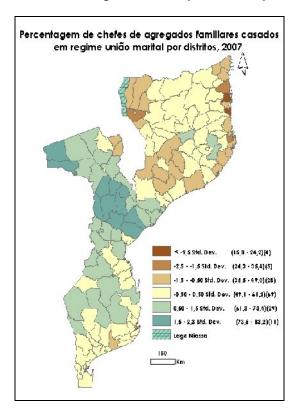
$$\left(\frac{\text{Chefes de A.F. união marital.}}{\text{Total de chefes de A.F. por estado civil}}\right)*100 \quad \left(\frac{\% \text{ Chefes A.F. união marital.} 2007}{\% \text{ Chefes A.F. união marital.} 1997} - 1\right)*100$$

## V.14. Agregados familiares

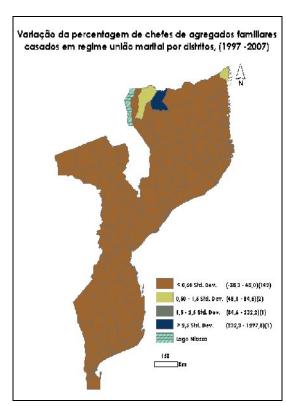
## V.14.3.Percentagem de chefes de agregados casados em regime marital (1997 – 2007) - Distritos







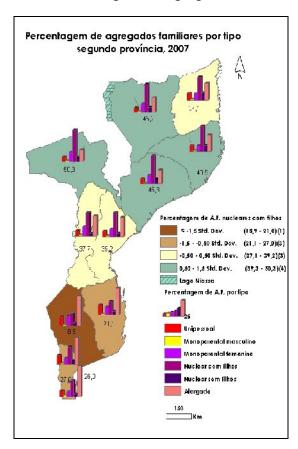
Em 2007, 40 distritos registaram percentagens de chefes de agregados familiares casados em regime de união marital acima da média do desvio padrão (acima de 61%). Os distritos que observaram maiores percentagens em 1997 mantiveram-se na liderança em 2007, acrescidos dos distritos de Zumbu, magoe, Barue, Chemba e Maringue. Mantiveram-se igualmente os distritos com menores percentagens.

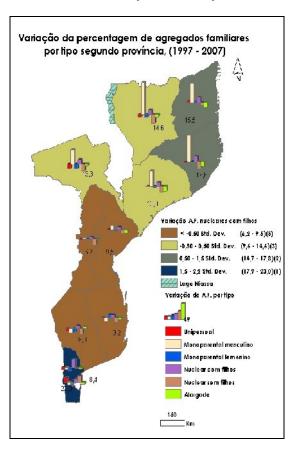


Entre 1997 e 2007, 142 distritos registaram variações abaixo da média. Destes, 80 registaram crescimento negativo na percentagem de chefes em regime de união marital. A maior variação observou-se no distrito de Mavago na província do Niassa, com um aumento de 1297%.

## V.14. Agregados familiares

## V.14.4.Percentagem de agregados familiares nucleares com filhos (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Percentagem de A. F. nucleares com filhos

 $\left(\frac{\% \text{ A.F. nucleares com filhos. } 2007}{\% \text{ A.F. nucleares com filhos. } 1997} - 1\right) * 100$ 

Variação

#### Conceito

# Percentagem de agregados familiares nucleares com filhos

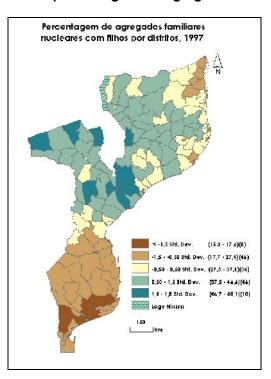
O agregado familiar nuclear com filhos, corresponde ao grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e compartilham as despesas da casa, constituído por um casal e um ou mais filhos. A percentagem de agregados familiares nucleares com filhos corresponde ao quociente entre os agregados familiares nucleares com filhos e o total dos agregados familiares por tipo, expressa em percentagem.

## Comentáros:

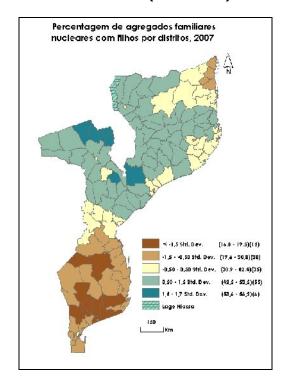
Em 2007, as províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Tete possuíam as maiores percentagens de agregados familiares nucleares com filhos, por oposição à província de Gaza, com a percentagem mais baixa. Analisando a percentagem por tipo de agregados familiares segundo província, constatamos que os agregados familiares nucleares com filhos são predominantes nas províncias do Centro e Norte do País. A Sul predominam agregados familiares alargados. Entre 1997 e 2007, os agregados monoparental masculinos registaram maior crescimento no Centro e Norte do País.

## V.14. Agregados familiares

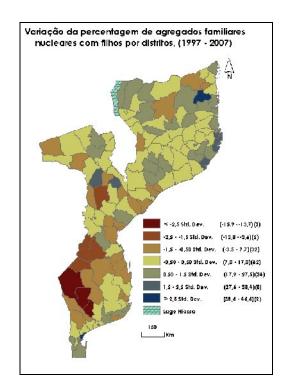
## V.14.4. percentagem de agregados familiares nucleares com filhos (1997 – 2007) - Distritos



O mapa acima mostra claramente a predominância, na zona Centro e Norte dos agregados familiares nucleares com filhos. Os distritos com maiores percentagens deste tipo de agregado familiar são os de Marromeu, Mopeia, Caia, Morrumbala, Macossa, Zumbu, Chifunde, Angónia, Tsangano e Mecanhelas.



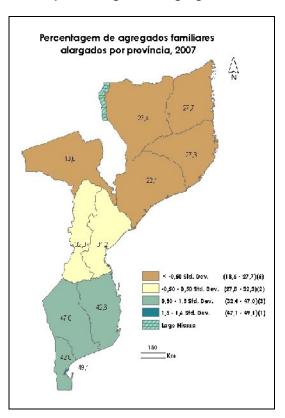
O cenário observado em 1997 repetiu-se em 2007 (clara evidência da predominância dos agregados familiares nucleares com filhos no Centro e Norte do país). Os distritos de Chifunde, Macanga, Angónia, Tsangano, Chemba e Morrumbala foram os que observaram maior percentagem de agregados familiares nucleares com filhos.

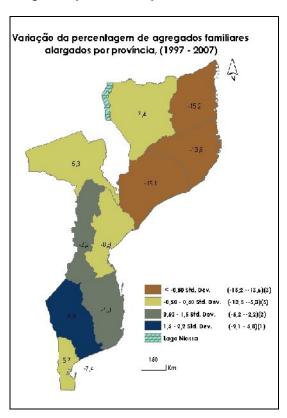


De 1997 para 2007, o peso de agregados familiares nucleares com filhos variou positivamente em 135 distritos, com destaque para os de Meluco e Marracuene, onde aumentou 46,0% e 40,2%, respectivamente. Em oposição, 11 distritos observaram fenómeno inverso, sendo os distritos de Mabalane, Chicualacuala e Guijá os que maior decréscimo apresentaram (acima de 13,7%).

## V.14. Agregados familiares

## V.14.5. percentagem de agregados familiares alargados (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Percentagem de A. F. alargados

$$\left(\frac{A.F. alargados.}{Total A.F. por tipo}\right) *100$$

Variação

$$\left(\frac{\% \text{ A.F. alargados } 2007}{\% \text{ A.F. alargados.} 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

## Percentagem de agregados familiares alargados

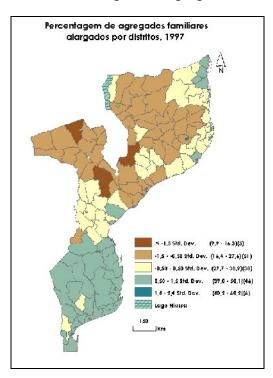
O agregado familiar alargado corresponde ao grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma habitação e compartilham as despesas da casa, constituído por uma família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes. A percentagem de agregados familiares alargados corresponde ao quociente entre os agregados familiares alargados e o total dos agregados familiares por tipo, expressa em percentagem.

### Comentáros:

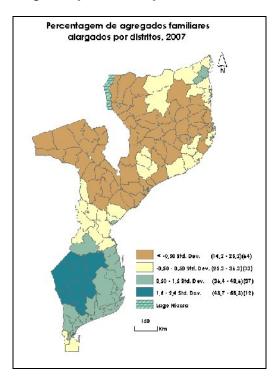
No ano 2007, a Cidade de Maputo apresentava o maior peso dos agregados familiares alargados (49,1%), em oposição às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete com percentagens mais baixas (inferiores a 27,8%). De uma maneira geral, as províncias do Sul de Moçambique são maioritariamente constituídas por agregados familiares alargados. A província de Gaza foi, entre 1997 e 2007, a que registou maior aumento do peso de agregados familiares alargados, em oposição as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.

## V.14. Agregados familiares

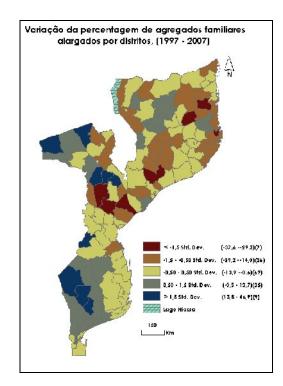
# V.14.5. Percentagem de agregados familiares alargados (1997 – 2007) - Distritos



Como se fez referência a nível de província, a zona Sul possuia em 1997 maior percentagem de agregados familiares alargados, em oposição à zona Centro e Norte, mais dominados pelos agregados nucleares com filhos (vide mapa correspondente). Mais de 50% de agregados familiares alargados situavam-se nos D.U.nº2, D.U.nº3 e D.U.n5 na Cidade de Maputo, Cidade de Quelimane, Cidade de Nampula e



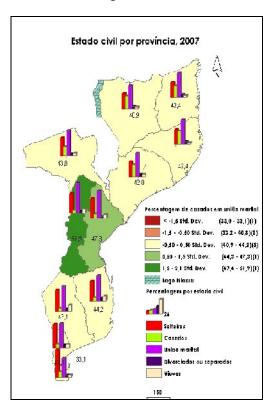
Cidade de Pemba. Situação idêntica se verificou em 2007. A zona Sul era caracterizada por uma constituição alargada das famílias, com destaque a todos os distritos da província de Gaza, onde superou os 48%. De facto, a província de Gaza foi a que maior crescimento de agregados familiares alargados registou durante o período (1997-2007).

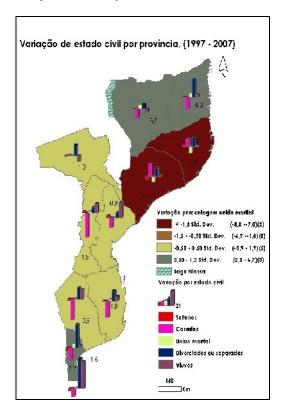


Entre 1997 e 2007, 77% (112) do total dos distritos observou uma variação negativa do total de agregados familiares alargados. Os distritos onde esses aumentos foram maiores situavam-se maioritariamente da província de Gaza e alguns das províncias de Manica e Tete.

## V.15.Estado civil

## V.15.1.Percentagem de casados em união marital (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Percentagem da população casada em união marital

$$\left(\frac{\text{Pop. casada união marital.}}{\text{Total Pop. por estado civil}}\right) * 100$$

$$\left(\frac{\% \text{ Pop. casada união marital } 2007}{\% \text{ Pop. casada união marital.} 1997} - 1\right) * 100$$

Variação

## Conceito

# Percentagem da população casada em união marital

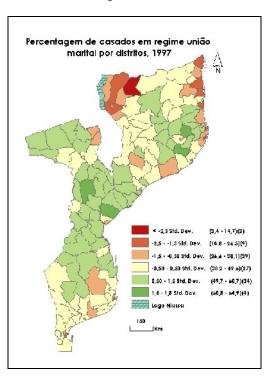
O estado civil é a situação da pessoa, de acordo com as leis, usos e costumes, face ao casamento ou vivência marital. Considera-se pessoa casada em regime de união marital aquela que leva uma vida conjugal segundo os costumes locais, quer dizer, não casou pelo registo civil, nem pela igreja. A percentagem da população casada em regime de união marital corresponde ao quociente entre a população de 12 ou mais anos casada em regime de união marital e o total da população de 12 ou mais anos por estado civil, expressa em percentagem.

## Comentáros:

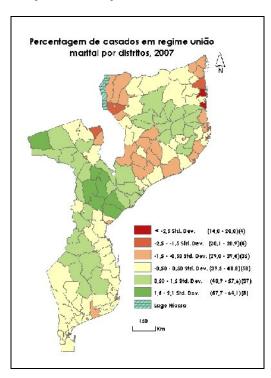
Em 2007, o maior peso dos casados segundo costumes locais localizava-se na província de Manica com 51,9%; o menor na Cidade de Maputo. Os casados em regime de união marital tinham maior peso em todas as províncias face a qualquer outro estado civil, com excepção da Cidade de Maputo onde predominavam os solteiros. Entre 1997 e 2007, as províncias de Maputo, Niassa e Cabo Delgado tiveram o maior crescimento da população casada em união marital.

#### V.15.Estado civil

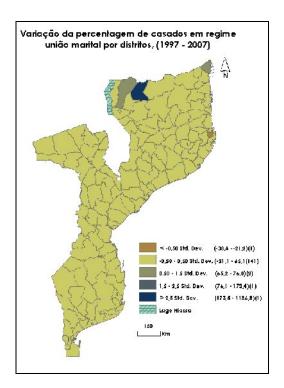
## V.15.1.Percentagem de casados em união marital (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, a maioria dos distritos das províncias de Sofala, Manica, Tete e Nampula possuiam maior volume percentual de população casada segundo costumes locais, sobretudo em Mecate, Muanza, Macossa e Mogovolas, com percentagem superior a 60%. O peso mais baixo registou-se nos distritos de Mavago, Ibo e Ilha de Moçambique.



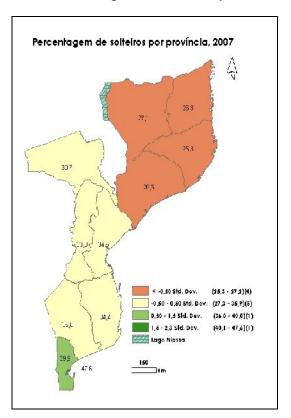
Em termos de distribuição da percentagem de casados em união marital por distritos, não ocorreram mudanças entre 1997 e 2007. O maior peso de casados segundo costumes locais observou-se em 8 distritos das províncias de Sofala, Manica e Tete nomeadamente, Tambara, Maringue, Chemba, Macossa, Gorongosa, Cheringoma, Muanza e Zumbu com percentagens acima de 57%.

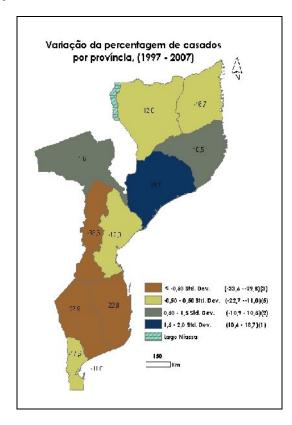


Analisando a variação entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos (142), 50% apresentou uma redução da percentagem de casados em regime de união marital. Temos a destacar o *outlier* do distrito de Mavago em termos de maior variação, com um crescimento de 1186,8% de casados seaundo a tradicão local.

#### V.15.Estado civil

## V.15.2.Percentagem de solteiros (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Percentagem da população solteira

Considera-se solteira a pessoa de qualquer sexo com 12 ou mais anos de idade que não seja, nem nunca tenha sido casada pelo registo civil, igreja ou tradicionalmente. A percentagem da população solteira corresponde ao quociente entre a população solteira e o total da população de 12 ou mais anos por estado civil, expressa em percentagem.

#### Comentários:

O mapa de solteiros por províncias em 2007 revela que o maior peso de pessoas que nunca casaram pelo estado civil, igreja e nem tradicionalmente pertence às províncias de Maputo e Cidade de Maputo, em oposição às do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. A variação da percentagem de solteiros entre 1997 a 2007 foi pouco significativa em todas as províncias. Não obstante, a província de Maputo foi a que observou maior crescimento (2,8%).

#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população solteira

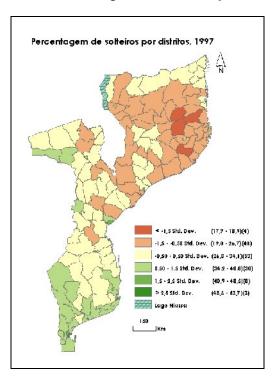
$$\left(\frac{\text{Pop. solteira.}}{\text{Total Pop. por estado civil}}\right) * 100$$

Variação

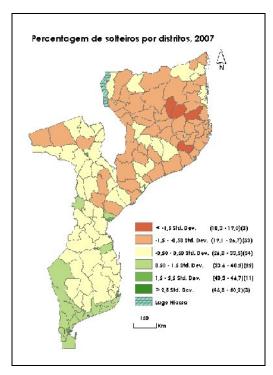
$$\left(\frac{\% \text{ Pop. solteira } 2007}{\% \text{ Pop. solteira } 1997} - 1\right) * 100$$

#### V.15.Estado civil

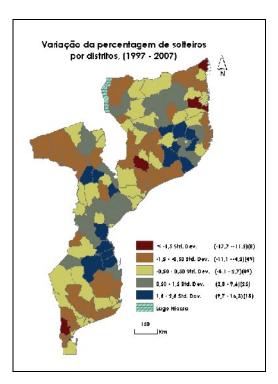
## V.15.2.Percentagem de solteiros (1997 – 2007) - Distritos



Parece ser regra a concentração da população solteira nos centros urbanos. Em 1997, o peso da população solteira foi significativamente maior nos distritos urbanos da Cidade de Maputo, Cidade de Xai-xai, Cidade da Beira, Cidade de Inhambane, Cidade de Tete e Cidade de Inhambane, com mais de 40%.



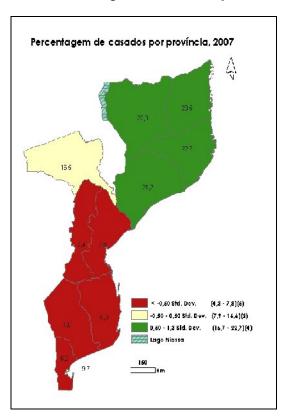
Em 2007, à semelhança de 1997, as grandes cidades continuaram a concentrar maior percentagem da população solteira. Esta situação pode resultar da ausência, em áreas urbanas, da união de duas pessoas do sexo oposto segundo costumes tradicionais. Outro factor a considerar, tem a ver com o facto de os movimentos migratórios em direcção

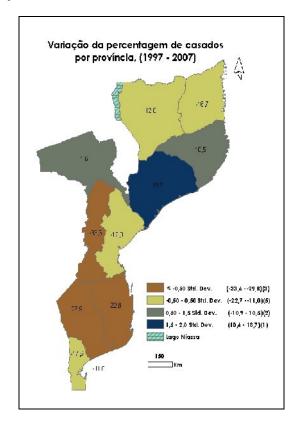


aos centros urbanos abrangerem maioritariamente a população mais jovem. Entre 1997 e 2007 pouco menos da metade dos distritos (47%) viram aumentar a percentagem de solteiros, mas para 53% a variação foi negativa. Embora o crescimento observado não tenha sido significativo, 15 distritos tiveram um aumento superior a 9%.

#### V.15.Estado civil

## V.15.3.Percentagem de casados (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Percentagem da população casada

Considera-se casada a pessoa de qualquer sexo com 12 ou mais anos de idade unida por casamento civil ou religioso. A percentagem da população casada corresponde ao quociente entre a população casada e o total da população de 12 ou mais anos por estado civil, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Em 2007, o peso da população casada foi maior nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, em oposição ao observado nas províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Gaza. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, a província da Zambézia observou maior aumento da população casada, com 18,7%. Contrariamente, as províncias de Manica, Inhambane e Gaza são as que observaram menor crescimento.

#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população casada

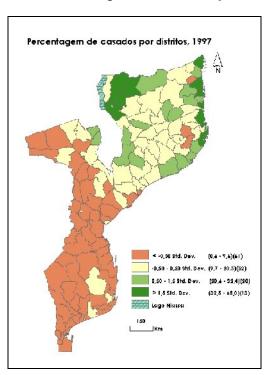
$$\left(\frac{\text{Pop. casada.}}{\text{Total Pop. por estado civil}}\right) * 100$$

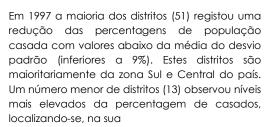
Variação

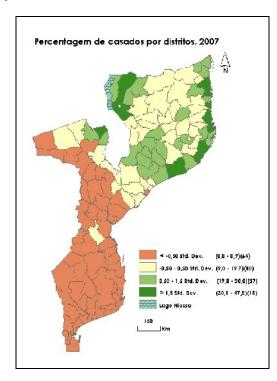
$$\left(\frac{\% \text{ Pop. casada } 2007}{\% \text{ Pop. casada } 1997} - 1\right) * 100$$

#### V.15.Estado civil

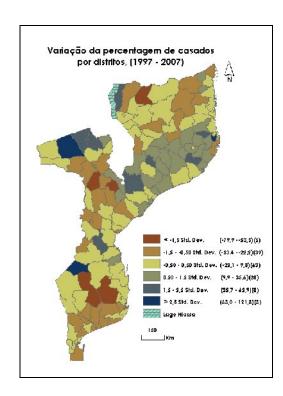
## V.15.3.Percentagem de casados (1997 – 2007) - Distritos







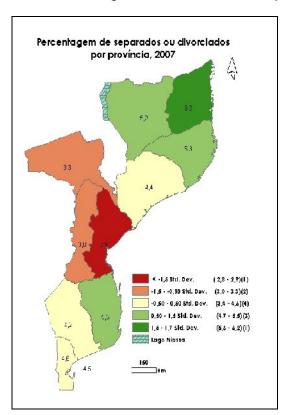
maioria, na província do Niassa. Em 2007, o cenário observado em 1997 repete-se, ou seja, os distritos de Sul e Centro de Moçambique têm menores percentagens da população casada contrariamente a zona Norte, com destaque para os distritos das províncias de Niassa e zona costeira das províncias de Nampula e Cabo delgado.

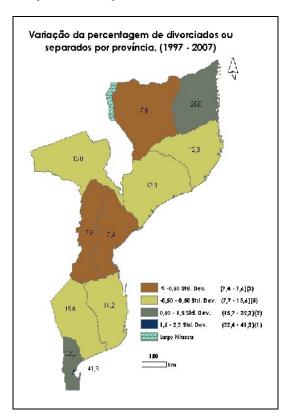


Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos (97) registaram uma variação negativa da percentagem de casados, em especial os distritos de Funhalouro, Chigubo, Mavago, Chemba e Guro, com reduções superiores a 53%. Em oposição os distritos de Nacala-velha, Massangena e Marávia registaram as maiores variações (mais de 62%).

#### V.15.Estado civil

#### V.15.4.Percentagem de divorciados ou separados (1997 – 2007) – Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população divorciada ou separada

$$\left(\frac{\text{Pop. divorciada/separada.}}{\text{Total Pop. por estado civil}}\right) * 100$$

Variação

$$\left(\frac{\% \text{ Pop. divorciada/separada } 2007}{\% \text{ Pop. divorciada/separada } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

#### Percentagem da população divorciada ou separada

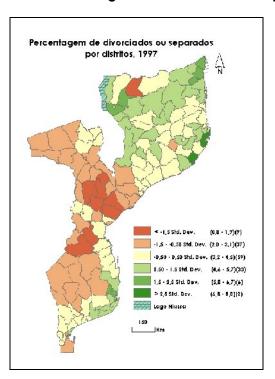
Considera-se divorciada ou separada a pessoa de qualquer sexo com 12 ou mais anos de idade, que está separada ou divorciada do marido ou da mulher, seja ou não por lei. A percentagem da população divorciada ou separada corresponde ao quociente entre a população divorciada ou separada e o total da população de 12 ou mais anos por estado civil, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

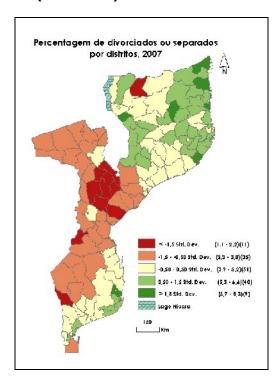
Em 2007, os divorciados ou separados tiveram um peso percentual baixo, quando comparados com outros estados civis. Não obstante, a maior representatividade deste estado civil observou-se na província de Sofala (6,2%) e a menor percentagem na província de Cabo Delgado. Entre 1997 e 2007 todas as províncias registaram crescimento dos divorciados ou separados, sobretudo a Cidade de Maputo.

#### V.15.Estado civil

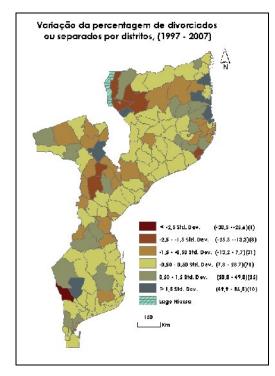
#### V.15.4.Percentagem de divorciados ou separados (1997 – 2007) - Distritos



No ano de 1997, 43 distritos, equivalente a 29%, apresentavam percentagens de divorciados ou separados superiores à média, com destaque para os distritos de Mossuril e Angoche, com valores de 7,0% e 7,9%, respectivamente. Em oposição, as percentagens mais baixas observaram-se, maioritariamente, nos distritos das províncias de



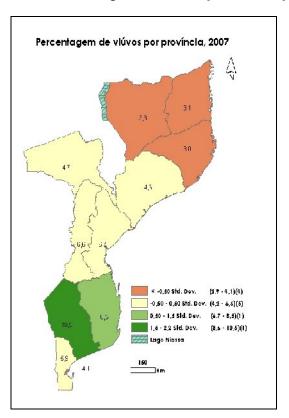
Manica e Sofala. O registo do número de distritos com percentagens de divorciados acima da média do desvio padrão foi de 49 em 2007, equivalente a 34%, sobretudo nos distritos do Norte de Moçambique. Os valores mais baixos observaram-se nos distritos das províncias de Gaza, Sofala, Manica e Tete.

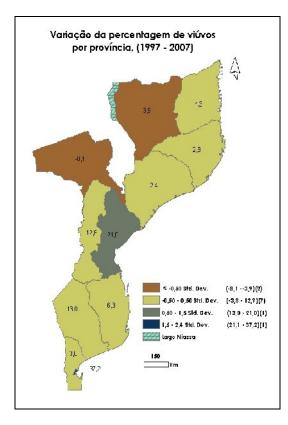


Como seria de esperar, a variação dos divorciados ou separados no período entre 1997 a 2007 não foi uniforme. Do total, 120 distritos (82%) distribuídos por quase todas as províncias registaram variaçãos positivas. Dos distritos que observaram variação negativa, destaque vai para o distrito de Massingir cuja percentagem decresceu 38.4%.

#### V.15.Estado civil

## V.15.5.Percentagem de viúvos (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Percentagem da população viúva

Considera-se viúva a pessoa de qualquer sexo com 12 ou mais anos de idade que foi casada e cujo cônjuge faleceu. A percentagem da população viúva corresponde ao quociente entre a população viúva e o total da população de 12 ou mais anos por estado civil, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Em 2007, a província de Gaza é a que registou maior peso da população viúva, em oposição às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Cidade de Maputo que observaram menores percentagens. De 1997 a 2007, a maior variação da percentagem de viúvos observou-se na Cidade de Maputo e os valores mais baixos do peso em Niassa e Tete.

#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população viúva

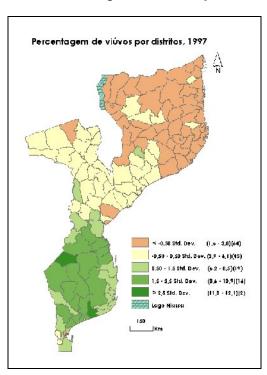
$$\left(\frac{\text{Pop. viúva.}}{\text{Total Pop. por estado civil}}\right) * 100$$

Variação

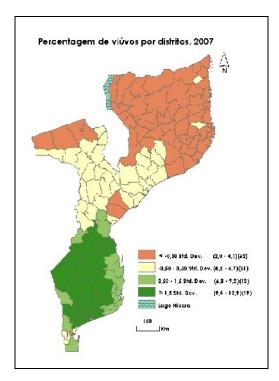
$$\left(\frac{\% \text{ Pop. viúva } 2007}{\% \text{ Pop. viúva } 1997} - 1\right) * 100$$

#### V.15.Estado civil

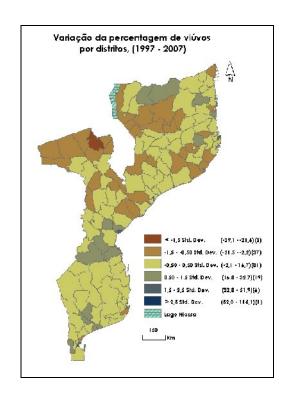
## V.15.5.Percentagem de viúvos (1997 – 2007) - Distritos



O mapa da distribuição da percentagem de viúvos por distritos em 1997 revela maior peso de viúvos na zona Sul do País, sobretudo em Massangena e Mandlakaze, na província de Gaza. Em oposição, o menor peso observou-se no Norte do País, com cerca de 64 (44%) distritos com percentagens inferiores à média do desvio padrão.



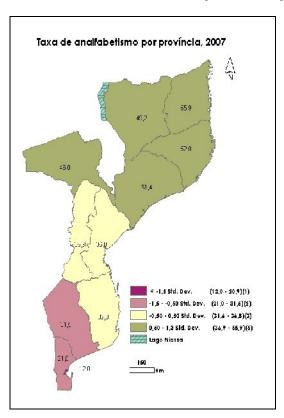
O mapa da percentagem de viúvos de 2007 assemelha-se ao de 1997, com maior peso na zona Sul e menor a Norte e em alguns distritos da província de Tete. A alta percentagem de viúvos observada nos distritos de Gaza pode estar relacionada com o risco de contaminação de HIV a que se sujeita a população masculina empregados nas minas de África do Sul.

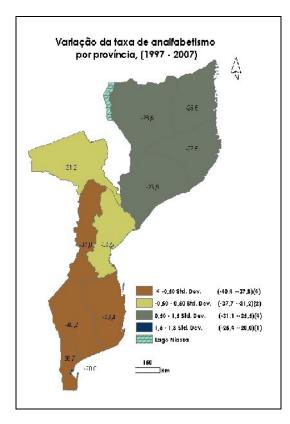


Tradicionalmente a província de Gaza é a que maior força de trabalho fornece à vizinha África do Sul e este é considerado o País com maior índice de insidência de HIV na região da África Austral. Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos registou um crescimento positivo da percentagem de viúvos, com destaque para a Cidade de Maputo, onde a varição foi de 115%.

# V.16.Educação

### V.16.1.Taxa de analfabetismo, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Taxa de analfabetismo

Corresponde à relação entre a população de 5 ou mais anos que não sabe ler nem escrever e a população com 5 ou mais anos de idade, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Em 2007, a percentagem da população que não sabe ler nem escrever foi maior nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete, e mínima nas províncias de Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Entre 1997 e 2007 deu-se uma redução em todas as províncias do número dos que não sabem ler nem escrever. Contudo, o mapa da variação revela maior crescimento na Cidade de Maputo. A Cidade de Maputo é a província 100 por cento urbana onde, apesar da insuficiência da rede escolar em albergar número cada vez maior da população, possui vantagem da comparticipação dos privados, situação que não se observa nas áreas rurais.

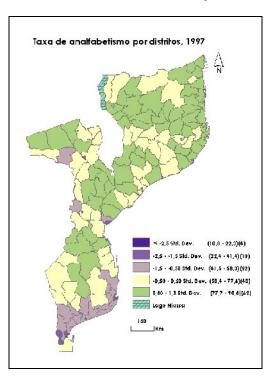
Fórmula de cálculo:

Taxa de analfabetismo Taxa de variação

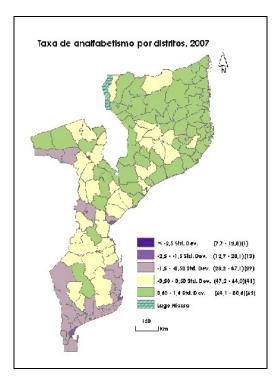
$$\left(\frac{\text{Pop. com 5 ou mais anos que não sabe ler nem escrever}}{\text{Pop. de 5 ou mais anos}}\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab. 1997}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.2007}}{\text{Taxa de analfab.2007}} - 1\right) * 100 \left(\frac{\text{Taxa de analfab.$$

### V.16.Educação

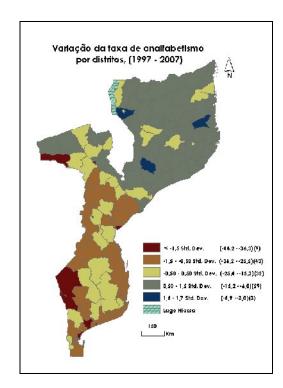
#### V.16.1.Taxa de analfabetismo, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 62 distritos apresentaram taxas de analfabetismo superiores à média (mais de 77%). Em oposição, 36 distritos registaram taxas abaixo da média, com destaque para 4 distritos da Cidade de Maputo (D.U.n°1, D.U.n°2, D.U.n°3 e D.U.n°5). A população que não sabia ler nem escrever em 1997 concentrava-se maioritariamente nos distritos do Centro e Norte do País. Na zona Sul pelo menos 6 distritos observaram taxas superiores a 77%.



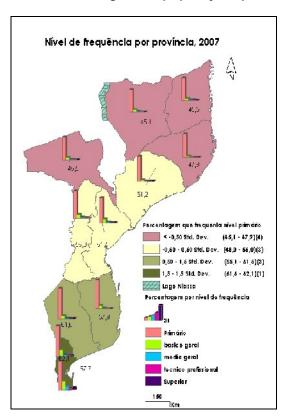
Similarmente, em 2007, 62 distritos observaram taxas de analfabetismo acima da média do desvio padrão (superiores a 64%). As taxas de analfabetismo abaixo da média do desvio padrão (inferiores a 47%) foram observadas em 33 distritos, com destaque para o D.U.nº1 na Cidade de Maputo. A zona Sul continuou, em 2007, a caracterizar-se pelos reduzidos níveis de pessoas que não sabem ler nem escrever contrariamente a zona Centro e Norte do País.

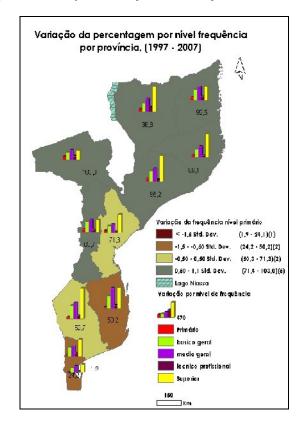


Entre 1997 e 2007 houve uma redução do número de pessoas que não sabem ler nem escrever em todos os distritos. Contudo, o mapa da variação revela maiores aumentos nos distritos de Lugela na província da Zambézia, Erati em Nampula e Lichinga na província do Niassa. Esta redução pode resultar da ampliação da rede escolar às regiões mais isoladas do País; da campanha de sensibilização, sobretudo nas áreas rurais, bem como da introdução de alfabetização de adultos.

## V.16.Educação

#### V.16.2.Percentagem da população que frequenta nível primário, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que frequenta nível primário

Corresponde à relação entre a população que frequenta o nível primário e a população com 5 e mais anos, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Analisando o peso da população que frequentou o nível primário em 2007 por província, constata-se uma maior percentagem na província de Maputo, em oposição às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Tete. A comparação do peso da população que frequentou este nível em relação a outros níveis por província, revela percentagens significativamente maiores do nível primário em todas as províncias do País. De 1997 a 2007 registou-se em todo país um crescimento positivo da população que frequenta o nível primário, sobretudo nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete e Manica. Quanto aos níveis de frequências por província registou-se entre 1997 e 2007 uma alteração positiva para todos os níveis e em todas as províncias.

#### Fórmula de cálculo:

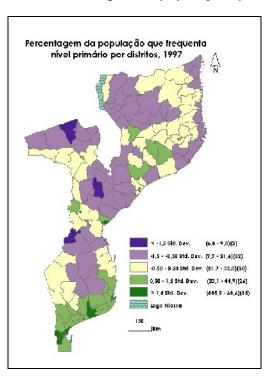
Percentagem da população que frequenta o nível primário

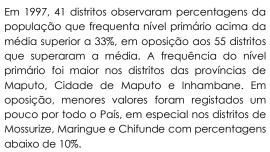
$$\left(\frac{\text{Pop. frequenta nível primário}}{\text{Pop. 5 ou mais anos}}\right) * 100$$

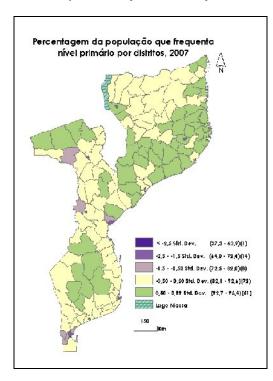
$$\left(\frac{\% \text{ Pop.freque nta nível primário } 2007}{\% \text{ Pop.freque nta nível primário } 1997} - 1\right) * 100$$

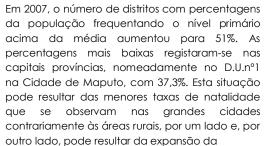
## V.16.Educação

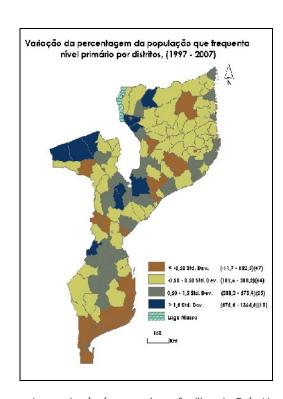
#### V.16.2.Percentagem da população que frequenta nível primário, (1997 – 2007) - Distritos







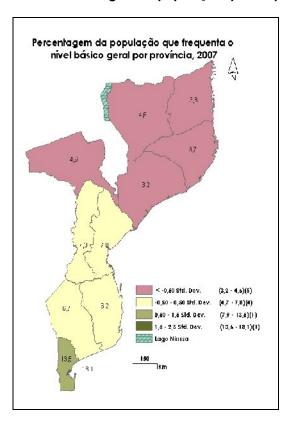


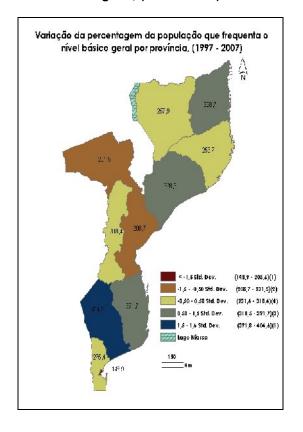


rede escolar às áreas mais recônditas do País. Na década 1997-2007 deu-se um aumento da percentagem da população a frequentar o nível primário, com excepção do D.U.nº1 na Cidade de Maputo, onde ocorreu um recuo de 11%. Os distritos urbanos são os que tiveram menores aumentos, que pode ser causado das variações significativamente negativas das taxas de natalidade que se observaram nos grande centros urbanos durante o período em análise.

### V.16.Educação

#### V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível básico geral, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que frequenta nível básico geral

Corresponde a relação entre a população que frequenta o nível básico geral e a população com 5 ou mais anos, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Entende-se por nível básico geral o ensino secundário geral do primeiro ciclo que compreende a 8ª e 9ª classes. Em 2007, as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete têm as menores percentagens de população a frequentar o nível básico geral, ao contrário das províncias de Maputo e Cidade de Maputo. Durante o período 1997-2007 observou-se em todas as províncias um crescimento (acima de 100%) da população frequentando o nível básico geral, com destaque para províncias de Gaza, Inhambane, Zambézia e Cabo Delgado que cresceram em mais de 318%.

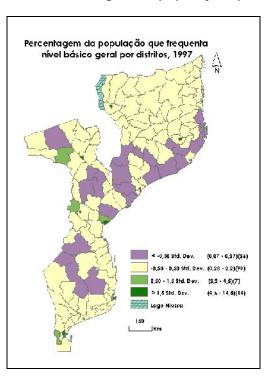
#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população que frequenta o nível básico geral

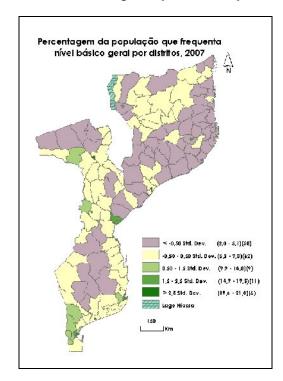
$$\left(\frac{\text{Pop. frequenta nível básico geral}}{\text{Pop. 5 ou mais anos}}\right) * 100$$

### V.16.Educação

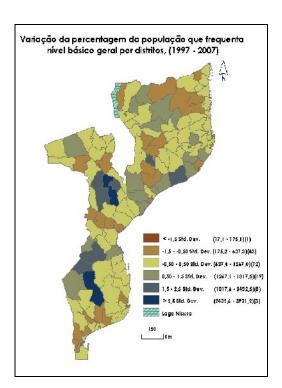
## V.16.3. Percentagem da população que frequenta nível básico geral, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 99 distritos situaram-se na média do desvio padrão com percentagens entre 0,28% a 2,2% da população que frequentava o nível básico geral; 26 distritos tinham percentagens inferiores à média em oposição a 14 distritos. Os distritos urbanos são os que registaram maior peso da percentagem da população que frequentava este nível.



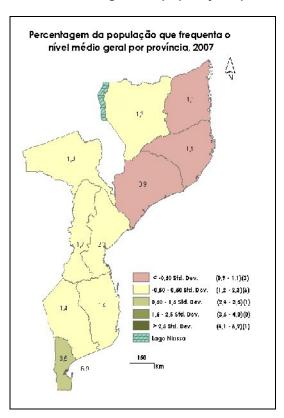
O ano de 2007 foi igualmente marcado pela concentração, em distritos urbanos, de maiores percentagens da população frequentando o nível básico geral. Esta situação pode resultar da fraca cobertura deste nível de ensino nas áreas rurais, ao invés das urbanas, obrigando a população a recorrer a estas últimas para continuação dos estudos.

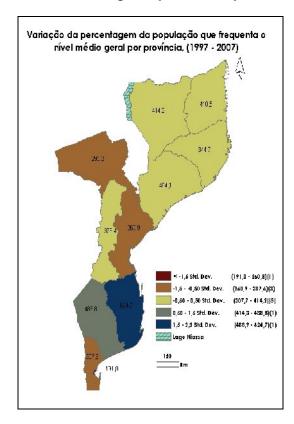


Entre 1997 e 2007, em todos os distritos, houve um acréscimo da percentagem da população a frequentar o nível básico geral, com destaque para 30 distritos, onde se verificaram variações superiores a 1200%. À semelhança do nível primário, os menores crescimentos da população no nível básico geral continuaram a observar-se nos distritos urbanos com destaque para o D.U.nº1.

## V.16.Educação

## V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível médio geral, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que frequenta nível médio geral

Corresponde à relação entre a população que frequenta o nível médio geral e a população com 5 ou mais anos, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

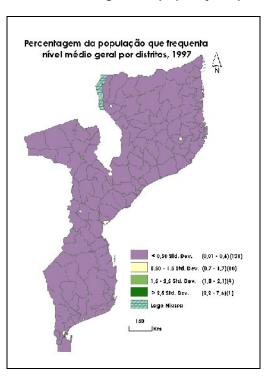
O nível médio geral equivale ao ensino secundário geral do 2º ciclo que compreende a 11º e 12º classe. A Cidade de Maputo é a província que, em 2007, observou maior percentagem da população que frequenta este nível em oposição às províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. Tal como o nível básico geral, entre 1997 e 2007, o nível médio geral registou crescimento (superiores a 100%) em todas as províncias com destaque para as províncias de Inhambane e Gaza que aumentaram em mais de 414%. As províncias com crescimento relativamente baixo eram as de Cidade de Maputo, Sofala e Tete.

#### Fórmula de cálculo:

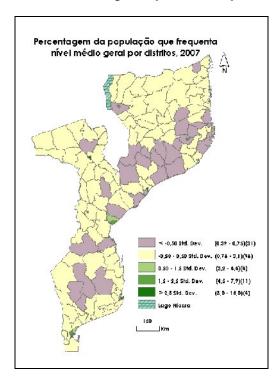
Percentagem da população que frequenta o nível médio geral

### V.16.Educação

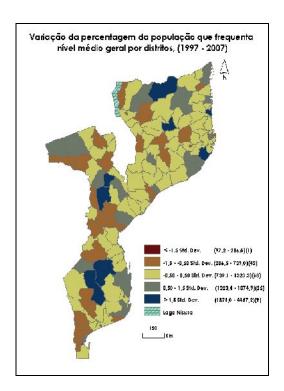
## V.16.3.Percentagem da população que frequenta nível médio geral, (1997 – 2007) - Distritos



A fraca cobertura do ensino médio geral nas áreas rurais é notória no mapa acima. Em 1997, os distritos urbanos que constituem as capitais províncias são os que maior percentagem registou de população a frequentar o nível médio geral, com destaque para o D.U.nº 1 da Cidade capital do País com 7,6%.



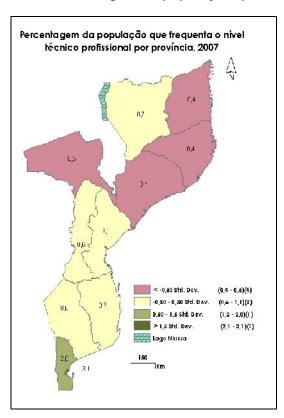
Em 2007, o número de distritos com percentagens da população frequentando o nível médio geral aumentou para 96 em relação a 1997 (10 distritos). Os distritos urbanos continuaram, em 2007, a registar as maiores percentagens da população frequentando este nível.

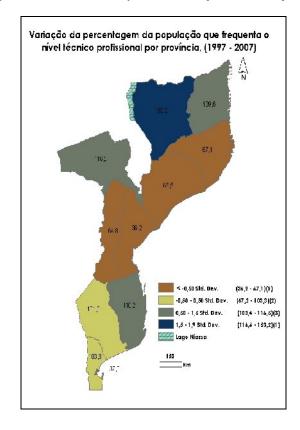


A expansão pelo País do nível médio geral é notória no mapa da variação. Durante 10 anos (1997 -2007), todos os distritos observaram um crescimento assinalável deste nível de ensino (mais de 200%) com excepção do D.U.nº1, cujo crescimento foi o mais baixo, ainda assim de 97,2%.

# V.16.Educação

## V.16.4.Percentagem da população que frequenta nível técnico profissional, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que frequenta nível técnico profissional

Corresponde à relação entre a população que frequenta o nível técnico profissional e a população com 5 ou mais anos, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Considerou-se nível técnico profissional ao grupo de ensino virado à formação de profissionais que compreende os ensinos Técnico Elementar, Técnico Básico, Técnico Médio e Curso de Formação de Professores Primários. Em 2007, a formação profissional observou-se mais nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo em oposição às províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. Durante 10 anos (1997 – 2007), todas as províncias registaram crescimento da população que frequenta o nível técnico profissional com destaque para a província do Niassa.

#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população que frequenta o nível técnico profissional

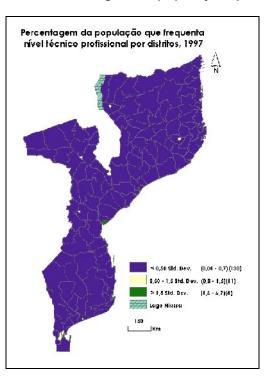
Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Pop. frequenta nível médio geral}}{\text{Pop. 5 ou mais anos}}\right) * 100$$

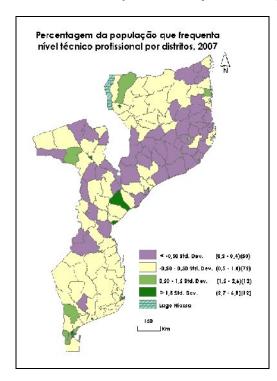
% Pop.freque nta nível técnico profission al 2007 % Pop.freque nta nível técnico profission al 1997

## V.16.Educação

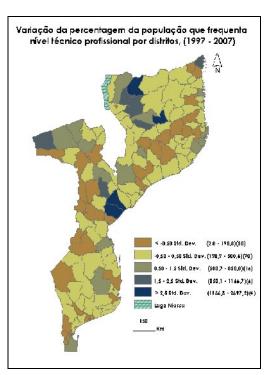
## V.16.4. Percentagem da população que frequenta nível técnico profissional, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 89% dos distritos registavam percentagens da população que frequenta a formação profissional abaixo da média. Os valores mais elevados observaram-se nos distritos urbanos da Cidade de Inhambane, Cidade da Beira, Cidade de Quelimane, D.U.nº1 e D.U.nº2, com valores percentuais acima de 1,5%.



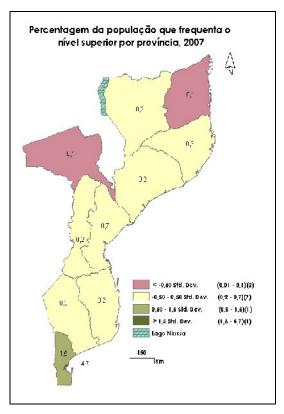
Em 2007, apenas 34% dos distritos observaram percentagens abaixo da média do desvio padrão da população que frequenta a formação profissional, o que significa ter havido uma forte expansão deste ensino durante o período em análise. Os valores mais elevados continuaram, em 2007, a observar-se nos distritos urbanos com

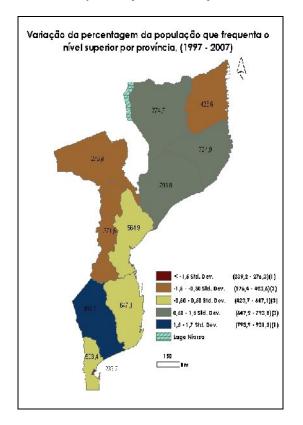


excepção do distrito rural de Chiringoma que registou a percentagem do grupo dos distritos urbanos. Á semelhança dos outros níveis de ensino, entre 1997 e 2007, a percentagem da população que frequenta a formação profissional registou um acréscimo em todos os distritos, com destaque para os de Muanza, Mavago, Nipepe e Chiringoma, com resultados acima de 1166%.

## V.16.Educação

## V.16.5.Percentagem da população que frequenta nível superior, (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população que freguenta o nível superior

$$\left(\frac{\text{Pop. frequenta nível superior}}{\text{Pop. 5 ou mais anos}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\% \text{ Pop.freque nta nível superior } 2007}{\% \text{ Pop.freque nta nível superior } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

# Percentagem da população que frequenta nível superior

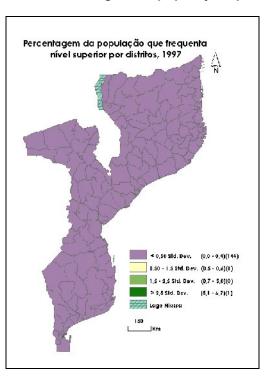
Corresponde à relação entre a população que frequenta o nível superior e a população com 5 ou mais anos, expressa em percentagem.

#### Comentários:

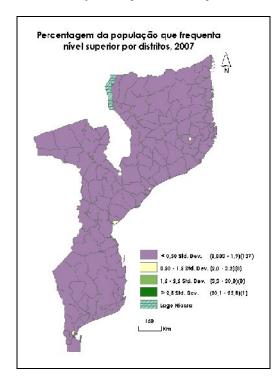
O nível superior compreende o ensino universitário, sendo o escalão mais elevado de habilitações. Apesar de baixas percentagens da população que frequenta este nível, em 2007, o maior peso observou-se na Cidade de Maputo em oposição às províncias de Cabo Delgado e Tete. De facto, é na Cidade de Maputo, capital do País, que concentra todas as infra-estruturas socioeconómicas e culturais. A maior expressão do crescimento da população que frequenta o nível superior observou-se, durante o período (1997 – 2007) na província de Gaza contrariamente às províncias de Cabo Delgado, Tete, Manica e Cidade de Maputo.

# V.16.Educação

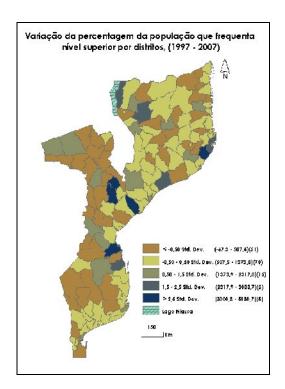
## V.16.5.Percentagem da população que frequenta nível superior, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 99% dos distritos registaram percentagens de população a frequentar o nível superior abaixo da média. O maior peso observou-se no D.U.nº 1 na Cidade de Maputo, com 6,7%, o que mostra que os distritos ainda carencem de instituições do ensino superior, cuja concentração se restringe ao centro da capital do País.



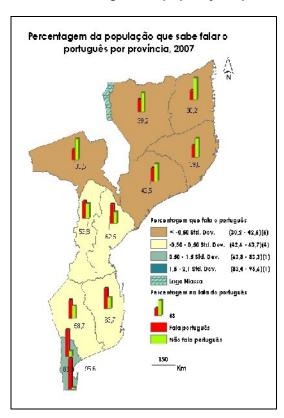
Em 2007, o D.U.nº 1 continuou a liderar as percentagens da população que frequenta o nível superior em Moçambique. Não obstante, alguns distritos urbanos (sobretudo capitais provinciais) observaram percentagens relativamente superiores a 94% dos distritos, com percentagens abaixo da média.

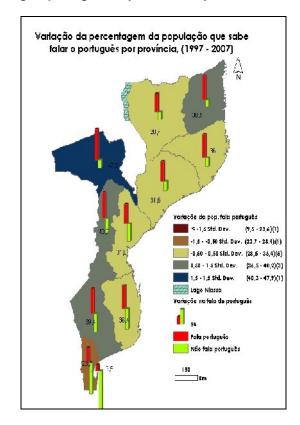


Em termos de variação, entre 1997 e 2007 todos os distritos observaram crescimento da população que frequenta o ensino superior, com excepção do distrito de Namarroi, onde a variação foi negative (67%). É de destacar os surpreendentes crescimentos da população deste nível de ensino, os quais variam de 500 a 5180%.

## V.17.Língua

## V.17.1.Percentagem da população que fala língua portuguesa, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que fala o português

Corresponde a relação entre a população de 5 ou mais anos que fala a língua portuguesa e a população com 5 ou mais anos, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

O Português é a língua oficial de Moçambique e a mais usada nos estabelecimentos de ensino. O conhecimento da língua é analisada, neste trabalho, em termos de saber ou não saber falar. Em 2007, as províncias de Maputo e Cidade de Maputo registaram maiores percentagens da população que sabe falar a língua portuguesa, em oposição às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. O mapa revela maiores percentagens da população que sabe falar outras línguas para além de português nas províncias acima citadas. Entre 1997 e 2007, houve um decréscimo em todas as províncias, da população que não sabe falar português.

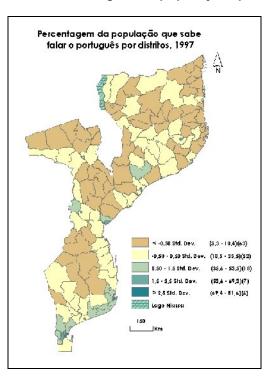
#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população que fala o português

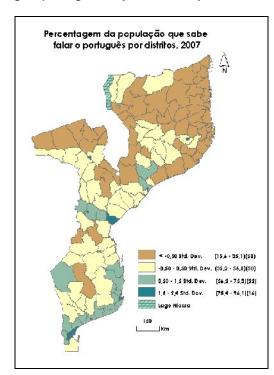
$$\left(\frac{\text{Pop. fala português}}{\text{Pop. 5 ou mais anos}}\right) * 100$$

## V.17.Língua

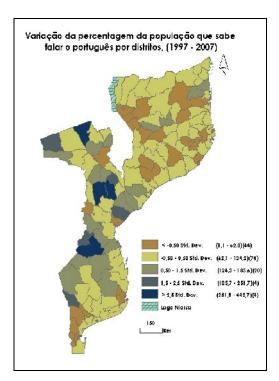
## V.17.1.Percentagem da população que fala língua portuguesa, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, os distritos urbanos apresentavam maiores percentagens da população a saber falar a língua portuguesa. Isto justifica-se pelo facto de nas cidades convergir população multicultural e linguista, sendo o português a língua que funciona como elo de comunicação. Nas áreas rurais, a população fala, no geral, línguas maternas locais



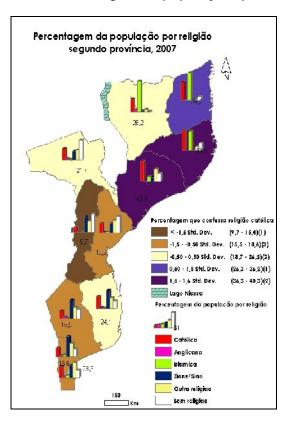
sendo o português falado maioritariamente pela população alfabetizada. O cenário observado em 1997 repetiu-se em 2007. A maioria dos distritos, sobretudo do Centro e Norte do País, registou baixas percentagens da população a saber falar português.

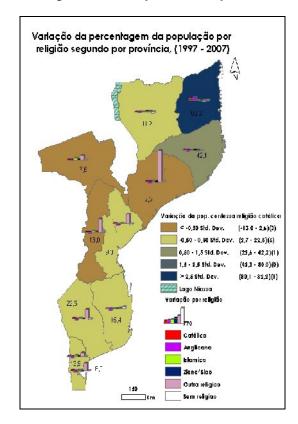


Entre 1997 e 2007, em todos os distritos, houve uma subida dos que sabem falar a língua portuguesa com destaque para os distritos de Lichinga, Gile, Milange e D.U.nº1 onde o aumento superou 251%. O crescimento observado, em todos os distritos, pode-se explicar pela redução das taxas de analfabetismo, que também se observaram em todos os distritos do País.

# V.18.Religião

### V.18.1.Percentagem da população que confessa religião católica (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população que confessa a religião católica

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{Pop. que confessa religião católica}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100 \quad \left(\frac{\% \text{ Pop. confes sa religiao católica } 2007}{\% \text{ Pop. confes sa religião católica } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

# Percentagem da população que confessa a religião católica

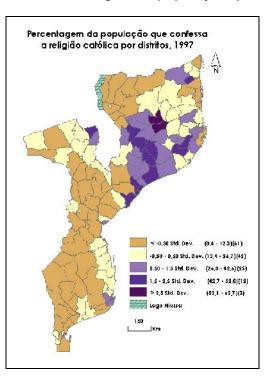
Corresponde à relação entre a população que confessa a religião católica e o total da população, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

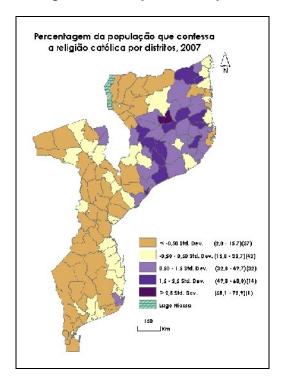
A nível de província, em 2007 as províncias de Nampula e Zambézia são as que registavam maior percentagem de população a confessar a religião católica, contrariamente às de Manica, Sofala, Gaza e Maputo. Analisando a percentagem da população por religião segundo província, zione/sião é a religião mais praticada na zona Sul do País. A população sem religião predomina nas províncias de Sofala, Manica e Tete. As províncias de Niassa e Cabo Delgado observaram maiores percentagens da população que confessa a religião islâmica. Entre 1997 e 2007 a Província de Cabo Delgado foi a que maior percentagem observou de população que confessa a religião católica. Em todas as províncias houve crescimento da população que confessa outra religião para além das consideradas, o que significa terem surgido novas religiões durante o período em análise.

### V.18.Religião

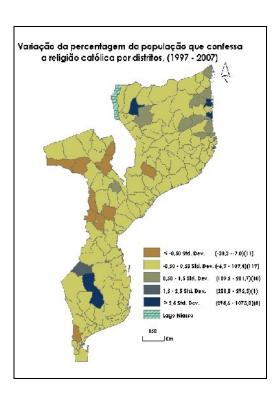
# V.18.1.Percentagem da população que confessa religião católica (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, a maior percentagem da população que confessa a religião católica estava localizada nos distritos das províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, sobretudo em Nipepe, Cidade de Quelimane e Lalaua, com mais de 52%. 42% (61) dos distritos apresentavam percentagens inferiores à média (abaixo de 12%).



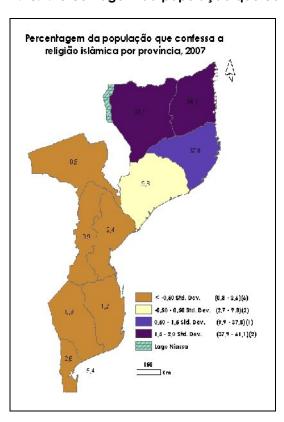
O ano de 2007 não foge a regra da distribuição do peso da população que confessa a religião católica observada em 1997. Maiores percentagens nos distritos de Niassa, Zambézia e Nampula, com surgimento de alguns distritos da província de Cabo Delgado. O distrito de Nipepe em Niassa foi o que maior percentagem registou (72,9%).

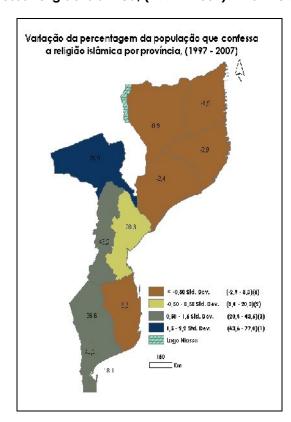


Entre 1997 e 2007, 84% dos distritos observou uma variação positiva da população que confessa a religião católica, com destaque para os distritos de Chigubo, Mecufi, Muembe, Quissanga e Cidade de Ilha de Moçambique cujo crescimento foi para além de 295%.

### V.18.Religião

### V.18.2.Percentagem da população que confessa religião islâmica, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que confessa a religião islâmica

Corresponde a relação entre a população que confessa a religião islâmica e o total da população, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Em 2007, as províncias de Niassa e Cabo Delgado registaram as maiores percentagens da população que confessa a religião islâmica, e Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo as menores. A razão de maiores percentagens da população da religião islâmica na zona Norte do País devese à influência do povo árabe que se fixou nesta região durante a sua entrada em Moçambique. Entre 1997 e 2007, a província de Tete registou maior variação da população que confessa a religião islâmica, com um crescimento em 77%. Variações negativas registaram-se nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.

#### Fórmula de cálculo:

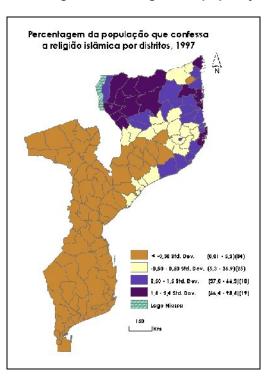
Percentagem da população que confessa a religião islâmica

$$\left(\frac{\text{Pop. que confessa religião islâmica}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100$$

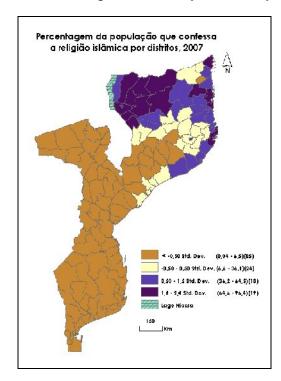
$$\left(\frac{\% \text{ Pop.confes sa religiao islâmica } 2007}{\% \text{ Pop.confes sa religião islâmica } 1997} - 1\right) * 100$$

## V.18.Religião

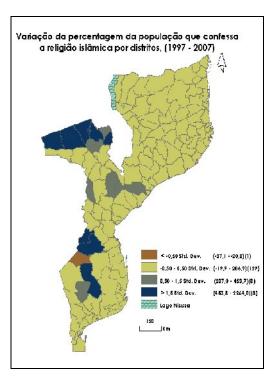
## V.18. Religião Percentagem da população que confessa religião islâmica, (1997 – 2007) – Distritos



O mapa da distribuição percentual da população que confessa a religião islâmica por distritos em 1997 mostra claramente o predomínio dos distritos das províncias nortenhas de Niassa, Cabo Delegado e Nampula. Contrariamente, as zonas Centro e Sul do País observaram percentagens relativamente baixas.



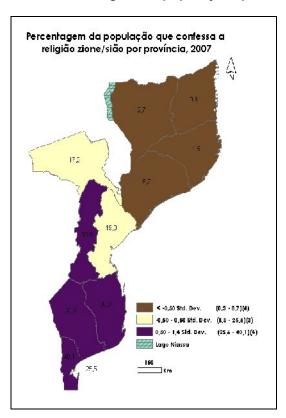
O mapa de 2007 é semelhante ao de 1997. Em termos de desvio padrão, 84 distritos observaram, em 1997, percentagens abaixo da média do desvio padrão contra 85 observados em 2007. Acima da média, os dois anos apresentam mesmo número de distritos.

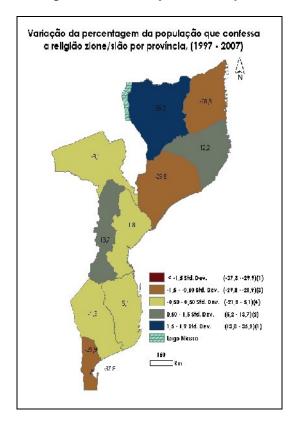


Entre 1997 e 2007, 72% dos distritos registaram uma variação positiva da população que confessa a religião islâmica, com destaque para os distritos de Zumbo, Tsangano, Chifunde, Macanga e Marávia em Tete; Mossurize e Machaze em Manica e Chigubo em Gaza, cujo crescimento foi para além de 453%.

## V.18.Religião

## V.18.3. Percentagem da população que confessa religião zione/sião, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população que confessa a religião zione/sião

Corresponde a relação entre a população que confessa a religião zione/sião e o total da população, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

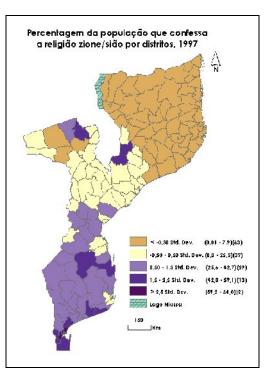
Zione/sião é uma religião praticada maioritariamente pela população da zona Sul de Moçambique. Em 2007 as maiores percentagens observaram-se nas províncias Sulistas de Maputo, Gaza e Inhambane, por oposição à zona Norte. A Cidade de Maputo é a única província de Sul que foge à regra. Isto pode explicar-se pela variabilidade das religiões face ao multiculturalismo que caracteriza as áreas urbanas. Entre 1997 e 2007, a província de Niassa registou a maior variação de crescimento dessa população.

#### Fórmula de cálculo:

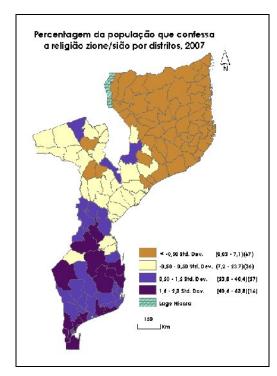
Percentagem da população que confessa a religião zione/sião

### V.18.Religião

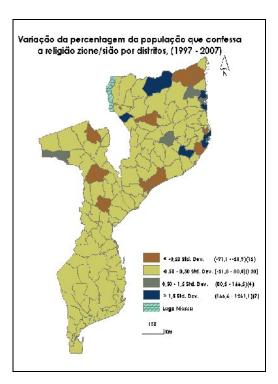
### V.18.3. Percentagem da população que confessa religião zione/sião, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 43% dos distritos com percentagens da população que confessa a religião zione abaixo da média localizaram-se nas províncias a norte do País (Niassa, Cabo Delgado e Nampula). Contrariamente, a zona Sul mantinha percentagens mais altas. Os distritos da zona Centro podem-se considerar "ponte", por registarem valores médios.

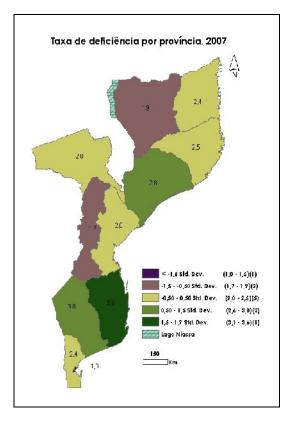


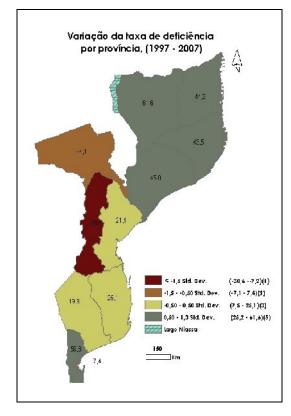
O mapa de 2007 apresenta poucas diferenças em relação ao de 1997. No geral, a distribuição da população que confessa a religião é semelhante, com menores percentagens no Norte em oposição a zona Sul. O D.U.nº1 na Cidade de Maputo, nos dois anos, fugiu à regra, registando valores relativamente inferiores aos observados nos distritos vizinhos. A explicação pode ser encontrada no



multiculturalismo da população aí residente – lembramos que é o distrito que constitui o centro da Cidade de Maputo – onde existem várias congregações religiosas. Entre 1997 e 2007, 53% dos distritos tiveram variações negativas da população que confessa a religião zione. Os de Ngauma, Mecufi, Cidade de Ilha de Moçambique, Mossuril, Quissanga, Mogovolas e mecula registaram os maiores crescimentos (acima de 166%).

### V.19.Taxa de deficiência, (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Taxa de deficiência

$$\left(\frac{\text{Pop. deficiente}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\% \text{ Pop.defici ente } 2007}{\% \text{ Pop.defici ente } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

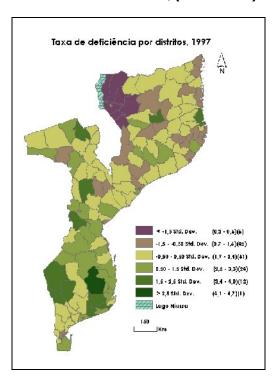
#### Taxa de deficiência

Considera-se deficiência a perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica. Exemplos: cegueira, surdez, mudez, atraso mental, invalidez dos braços ou pernas, etc. A Taxa de Deficiência corresponde à relação entre a população com deficiência e a população total, expressa em percentagem.

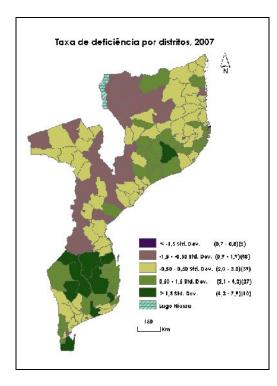
#### Comentáros:

Em 2007, a maior percentagem da população deficiente observou-se na província de Inhambane, em oposição às de Niassa e Manica e Cidade de Maputo. A maior percentagem de deficiente registada pela província de Inhambane, quando analisado o tipo de deficiência (amputação de perna), pode explicar-se por ter sido uma das províncias mais afectadas pela guerra civil, que durou cerca de 16 anos. Entre 1997 e 2007 as maiores variações registaram-se nas províncias de Maputo, Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia; as menores pertenceram a Manica e Tete.

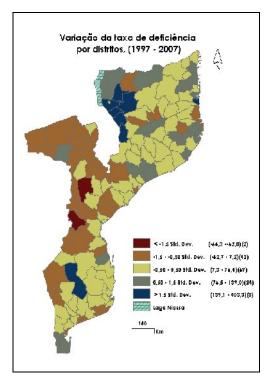
# V.19.Taxa de deficiência, (1997 – 2007) - Distritos



O mapa da Taxa de Deficiência para 1997 evidencia uma distribuição irregular das percentagens de pessoas deficientes. Contudo, o maior peso assinala-se no distrito de Funhalouro, província de Inhambane. Contrariamente, os valores mais baixos foram observados nos distritos da província de Niassa. Funhalouro é o distrito que mais sofreu com a guerra civil.

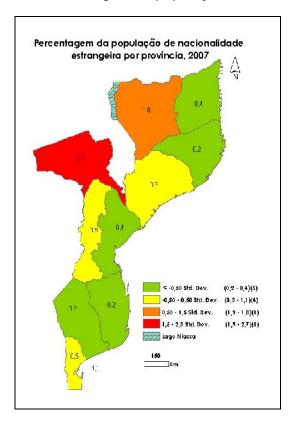


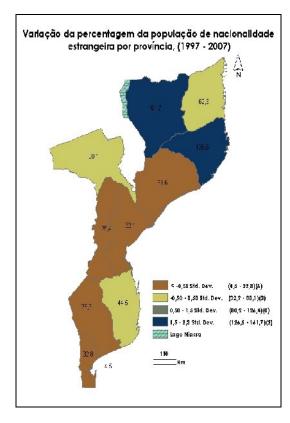
Em 2007 nota-se uma concentração das percentagens de deficientes nos distritos das províncias de Gaza e Inhambane. Analisando em termos de desvio padrão, a maioria dos distritos (66%) observou percentagens de deficientes acima da média (superiores 2%). Os menores valores observaram-se nos distritos de Naca-Porto e D.U.n°4.



Entre 1997 e 2007, 76% dos distritos observaram variações positivas, ou seja, aumentou o número de pessoas deficientes. Os distritos de Macossa e Sussundenga registaram menores variações com decréscimo superiores a 62%.

## V.20.Percentagem da população de nacionalidade estrangeira, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Proporção da população de nacionalidade estrangeira

Corresponde a relação entre a população de nacionalidade estrangeira e o total da população residente, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

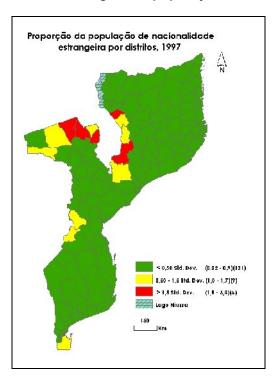
Em 2007 a província de Tete apresentava a maior percentagem de população de nacionalidade estrangeira, contrariamente às províncias de Cabo Delgado, Nampula, Sofala, Inhambane e Gaza. A população de nacionalidade estrangeira observada na província de Tete era maioritariamente proveniente do vizinho Malawi. Apesar do observado aumento dessa população em todas as províncias, ao longo da década de 1997 a 2007, as províncias de Zambézia, Manica, Sofala, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo registaram os aumentos menos expressivos. Ao invés, as províncias de Cabo Delgado e Nampula aumentaram significativamente o número da população de nacionalidade estrangeira.

#### Fórmula de cálculo:

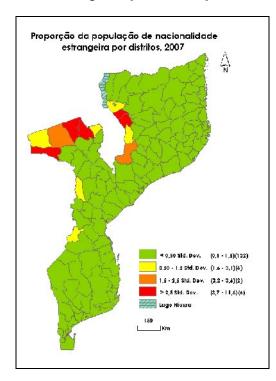
Proporção da população de nacionalidade estrangeira

$$\left(\frac{\text{Pop. de nacionalidade estrangeira}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100$$

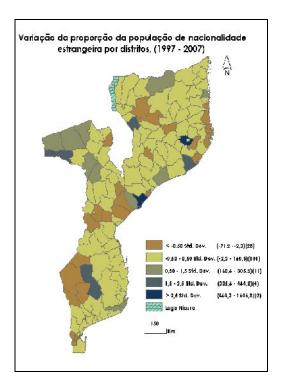
## V.20.Percentagem da população de nacionalidade estrangeira, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997 a maioria dos distritos (131) possuía percentagens relativamente baixas de população de nacionalidade estrangeira. Os distritos fronteiriços (com Malawi) de Macanga, Tsangano e Chifunde em Tete; Milange na província da Zambézia e Ngauma em Niassa tinham valores elevados de estrangeiros de nacionalidade maioritariamente Malawiana.

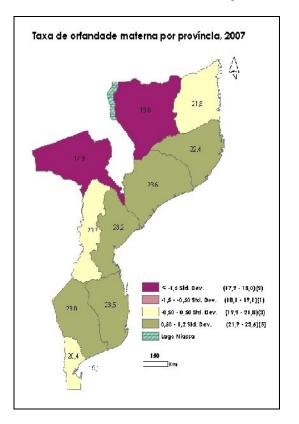


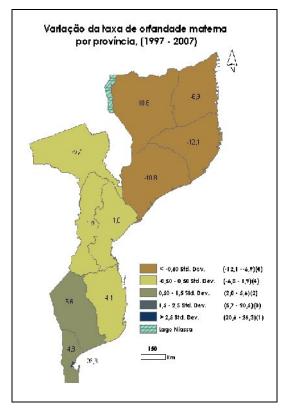
O D.U.n°1, sendo o distrito central da Cidade de Maputo (capital do País), também registava a maior percentagem de diferentes nacionalidades. O cenário observado em 1997 repetiu-se em 2007, com maiores concentrações de estrangeiros de nacionalidade Malawiana nos distritos fronteiriços da província de Tete, Zambézia e Niassa. O D.U.n°1 não fugiu à regra observada em 1997.



Entre 1997 e 2007, 81% dos distritos aumentaram o número da população de nacionalidade estrangeira, com destaque para os de Nampula e Chinde na província de Nampula, cujos crescimentos foram para além de 640%. As variações mais baixas e por sinal negativas observaram-se em 19% dos distritos.

## V.21.Taxa de orfandade materna, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Taxa de orfandade materna

Corresponde à relação entre a população órfã de mãe e a população total, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

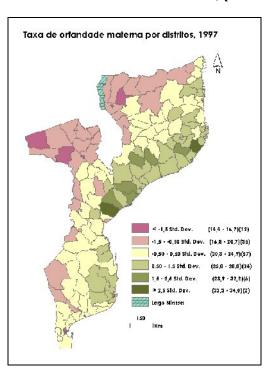
A experiência revela maior sofrimento da população (sobretudo crianças) que perdem mais cedo suas mães em relação aos pais. A maioria das crianças tidas "sem casas" (meninos da rua) nos grandes centros urbanos em África é a que não consegue viver com suas madrastas. As províncias de Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza são as que, em 2007, apresentavam a maior percentagem da população órfã de mãe; as de Niassa e Tete as menores. Durante o período em análise (1997 – 2007), é na Cidade de Maputo que se observou a maior variação da população sem mãe.

#### Fórmula de cálculo:

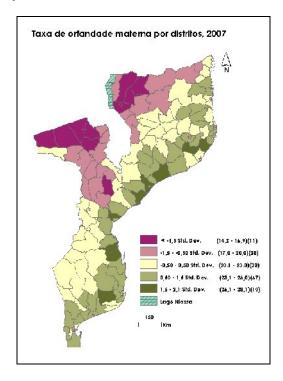
Taxa de orfandade materna

$$\left(\frac{\text{Pop. orfã de mãe}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100$$

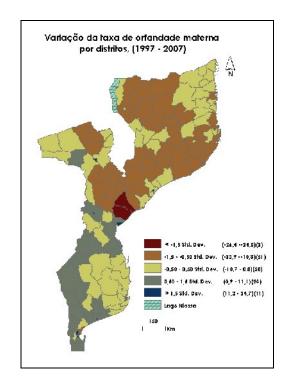
### V.21.Taxa de orfandade materna, (1997 – 2007) – Distritos



Em 1997 cerca de 32% de distritos registaram percentagens de órfãos de mãe inferiores à média, enquanto 29% se situavam acima da mesma. A maioria da população órfã de mãe residia em 1997 nos distritos costeiros das províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula, com destaque para os distritos de Muanza e Mongicual.



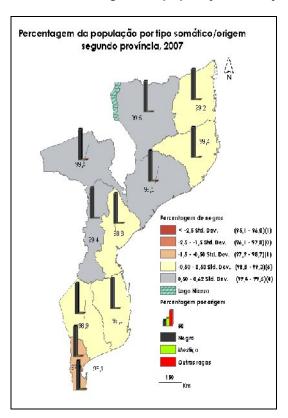
Em 2007 mantinha-se a distribuição de 1997, com maiores registos nos distritos costeiros. Os distritos das províncias de Niassa e Tete registaram as menores percentagens de indivíduos com mães falecidas. A maioria dos distritos (53%) tinham percentagens de órfãos de mãe acima da média e 27% situaram-se abaixo.

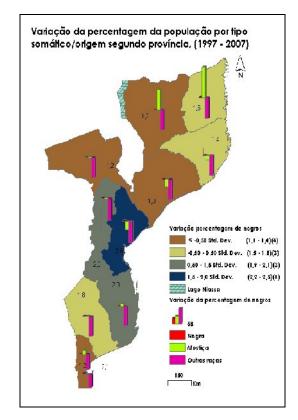


Duma maneira geral, entre 1997 e 2007, houve um aumento da população órfã de mãe. 70% dos distritos registaram uma variação negativa, como os distritos de Muanza e Cheringoma, na província de Sofala cujo decréscimo se situou acima de 24%. Em termos de distribuição da variação, os distritos do Sul presenciaram um recuo do peso dos órfãos de mãe.

## V.22.Tipo somático/origem

### V.22.1.Percentagem da população de raça negra (1997 – 2007) - Províncias





#### Fórmula de cálculo:

Percentagem da população de raça negra

$$\left(\frac{\text{Pop. raça negra}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100$$

Taxa de variação

#### Conceito

#### Percentagem da população de raça negra

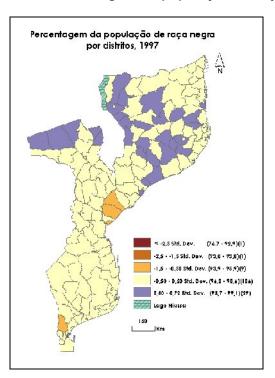
Corresponde à relação entre a população de raça negra e o total da população, expressa em percentagem.

#### Comentários:

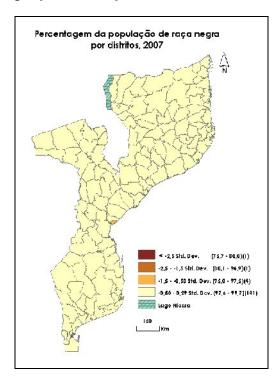
Moçambique é um País Africano de raça negra. Os dados do Censo de 2007 revelam 99% da população de raça negra. As províncias com maior percentagem da população de raça negra são as de Niassa, Zambézia, Tete e Manica, em oposição às províncias de Maputo e Cidade de Maputo. Analisando a distribuição da população por origem segundo província e excluindo a raça negra (a maioria), a população que resulta da mistura da raça negra e branca (mistos) está em maioria em todas as províncias, com destaque para a Cidade de Maputo. Entre 1997 e 2007, a província de Sofala registou maior crescimento da população negra, em oposição às províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Maputo.

## V.22.Tipo somático/origem

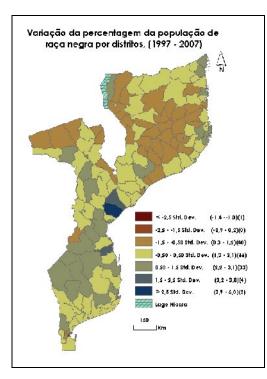
# V.22.1.Percentagem da população de raça negra (1997 – 2007) – Distritos



Em 1997, a maioria dos distritos (73%) observou percentagens da população negra situadas na média, o que significa haver uma distribuição equitativa da população desta raça. Porém, 20% de distritos (na sua maioria do Centro e Norte do País) registaram percentagens mais elevadas (acima da média) da população negra.



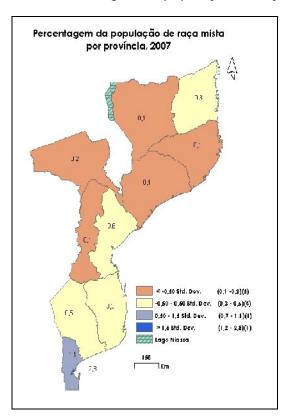
O cenário observado em 1997 repetiu-se em 2007, com 97% de distritos a apresentarem percentagens situados na média. Para os dois anos (1997 e 2007), o D.U.nº1 possuia a percentagem mais baixa de negros. Esta situação pode ser explicada pelo facto de ser distrito central da Cidade de Maputo (capital do País), onde predomina a população de outras raças.

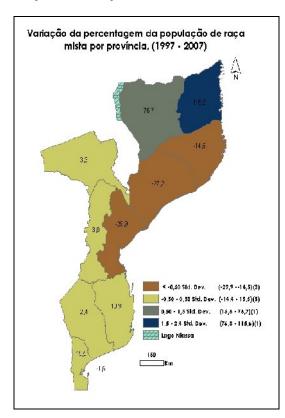


Entre 1997 e 2007 observou-se em todos os distritos uma variação positiva da percentagem da população negra. O maior aumento observou-se nos distritos de Muanza e Ibo, o menor no D.U.nº1, que registou um decréscimo de 1%.

# V.22.Tipo somático/origem

# V.22.2.Percentagem da população de raça mista (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Percentagem da população de raça mista

Corresponde a relação entre a população de raça mista e o total da população, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

É considerada mista a pessoa cujos progenitores sejam de raça diferente. Em Moçambique, segundo o Censo 2007, da população não negra, os mistos são a maioria (0,4%). A província de Maputo e Cidade de Maputo são as que nesse ano registaram as maiores percentagens de população mista, em oposição às de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete e Manica. Entre 1997 e 2007, a província de Cabo Delgado registou o maior aumento de população mista, contrariamente às províncias de Nampula, Zambézia e Sofala onde se verificou uma redução.

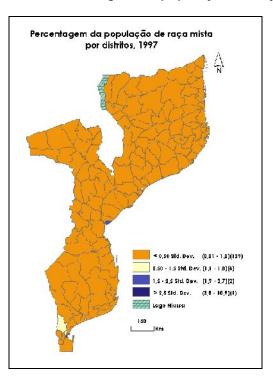
## Fórmula de cálculo:

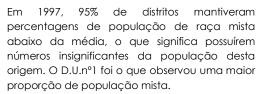
Percentagem da população de raça mista

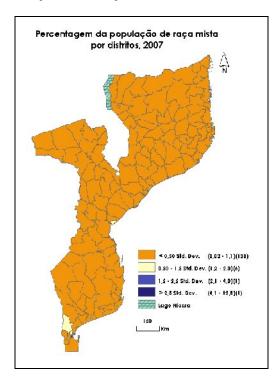
$$\left(\frac{\text{Pop. raça mista}}{\text{Total da Pop.}}\right) * 100$$

## V.22.Tipo somático/origem

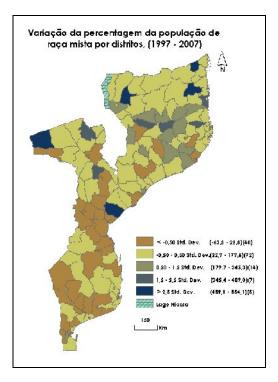
# V.22.2.Percentagem da população de raça mista, (1997 – 2007) - Distritos







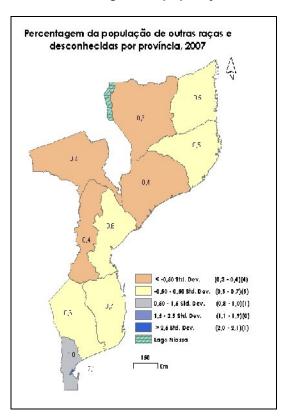
Situação idêntica à de 1997 se observou em 2007: 95% de distritos tiveram percentagens abaixo da média. O D.U.nº1, continuou, em 2007, a apresentar o maior peso relativo de população mista.

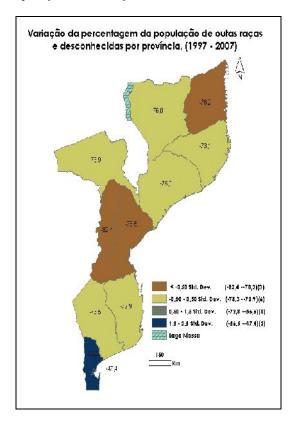


Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos (78%) registou um aumento da população de raça mista, sobretudo os distritos de Zumbo, Nangade, Meluco, Muanza e Muembe, com aumentos acima de 489%.

## V.22.Tipo somático/origem

## V.22.3.Percentagem da população de outras raças (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

## Percentagem da população de outras raças

Corresponde a relação entre a população de outras raças (paquistanesa, indiana, outras e desconhecidas) e o total da população, expressa em percentagem.

## Comentáros:

Em 2007, as províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica observaram percentagens mais baixas da população de outras raças em oposição à Cidade de Maputo. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, todas as províncias registaram uma redução da população de outras raças. Contudo, as de Maputo e Cidade de Maputo observaram menor redução em oposição às províncias de Cabo delgado, Manica e Sofala. De referir que o número da população que não declarou a sua origem (desconhecidos) foi superior em 1997 relativamente a 2007, o que contribui significativamente para as reduções observadas da percentagem da população de outras racas.

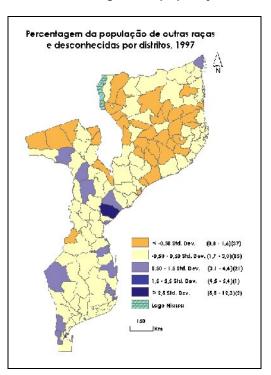
Fórmula de cálculo:

Percentagem da população de outras raças

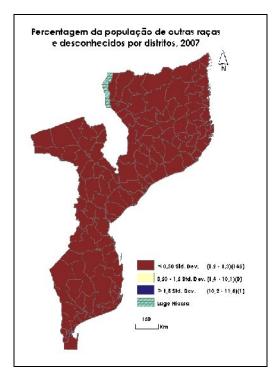
$$\left(\frac{\% \text{ Pop. outras raças) } 2007}{\% \text{ Pop. outras raças) } 1997} - 1\right) * 100$$

## V.22.Tipo somático/origem

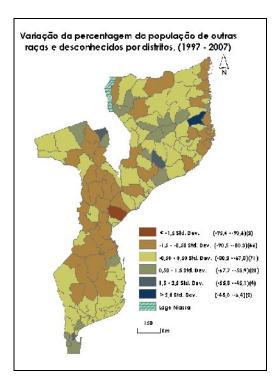
## V.22.3.Percentagem da população de outras raças (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 58% de distritos registou percentagens de população de outras raças situadas na média. Apenas 16% observaram percentagens acima da mesma, com destaque para os distritos de Muanza e D.U.nº1, onde o seu peso foi superior a 5%. De referir que os desconhecidos constituem a maioria da população de outras raças.



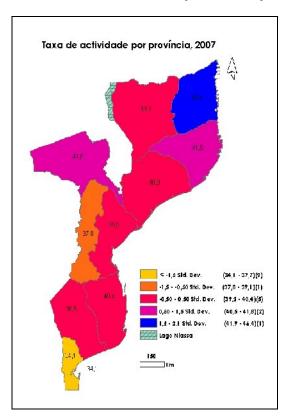
Em 2007, 99% de distritos observaram percentagens abaixo da média do desvio padrão da população de outras raças. Só 1%, correspondente ao D.U.nº1, observou pesos acima da média. Este distrito engloba toda a cidade cimento da capital do País, justificando a presença de maior número da população de outras raças.

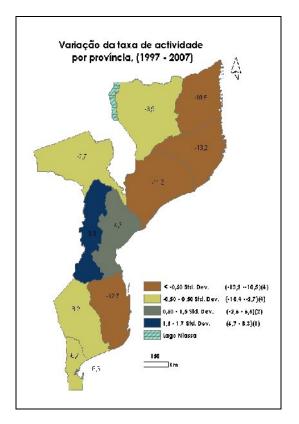


No período entre 1997 e 2007 verificou-se uma redução do número de pessoas de outras raças em todos os distritos. Contudo, as menores variações verificaram-se nos de Erati e D.U.nº1, onde foram inferiores a 25%. Em oposição, as maiores reduções foram observados nos distritos de lbo e Muanza com decréscimos superiores a 94%.

## V.23.Força de trabalho

## V.23.1.Taxa de actividade, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Taxa de actividade

$$\left(\frac{\text{Pop. activa}}{\text{Total da Pop.}}\right) *100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{taxa de actividade } 2007}{\text{taxa de actividade } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

#### Taxa de actividade

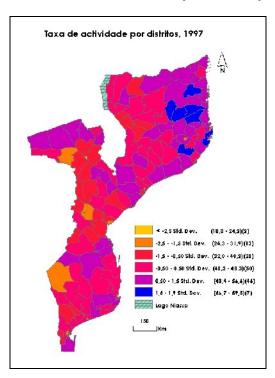
Corresponde à relação entre a população activa e o total da população, expressa em percentagem. A taxa permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

#### Comentários:

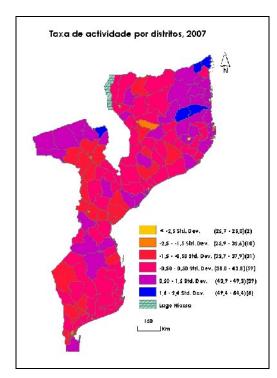
Considera-se população activa ao conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos, de ambos os sexos, que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Por outras palavras, a população activa corresponde às pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez. Em 2007, observaram-se maiores taxas de actividade nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete, em oposição às províncias de Maputo e Cidade de Maputo. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, todas as províncias observaram algum tipo de redução da taxa de actividade, excepto as províncias de Sofala, Cidade de Maputo e Manica.

## V.23.Força de trabalho

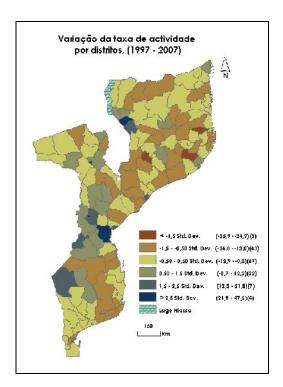
## V.23.1.Taxa de actividade, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 33% de distritos possuia taxa de actividade acima da média, e 29% situava-se abaixo da média. As taxas de actividade mais baixas observaram-se nos distritos urbanos, com destaque para as Cidade de Tete e Cidade de Chimojo, com taxas abaixo de 24%.



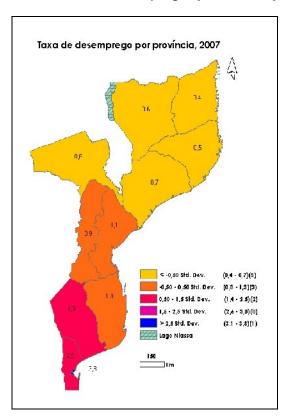
Em 2007, 40% de distritos tinha taxas de actividade situadas na média, e igual número de distritos taxas abaixo da média. Os distritos urbanos continuaram a registar taxas mais baixas, explicáveis pela dificuldade em encontrar trabalho. Nas áreas rurais, a maioria da população dedica-se à actividade agrícola,

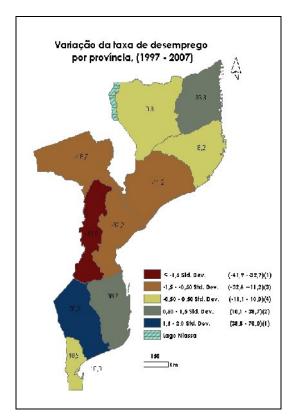


a que envolve maior mão de obra. Entre 1997 e 2007, 76% de distritos registou uma redução das taxas de actividade, nomeadamente Nacaroa, Namarroi e Mogovolas, cuja variação negativa se situou acima de 25%. Os maiores crescimentos observaram-se nos distritos de Buzi, Cidade de Chimoio, Ngauma e Cidade de Tete, com taxas acima de 21%.

## V.23.Força de trabalho

## V.23.2.Taxa de desemprego, (1997 – 2007) - Províncias





## Fórmula de cálculo:

Taxa de desemprego

$$\left(\frac{\text{Pop. desempregada}}{\text{Pop. activa}}\right) * 100$$

Taxa de variação

$$\left(\frac{\text{taxa de desemprego } 2007}{\text{taxa de desemprego } 1997} - 1\right) * 100$$

#### Conceito

#### Taxa de desemprego

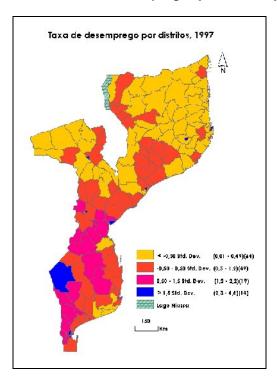
Corresponde à relação entre a população desempregada e a população activa, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

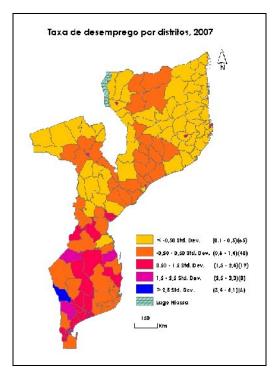
A população desempregada é constituída pela população activa que não está ocupada, ou seja, corresponde à população que procura novo emprego e a que procura emprego pela primeira vez. Em 2007, a Cidade de Maputo era a província com maior taxa de desemprego, contrariamente às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, as províncias de Gaza, Inhambane e Cabo Delgado registaram o maior crescimento do número da população desempregada, com variações acima de 10%. Em oposição, as províncias do Centro do País, nomeadamente, Manica, Sofala, Tete e Zambézia registaram redução das taxas de desemprego.

## V.23.Força de trabalho

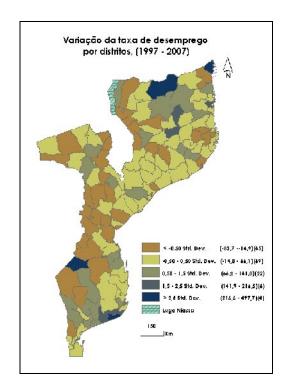
# V.23.2.Taxa de desemprego, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, as maiores taxas de desemprego observaram-se nos distritos urbanos, que constituem as capitais provinciais. Os distritos 100% rurais eram os que possuíam o menor número de desempregados. Como ilustra o mapa acima, os distritos do Centro e Norte do País registaram menores taxas de desemprego, contrariamente à zona Sul.



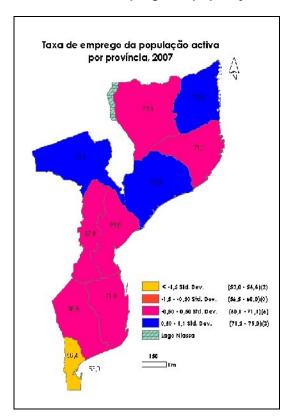
O cenário observado em 1997 repetiu-se em 2007. As maiores taxas de desemprego nos distritos urbanos podem dever-se ao maior número da população desempregada contrariamente à área rural que a actividade agrícola absorve a totalidade da população activa.

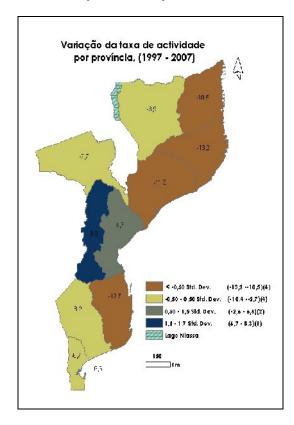


Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos registou variação positiva da taxa de desemprego, ou seja, um aumento do número de desocupados. Os distritos que registaram maior aumento são os de Medula, Palma, Zavala e Massangena, com crescimentos acima de 240%.

## V.23.Força de trabalho

## V.23.3.Taxa de emprego da população em idade activa, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

## Taxa de emprego da população activa

Corresponde à taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 ou mais anos de idade), expressa em percentagem.

#### Comentáros:

É considerada empregada a população ocupada, ou seja, que tem emprego mesmo que não tenha estado a trabalhar no momento de referência, por motivos passageiros tais como, doença, maternidade, férias, acidente de trabalho, etc. Em 2007, a maior taxa de emprego da população activa observou-se nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia e Tete em oposição às províncias de Maputo e Cidade de Maputo. Durante o período em análise (1997 - 2007), as províncias de Manica e Sofala observaram um aumento da taxa de emprego da população activa, contrariamente às de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete e Inhamabne.

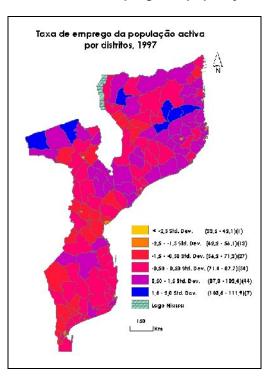
### Fórmula de cálculo:

Taxa de emprego da população activa

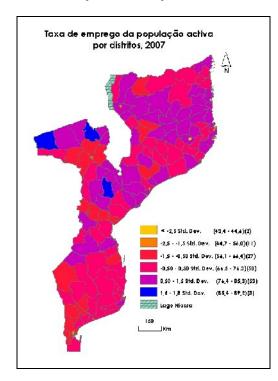
$$\left(\frac{\text{Pop. empregada}}{\text{Pop. em idade activa (15 ou mais anos)}}\right) * 100$$

## V.23.Força de trabalho

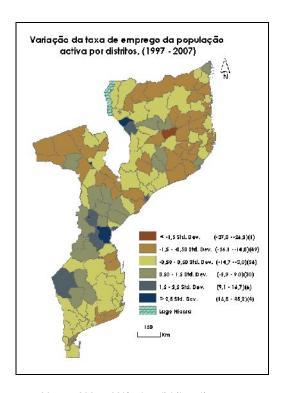
## V.23.3.Taxa de emprego da população em idade activa, (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, conforme o mapa acima, a taxa de emprego da população activa, manteve-se irregular na sua distribuição por distrito. Contudo, as taxas mais baixas observaram-se em distritos urbanos, contrariamente às altas taxas registadas nos distritos rurais de Balama, Chiure, Lalaua, Namuno, Muembe, Chifunde e Zumbo, superiores a 103%.



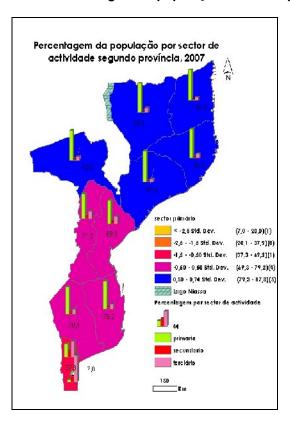
A distribuição da taxa de emprego da população activa por distritos manteve em 2007 o padrão observado em 1997: taxas mais baixas nos distritos urbanos, em oposição aos distritos rurais, com destaque para Zumbo, Macanga e Maringue cujas taxas foram superiores a 85%.

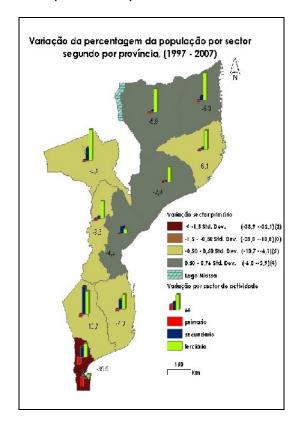


De 1997 a 2007, 83% de distritos tiveram uma variação negativa da taxa de emprego, com destaque para o distrito de Lalaua, cujo decréscimo foi de 27,8%. Os distritos de Ngauma, Buzi, Cidade de Chimoio e Cidade de Tete, pelo contrário, registaram maior crescimento da população ocupada, acima de 10%.

## V.23.Força de trabalho

## V.23.4. Percentagem da população do sector primário (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

#### Percentagem da população do sector primário

Corresponde à relação entre a população empregada no sector primário e o total da população empregada, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

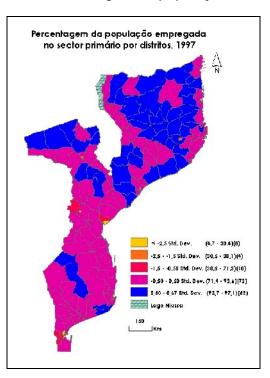
Considera-se sector primário o conjunto de actividades dedicadas à extracção, tais como, agricultura, Silvicultura, pesca e extracção mineral. Em Moçambique, o Censo de 2007, registou o sector primário como o que absorve maior número da população empregada (76%). A actividade agrícola foi a que mais contribui para a percentagem da população do sector. De facto, a maioria da população empregada dedica-se à actividade agrícola um pouco por todo o País, com destaque para as áreas rurais. Em 2007, as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete registaram maior percentagem da população deste sector e o contrário sucede na Cidade de Maputo. Entre 1997 e 2007 observou-se, em todas as províncias, uma redução da população do sector primário, com destaque para a província de Maputo e Cidade de Maputo.

#### Fórmula de cálculo:

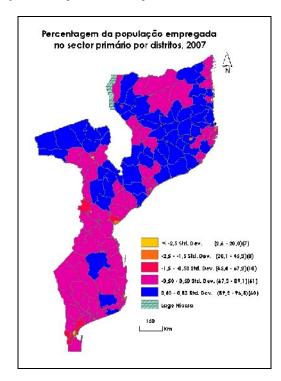
Percentagem da população empregada no sector primário

## V.23.Força de trabalho

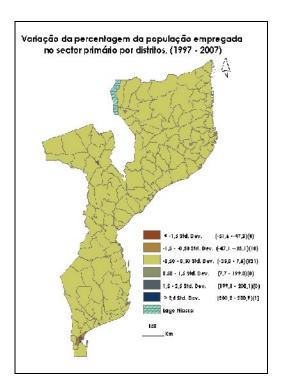
## V.23.4.Percentagem da população do sector primário (1997 – 2007) - Distritos



Em 1997, 49% de distritos observaram percentagens de população ocupada no sector primário situadas na média (entre 71,4% – 93,5%), o que revela maiores percentagens da população empregada neste sector em maioria dos distritos. Os distritos urbanos são os que observaram menores percentagens da população empregada no sector primário.



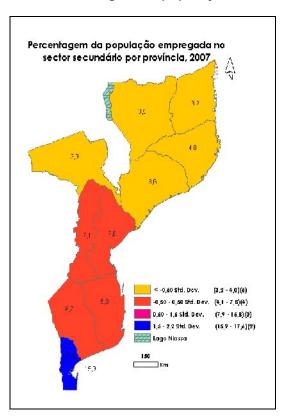
O mapa de 2007 é similar ao de 1997, o que significa não haver grandes alterações no padrão da distribuição da população empregada no sector primário. Os distritos urbanos continuaram a registar percentagens mais baixas de empregados neste sector. De referir que, sendo a actividade agrícola a que mais contribui no elevado peso do sector, é natural que as maiores percentagens

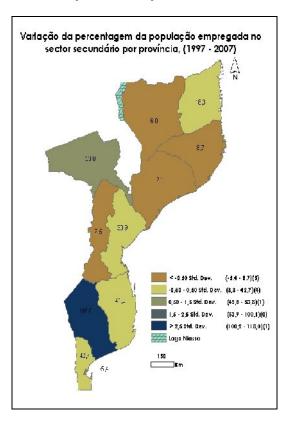


se observem nas áreas rurais. Entre 1997 e 2007, a maioria dos distritos (92%) registaram variações negativas da população empregada no sector primário, com destaque para os distritos de Cidade da Matola, D.U.nº5, D.U.nº3 e Cidade de Tete, onde o decréscimo foi superior a 47%. O D.U.nº1 registou a maior variação, de 200,8%.

## V.23.Força de trabalho

## V.23.5.Percentagem da população do sector secundário(1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

# Percentagem da população do sector secundário

Corresponde à relação entre a população empregada no sector secundário e o total da população empregada, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

Considera-se sector secundário o conjunto de actividades dedicadas à transformação tais como, indústrica manufactureira, energia e construção. Em Moçambique, o sector secundário absorveu, em 2007, 5,9% da população empregada. As províncias de Maputo e Cidade de Maputo registaram população percentagens empregada neste sector em oposição às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. Durante o período 1997-2007, a província de Gaza registou a maior variação da população do sector secundário, crescendo 118%. Contrariamente, as províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Manica observaram variações mais baixas.

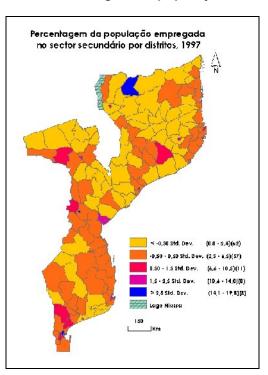
Fórmula de cálculo:

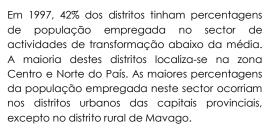
Percentagem da população empregada no sector secundário

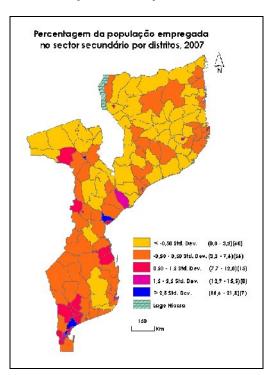
$$\left(\frac{\text{Pop. empregada no sector secundário}}{\text{Pop. total empregada}}\right) * 100$$

## V.23.Força de trabalho

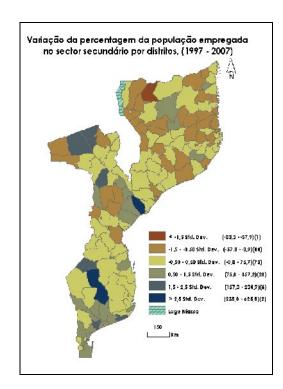
## V.23.5.Percentagem da população do sector secundário (1997 – 2007) - Distritos







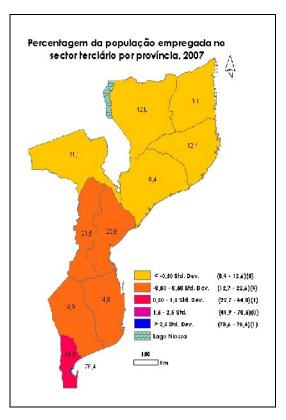
O padrão de distribuição da população do sector secundário observado em 1997 manteve-se em 2007, com menores percentagens a dominarem a maioria da zona Centro e Norte do País. Os distritos urbanos das capitais provinciais continuaram a registar maior peso da população deste sector. Em Moçambique, as actividades de transformação, de energia e construção concentram-se nas cidades,

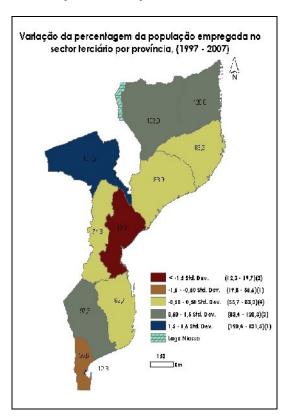


justificando o maior peso registado pelos distritos das capitais provinciais. Em termos de variação, entre 1997 e 2007, 68% dos distritos aumentaram a percentagem de empregados no sector de actividades de transformação, com destaque para os distritos de Chigubo e Marromeu, que aumentaram mais de 324%. O distrito de Mavago foi o que menor decréscimo registou (83%).

## V.23.Força de trabalho

## V.23,6.Percentagem da população do sector terciário, (1997 – 2007) - Províncias





#### Conceito

## Percentagem da população do sector terciário

Corresponde à relação entre a população empregada no sector terciário e o total da população empregada, expressa em percentagem.

#### Comentáros:

O sector terciário engloba todas as actividades que prestam serviços úteis à população designadamente transporte e comunicação, comércio, finanças, serviços administrativos, etc. Em 2007, este sector ocupava 12,8% da população empregada. As províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete possuiam percentagens mais baixas neste sector, em oposição às de Maputo e Cidade de Maputo. Em termos de variação, todas as províncias registaram crescimento da população do sector. Contudo, o destaque vai para a província de Tete, que foi a que maior crescimento teve (131,5%). A província de Tete e a Cidade de Maputo registaram crescimentos mais baixos.

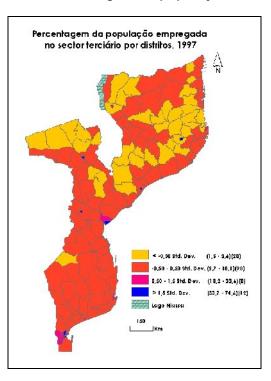
Fórmula de cálculo:

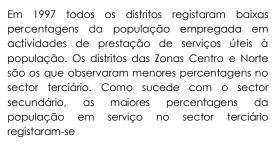
Percentagem da população empregada no sector terciário

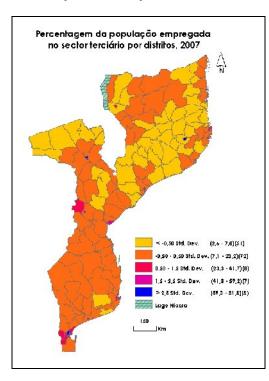
$$\left(\frac{\text{Pop. empregada no sector terciário}}{\text{Pop. total empregada}}\right) * 100$$

## V.23.Força de trabalho

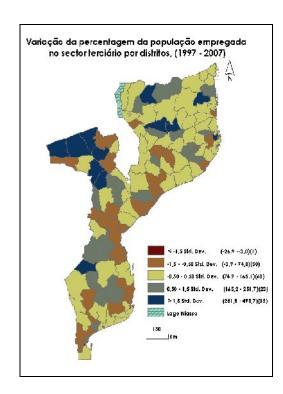
## V.23.6.Percentagem da população do sector terciário, (1997 – 2007) - Distritos







nos distritos urbanos das capitais províncias, com mais de 33%. O ano 2007 não fugiu às características de 1997. De facto, é nos centros urbanos onde se concentram, com elevados níveis de desenvolvimento, os serviços burocráticos de prestação de serviços úteis à população.



Não obstante as baixas percentagens da população empregada no sector terciário na maioria dos distritos, entre 1997 e 2007 observa-se um crescimento da população deste sector em todos os distritos, com excepção do D.U.nº1 e do distrito de Angoche, onde diminuiram em 26,9% e 3,0%, respectivamente.

## **CAPÍTULO 4**

## 4. CONCLUSÕES

## 4.1. Resumo

Após o término do trabalho proposto, resta nos fazer uma sistematização dos principais assuntos tratados ao longo do desenvolvimento do mesmo.

Podemos afirmar que a grande mais valia acrescentada pela implementação da tecnologia SIG no processo dos recenseamentos, prende-se com o potencial de análises que se tornam possíveis efectuar. Com recurso ao SIG, fizemos uma representação espacial da informação estatística, mais concretamente ao perfil sócio-demográfico de Moçambique no período de 10 anos (1997 – 2007). Esta análise consistiu basicamente na distribuição espacial- até ao nível do distrito, considerada terceira categoria da divisão administrativa do País - das variáveis selecionadas. A análise feita não se baseou somente no espaço, estendeu-se à dimensão temporal, ou seja, fizemos a comparação em termos de evolução das variáveis ao longo do período.

Importa referir que a mais valia da tecnologia SIG no processo censitário consubistancia-se, também, na facilidade introduzida nas operações de recolha de dados no campo pelos entrevistadores, que de certa forma podem ser os que mais contactam com as mais mediáticas vantagens do SIG.

Ao longo do texto, procuramos trazer algumas definições relacionadas com os três grandes temas que constituem palavras-chave do trabalho nomeadamente, os Sistemas de Informação Greográfica, os Recenseamentos e a Ciência Demográfica.

Reconhendo a problemática em volta da definição dos Sistemas de Informação Geográfica, consentimos que seria mais abrangente definir tendo em conta a identificação dos seus componentes fundamentais, sendo a tecnologia (hardware e software), os dados, as metodologias e os recursos humanos como componentes de qualquer SIG. Sendo assim, definimos SIG como

um sistema que permite a integração, manipulação, análise e visualização de informação geográfica com uso de determinados métodos de análise e sempre no âmbito de uma determinada organização (recursos humanos). A integração, manipulação, análise e visualização da informação é feita sob uma componente tecnológica (hardware e software).

Segundo o ponto de vista de Nazareth (2004) os Recenseamentos são definidos como um conjunto de operações que consiste em recolher, agrupar e publicar os dados respeitantes ao estado da população. Estes, são um sistema de informação que tem uma lógica transversal, ou seja, uma espécie de fotografia do estado da população num determinado momento do tempo. Sendo assim, um recenseamento possue duas características fundamentais a) simultaniedade da recolha significando haver necessidade de realização de recenseamento num determinado ano e de preferência a um determinado dia do mês e b) exaustividade, ou seja, é sempre o total da população que se procura conhecer e caracterizar.

A ciéncia demográfica tem por objecto o estudo científico da população, medindo e descrevendo a sua dimensão, estrutura e distribuição espacial. Ocupa-se em saber das mudanças que ocorrem nos elementos que caracterizam o estado da população bem como a intensidade e direcção dessas mudanças. A demografia preocupa-se em analisar os factores, ou variáveis demográficas responsáveis pelas variações ocorridas no estado da população, tais como: natalidade, mortalidade e migração (Nazareth, 2004).

Tratando-se de uma análise sócio-demográfica, optamos por incluir no trabalho um capítulo específico sobre a demografia de Moçambique. Não sendo obejcto do trabalho fazer uma análise demográfica aprofundada do país, foram apresentados alguns elementos que caracterizam o estado da população Moçambicana nos últimos 10 anos como: os volumes e os ritmos de crescimento da população; a distribuição espacial da população; a estrutura da população; a relação de masculinidade; a natalidade/fecundidade e a mortalidade.

Consideramos a apresentação do Atlas Sócio-Demográfico o culminar deste trabalho pós, constitui o principal objectivo que nos propusemos realizar.

## 4.2. Discussão dos objectivos

Qualquer que seja o trabalho, visa alcançar certos objectivos. Contudo, por motivos de vária ordem os obejctivos preconizados podem não ser alcançados. Neste trabalho propusemo-nos, duma foram geral, aplicar o SIG para analizar os fenómenos sócio-demográficos em Moçambique no período compreendido entre 1997 e 2007. Sentimos que este objectivo foi alcançado com sucesso, prova disso, é o Atlas que foi produzido com recurso às potencialidades deste magnífico instrumento. Para o efeito, foram produzidos os mapas das variáveis selecionadas com todos os elementos que os constituem nomeadamente, o tema, a legenda, a escala e o Norte. Para a leitura da legenda usou-se o método de desvio padrão como categoria base de interpretação (calculado automaticamente em função dos dados das variáveis). Contudo, como categorias auxiliares da leitura, foram usadas as percentagens das variáveis e o número de unidades geográficas (províncias e distritos), cuja sua introdução foi manual em função dos intervalos da categoria base (desvio padrão).

Foi proposto como um dos objectivos do trabalho, a análise da distribuição dos fenómenos sócio-demográficos em Moçambique nos dois anos, 1997 e 2007. O sucesso do alcance deste objectivo está plasmado não só no conteudo do Atlas como também, na análise do perfil demográfico de Moçambique. No Atlas, todas as variáveis foram analisadas em termos de sua distribuição espacial em duas categorias da divisão administrativa (província e distrito). Prova disso, a interpretação de todos os mapas é feita em termos de províncias ou distritos com maior ou menor peso das variáveis.

A comparação no tempo da evolução dos fenómenos sócio-demográficos no período em análise (1997 e 2007), outro objectivo do trabalho, foi alcançado através da análise da variação dos fenómenos em estudo. Esta análise foi feita tanto no Atlas como na

caracterização demográfica da área de estudo (Moçambique). Pode-se observar nos dois grandes capítulos, os níveis de crescimento das variáveis durante o período.

Quanto a identificação das potenciais variáveis, sentimos haver provavelmente variáveis que ficaram de fora. Contudo, o critério de selecção das variáveis baseou-se na frequência da publicação das mesmas pelos INEs de Portugal e Moçambique, instituições vocacionadas na recolha, análise e divulgação dos dados estatísticos.

O Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique que constitui produto final deste trabalho é o indicador principal do sucesso no alcance dos objectivos preconizados.

## 4.3. Limitações

Temos que reconhecer que o previlégio global dado nesta abordagem no que respeita ao universo (todo o País até ao nível de distrito), o trabalho ganhou contornos bastante abrangentes que levaram à necessidade de uma criteriosa selecção das variáveis, o que não aconteceria se, tivéssemos optados por uma área mais concreta (ex. distritos duma província). Assumindo esta visão mais generalizada, torna-se evidente que o trabalho apresenta algumas limitações. Estas limitações constituem o ponto de partida para que, em trabalhos futuros, sejam aprofundadas as análises que aqui foram tratadas de forma mais ligeira. As limitações em causa tem a ver com:

> Cruzamento das variáveis. Achamos que um relacionamento entre as variáveis daria ao trabalho um sentido mais aprofundado como por exemplo, analisar os agregados familiares segundo fonte de água.; analisar a população dos sectores de actividade segundo o tipo de actividade; analisar a taxa de desemprego por sexo; analisar a taxa de analfabetismo por área (urbano, rural), entre outros relacionamentos.

Pepresentação gráfica das variáveis: Sentimos que teria sido mais agradável fazer uma representação gráfica das componentes das variável a nível de distrito para entender o peso relativo de cada uma no seu conjunto. Exemplo, representar graficamente o peso relativo dos casados, solteiros, divorciados/separados, casados em união marital e viúvos em cada distrito. Esta análise foi feita a nível de província.

## 4.4. Trabalhos futuros

Partindo das limitações acima mencionadas, apontamos uma recomendação que achamos pertinente ter em consideração para trabalhos futuros. Esta recomendação vai para o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique e para quem esteja interessado em desenvolver trabalho neste âmbito. Achamos importante que se faça um trabalho continuado, desta natureza, província por província até ao nível do distrito. Por outro lado, é importante que se desenvolva um trabalho até ao nível do Posto Administrativo por forma a identificar os pontos críticos dos problemas sócio-demográficos. Por exemplo, a taxa de analfabetísmo pode ser elevada no distrito X mas por influência do Posto Administrativo Y que observa um número bastante elavado da população que não sabe ler nem escrever.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, G. (1998), Sistemas de Informação Geográfica – Conceitos.

(http://www.isa.utl.pt/dm/sigdr/sigdr01-02/SIGconceitos.html, consultado em 04-03-09)

ALEA (2001), Acção Local de Estatística Aplicada, Censos 2001, Dossier Didáctico nº V,INE.Lisboa

ARONOFF, S.(1989). Geographic Information Systems: a management perspective. Ottawa, Canada: WDL Publications.

BURROUGH, P. (1986). Principles of Geographical Information Systems for Land Resources Assessment. Oxford: Clarendon Press.

COWEN, D. (1988). GIS versus CAD versus DBMS: What Are the Differences? Photogrammetric Engineering and Remoting Sensing, 54(11), 1551-55.

DIAS, C. (s.d) A componente geográfica nas estatísticas oficiais. Lisboa. Retirado da Web Março 04, 2009.

(http://www.igeo.pt/servicos/CDI/biblioteca/PublicacoesIGP/esig 2002/papers/p098.pdf, consultado em 04-03-09)

GOODCHILD, M.F. (1992). Geographical Information Science. International Journal of Geographical Information Systems, 6, 31-45.

MAGUIRE, D.J. (1991). An overview and definition of GIS. Em Geographical Information Systems, 1 – Principles, editado por D. J. Maguire, M. F. Goodchild, D. W. Rhind. London: Longman, 9-20.

NAZARETH, J. M.(2004). Demografia. A Ciência da População. Editorial presença., Lisboa

OLIVEIRA, A.M. (2008). Os Sistemas de Informação Geográfica na elaboração de operações Censitária. Lisboa: edição de autor. (Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa).

PAINHO, M. & CURVELO, P. (2009). Origem e Evolução dos Sistemas de Informação Geográfica. Unidade de Aprendizagem nº 2. Mestrado em Ciência & Sistema de Informação Geográfica. Lisboa.

RODRIGUES, T (2007). Glossário de Informação Demográfica e Social. Licenciatura em Estatística e Gestão de Informação. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (ISEGI). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

THOMAZ, O. R. (2008). Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole. Análíse Social. no.186.

(http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0003-25732008000100009&Ing=pt&nrm=iso>. ISSN 0003-2573, consultado em 05-03-09).

WOLSKI, M.S.(2000). Curso de capacitação de técnicos municipais para a elaboração de planos directores. Base de Informação Cartográfica.

Zambézia. (2004). Cartografia para o Censo Populacional.

(<u>www.zambezia.co.mz</u>, consultado em 09-03-09)

VINUESA, J, at al (1997). Demografia: Analisis y Proyeccions. Editorial Síntesis, S.A.

VINUESA, J, at al (1994). Demografia: Analisis y Proyeccions. Colecion Espacios y Sociedades, nº9, Editorial Síntesis, Madrid

## .Fontes Estatísticas

INE- M, (1999). Recenseamentos realizados no período colonial, (1928-1970).

INE- M, (2007). Cartografia Censitária.

(http://www.ine.gov.mz/censo2007/enfoco/cc\_c07, consulta em 19-03-09)

INE-M, (1999). Atlas sócio-Demográfico de Moçambique. Instuto Nacional de Estatística. Maputo

INE-M, (1999). Resultados Definitivos (Censo 1997).

INE-M, (2007). Boletim de Agregado Familiar. III Recenseamento Geral da População e Habitação.

INE-M, (2009). Divulgação dos resultados definitivos do III Recenseamento Geral da População e Habitação

INE- P, (2008). Boletim Informativo dos Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral de Habitação. Lisboa.

INE-P, (2001). Resultados Definitivos. Censos 2001 (XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação).

INE-P, (2006). Indicadores Demográficos. Documento Metodológico. Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.

UNFPA, (2009). State of World Population. Facing a Changing World: Women, Population and Climate. Editorial: Triana D'Orazio.

Figura1: Códigos Geográficos das Províncias

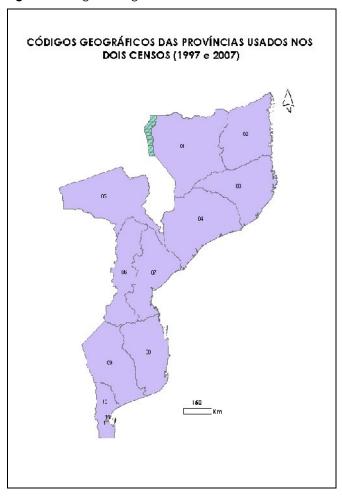
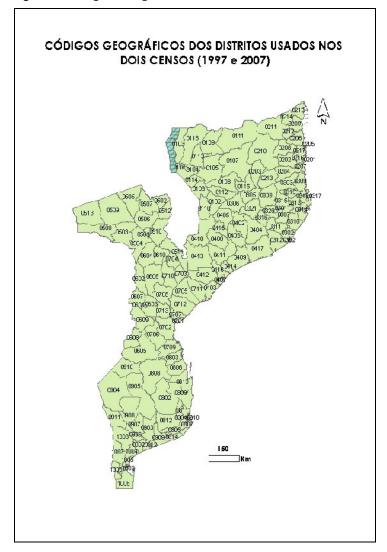


Figura 2: Códigos Geográficos dos Distritos



**Quadro4:** Nomeclatura dos códigos geográficos das Províncias e Distritos

CODIGO	PROVÍNCIA	CODIGO	DISTRITO	CODIGO	DISTRITO
01	NIASSA	0101	CIDADE DE LICHINGA	0503	CABORA-BASSA
02	CABO DELGADO	0102	CUAMBA	0504	CHANGARA
03	NAMPULA	0103	LAGO (SUPERFICIE)	0505	CHIFUNDE
04	ZAMBEZIA	0104	LICHINGA (SUPERFICIE)	0506	CHIUTA
05	TETE	0105	MAJUNE	0507	MACANGA
06	MANICA	0106	MANDIMBA	0508	MAGOE
07	SOFALA	0107	MARRUPA	0509	MARAVIA
08	INHAMBANE	0108	MAUA	0510	MOATIZE
09	GAZA	0109	MAVAGO	0511	MUTARARA
10	MAPUTO	0110	MECANHELAS	0512	TSANGANO
11	CIDADE DE MAPUTO	0111	MECULA	0513	ZUMBU
		0112	METARICA	0601	CIDADE DE CHIMOIO
		0113	MUEMBE	0602	BARUE
		0114	N'GAUMA	0603	GONDOLA
		0115	NIPEPE	0604	GURO
		0116	SANGA	0605	MACHAZE
		0201	CIDADE DE PEMBA	0606	MACOSSA
		0202	ANCUABE	0607	MANICA
		0203	BALAMA	0608	MOSSURIZE
		0204	CHIURE	0609	SUSSUNDENGA
		0205	IBO	0610	TAMBARA
		0206	MACOMIA	0701	CIDADE DA BEIRA
		0207	MECUFI	0702	BUZI
		0208	MELUCO	0703	CAIA
		0209	MOCIMBOA DA PRAIA	0704	СНЕМВА
		0210	MONTEPUEZ	0705	CHERINGOMA
		0211	MUEDA	0706	CHIBABAVA
		0212	MUIDUMBE	0707	DONDO
		0213	NAMUNO	0708	GORONGOSA
		0214	NANGADE	0709	MACHANGA
		0215	PALMA	0710	MARINGUE

				- 1
0217	QUISSANGA	0712	MUANZA	
0301	CIDADE DE NAMPULA	0713	NHAMATANDA	
0302	ANGOCHE	0801	CIDADE DE INHAMBANE	
0303	ERATI-NAMAPA	0802	FUNHALOURO	
0304	CIDADE DE ILHA DE MO HAMBIQUE	0803	GOVURO	
0305	LALAUA	0804	HOMOINE	
0306	MALEMA	0805	INHARRIME	
0307	MECONTA	0806	INHASSORO	
0308	MECUBURI	0807	JANGAMO	
0309	MEMBA	0808	MABOTE	
0310	MOGUINCUAL	0809	MASSINGA	
0311	MOGOVOLAS	0810	CIDADE DA MAXIXE	
0312	MOMA	0811	MORRUMBENE	
0313	MONAPO	0812	PANDA	
0314	MOSSURIL	0813	VILANKULO	
0315	MUECATE	0814	ZAVALA	
0316	MURRUPULA	0901	CIDADE DE XAI-XAI	
0317	CIDADE DE NACALA-PORTO	0902	BILENE	
0318	NACALA-VELHA	0903	CHIBUTO	
0319	NACAROA	0904	CHICUALACUALA	
0320	RAPALE-NAMPULA	0905	CHIGUBO	
0321	RIBAUE	0906	CHOKWE	
0401	CIDADE DE QUELIMANE	0907	GUIJA	
0402	ALTO MOLOCUE	0908	MABALANE	
0403	CHINDE	0909	MANDLAKAZE	
0404	GILF	0910	MASSANGENA	
0405	GURUE	0911	MASSINGIR	
0406	ILE	0912	XAI-XAI	
0407	INHASSUNGE	1001	CIDADE DA MATOLA	
0408	LUGELA	1002	BOANE	
0409	MAGANJA DA COSTA	1003	MAGUDE	
0410	MILANGE	1004	MANHI <b> </b> -A	
0411	MOCUBA	1005	MARRACUENE	
0412	MOPEIA	1006	MATUTUINE	

I				
	0413	MORRUMBALA	1007	MOAMBA
	0414	NAMACURRA	1008	NAMAACHA
	0415	NAMARROI	1101	DISTRITO URBANO N∥1
	0416	NICOADALA	1102	DISTRITO URBANO N∥2
	0417	PEBANE	1103	DISTRITO URBANO N∥3
	0501	CIDADE DE TETE	1104	DISTRITO URBANO N∥4
	0502	ANGONIA	1105	DISTRITO URBANO N   5

Fonte: INE-M